



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS – IHAC
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
SOCIEDADE – POSCULTURA

EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA

ABJETOS DA PRIMEIRA À ÚLTIMA PÁGINA: UMA
ANÁLISE SISTEMATIZADA DO JORNALISMO A PARTIR DOS
ESTUDOS *QUEER*

Salvador
2016

EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA

**ABJETOS DA PRIMEIRA À ÚLTIMA PÁGINA: UMA
ANÁLISE SISTEMATIZADA DO JORNALISMO A PARTIR DOS
ESTUDOS *QUEER***

Dissertação produzida no curso de Pós-graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, na Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Djalma Thürler.

Salvador
2016

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

SANTANA, Eder Luis
ABJETOS DA PRIMEIRA À ÚLTIMA PÁGINA: UMA ANÁLISE
SISTEMATIZADA DO JORNALISMO A PARTIR DOS ESTUDOS QUEER
/ Eder Luis SANTANA. -- Salvador, 2016.
168 f.

Orientador: Djalma Thürler.
Dissertação (Mestrado - Cultura e Sociedade) --
Universidade Federal da Bahia, Pós-graduação
Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, no Instituto
de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), 2016.

1. Jornalismo. 2. Estudos Queer. 3. Sexualidade. 4.
Gênero. 5. Mídia . I. Thürler, Djalma. II. Título.



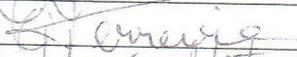
Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Comunicação
Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura &
Sociedade

Ata da Reunião da Apresentação Oral da Dissertação de **EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA**

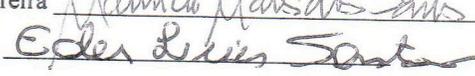
Intitulada: **“Abjetos da primeira à última página: críticas ao jornalismo a partir de estudos QUEER”**

Aos 02 (dois dias) dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, no IHAC - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, foi instalada a Banca Examinadora da Apresentação da dissertação intitulada: **“Abjetos da primeira à última página: críticas ao jornalismo a partir de estudos QUEER”**. Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: Prof.ª Dr.ª Djalma Thürler. – Orientador(a) - e pelo examinador externo: Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Ferreira e interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: Prof.ª Dr.ª Maurício Matos dos Santos Pereira. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o mestrando fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o avaliador externo: Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Ferreira. Após o examinador externo, fez suas arguições, o(a) Prof.ª Dr.ª Maurício Matos dos Santos Pereira avaliador interno. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o(a) mestrando(a) fizesse a sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de **EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA** como APROVADA/DISTINÇÃO. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.ª Dr.ª Djalma Thürler, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo(a) mestrando(a). Salvador, 02 de agosto de 2016.

Prof.ª Dr.ª Djalma Thürler 

Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Ferreira 

Prof.ª Dr.ª Maurício Matos dos Santos Pereira 

EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA 

CONFERE COM O ORIGINAL

02/08/2016


Franklin Rocha Leal
Técnico em Contabilidade
Mat. SIAPE 1973351
IHAC/UFBA

EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA

**ABJETOS DA PRIMEIRA À ÚLTIMA PÁGINA: UMA
ANÁLISE SISTEMATIZADA DO JORNALISMO A PARTIR DOS
ESTUDOS *QUEER***

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovada em 02 de agosto de 2016

Djalma Thürler – Orientador _____
Doutor em Literatura Comparada
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Maria de Fátima Ferreira – Avaliadora externa _____
Doutora em Sociologia
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Maurício Matos Pereira – Avaliador interno _____
Doutor em Cultura e Sociedade
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

À pessoa mais importante da minha vida, Denise Cordeiro, por ter sido uma mãe lutadora constantemente e, ainda hoje, estar sempre disposta a incentivar seu filho que escreve essas mal traçadas linhas.

Às amigas que estão comigo desde a década passada e são parte da minha família. Não deixam esmorecer, ajudam a levantar e, acima de tudo, me fazem perceber quem sou eu nesse mundão caótico. Algumas estão próximas, outras em diferentes partes do mundo, mas estão comigo o tempo todo. Carla Martins (Sister), Roberta Dantas (Robs), Juliana Reis (Sand), Victor Freitas (Vitu), Grazielle Mascarenhas (Grazy) e Cristiane Ribeiro (Demus), amo vocês!

Às Helenas, que entraram na minha vida ao longo do mestrado e se tornaram fonte de inspiração e conhecimento. Tenho certeza que essa teria sido uma caminhada cinza e sem graça sem vocês. Samuel Macêdo, Théo Zurc e Murillo Nonato, as melhores de todas!

Aos colegas de profissão, eternos incentivadores diante da minha decisão de transitar entre o mercado e a academia. Em especial Daniela Castro, que em um belo e ensolarado dia chegou ao trabalho e disse: “A seleção do PosCultura está aberta. Por que você não tenta?”. Não satisfeita, Dani ainda trouxe ideias iniciais do que, em breve, seria o projeto de pesquisa aprovado. Como sempre digo: Dani, você arrasa!

Aos queridos mestres e às queridas mestras que fazem parte da minha caminhada desde a faculdade de Jornalismo até os dias atuais, obrigado por se tornarem o alicerce da minha construção. Ao meu orientador Djalma Thürler, que tanto admiro pelo talento, pelas contribuições dadas à pesquisa. Ao professor Leandro Colling, por ter abraçado minha participação no Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade (CUS), além de ter sido fonte de conhecimento constante com seus textos. O CUS foi, sem dúvida, a parte mais enriquecedora do meu mestrado.

Por fim, agradeço minhas alunas e alunos. Entro em sala de aula sempre com a certeza de que podemos fazer diferente, podemos fazer melhor. Vocês são a constante fonte de inspiração.

Se a sexualidade se constitui como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos.

Michel Foucault (1988, p. 108 – 109)

RESUMO

Este trabalho promove a análise de conteúdo de dois jornais de ampla circulação em Salvador, o “A TARDE” e “Massa!”, ambos integrantes do Grupo A TARDE de comunicação. A análise é feita a partir da perspectiva teórica dos Estudos *queer* e dos Estudos das Subalternidades, com material coletado entre setembro de 2014 e setembro de 2015. Foram delimitados quatro eixos de pesquisa, que justificam a elaboração de igual número de capítulos da dissertação. O objetivo é mostrar como os conteúdos veiculados pelo Jornalismo contribuem para o processo de abjeção ligado aos LGBTs, sigla que abarca lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, dentre outras denominações identitárias dissidentes do padrão heterossexual. É identificado como o modelo de Jornalismo implantado necessita do LGBT em posição de subalternidade, para que haja manutenção da produção noticiosa pautada por uma rotina que privilegia o modelo heteronormativo de vida em detrimento das possibilidades que fogem do padrão estabelecido pela heterossexualidade compulsória.

Palavras-chave: Jornalismo; Estudos *queer*; subalternidades.

ABSTRACT

This research promotes a content analysis of two widely circulated newspapers in Salvador, “A TARDE” and “Massa!”, both members of A TARDE Group of communication. The analysis is made from the theoretical perspective of queer and subalternities studies, with material collected between September 2014 and September 2015. Four areas of research were defined which justifies the preparation of an equal number of chapters in the dissertation. The main objective is to show how the contents served by journalism contribute to the abjection process connected to lesbians, gays, bisexuals, transsexuals, transgenders, transvestites, and other dissident identity denominations out of the heterosexual type (LGBT). It identifies that the Journalism model needs to hold the LGBT community in a subordinate position so that there is maintenance of its news production, marked by a routine that focuses on the heteronormative model over the possibilities that are beyond the standard of compulsory heterosexuality.

Keywords: Journalism; queer studies; subalternities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. COBERTURA POLÍTICA: ENTRE A FALA PRIVILEGIADA E O SILÊNCIO.....	13
2. COBERTURA DE DIREITOS CIVIS: A UTOPIA DO JORNALISMO-QUEER IDENTITÁRIO.....	44
3. COBERTURA DE CELEBRIDADES: DO TRANSESPETÁCULO À CONFISSÃO DA SEXUALIDADE.....	76
4. COBERTURA DE VIOLÊNCIA: DAS PRÁTICAS DE RISCO AOS CRIMES PASSIONAIS.....	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
6. REFERÊNCIAS	142
7. APÊNDICE.....	148
7.1 – GRÁFICOS COM DADOS NUMÉRICOS POR CAPÍTULO	148
7.2 – MODELO DE FORMULÁRIO DE CODIFICAÇÃO	153
8. ANEXOS.....	154

INTRODUÇÃO

Dois objetos estão unidos nesta pesquisa, os jornais “A TARDE” e “Massa!”, ambos integrantes do “Grupo A TARDE”. Pelo fato de estarem na cadeia produtiva da mesma empresa, são considerados irmãos e, portanto, reveladores de como o Jornalismo produz seu discurso a partir de recortes de classe atrelados ao fato de serem destinados a diferentes públicos. Enquanto o “A TARDE” é pensando para leitores de maior poder aquisitivo, o “Massa!” é destinado aos consumidores com menor poder de compra.

As demarcações de classe, no entanto, não são o centro desta pesquisa. Aqui, a análise do conteúdo é centrada em como os dois jornais projetam suas produções ligadas às questões relacionadas aos LGBTs, sigla que se refere ao grupo que foge do padrão heterossexual, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, dentre outras denominações identitárias dissidentes. Ao longo de um ano (2014 – 2015), todas as produções jornalísticas atreladas aos LGBTs foram recortadas como objetos de análise. Em seguida, foram categorizados os conteúdos dentro do previsto para os quatro capítulos da pesquisa, que serão explicados em seguida. Já os conteúdos não enquadrados nas categorias, foram arquivados para pesquisas futuras.

Com o intuito de facilitar a identificação dos conteúdos ao longo da dissertação, os trechos retirados dos periódicos estão reproduzidos em negrito e com recuo diferenciado em relação às citações acadêmicas tradicionais, apesar de a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) determinar outro padrão às citações de jornais. Ao longo dos capítulos haverá ainda a indicação de que algumas matérias estão ilustradas no setor de anexos.

A inquietação básica para o desenvolvimento desta análise foi: De que modo os LGBTs são retratados em dois jornais de um mesmo grupo de comunicação? Metodologicamente, optou-se pela análise de conteúdo em moldes diferentes do tradicional processo executado em pesquisas centradas apenas no Jornalismo e áreas correlatas das Ciências Humanas e Sociais. A proposta desenvolvida para responder a questão inicial é de uma análise de conteúdo a partir de um olhar *queer*, cujo foco seja a utilização do discurso do Jornalismo como instrumento revelador do processo de subalternização dos LGBTs.

Leva-se em consideração que os Estudos *queer*, fortalecidos a partir da década de 1980, são voltados não para a homossexualidade enquanto tema central, e sim, para o processo de abjeção criado pela sociedade de modo a discriminar os sujeitos fora dos padrões da heterossexualidade. Portanto, o *queer* nos ensina como processos socioculturais são forjados na sociedade para separar o mundo entre os merecedores de reconhecimento e os fadados à invisibilidade.

O desafio de promover uma análise de conteúdo *queer* levou o autor deste trabalho à execução de quatro ambientes de observação que dividem a dissertação em momentos distintos. No capítulo um, intitulado “Cobertura política: entre a fala privilegiada e o silêncio”, é analisado como os dois periódicos executam a cobertura no período eleitoral que antecede a eleição de 2014, quando Dilma Rousseff é reeleita presidenta da República e existe disputa pelos cargos de senador, governador, deputado federal e estadual. Nesse período, a mídia promove amplo debate político a partir de temas como a criminalização da homofobia.

No capítulo seguinte, batizado de “Cobertura de direitos civis: a utopia do Jornalismo-queer-identitário”, é observado como a luta pelos direitos dos LGBTs é narrada pelos veículos de comunicação, bem como a relação dessa construção discursiva a partir da influência dos referenciais da militância LGBT e do ativismo *queer*, que estabelecem relações diferentes com a imprensa. É apresentado com a pauta hegemônica, centrada no casamento homoafetivo, predomina na mídia em detrimento de outras demandas invisibilizadas.

Seguindo para o capítulo três, “Cobertura de celebridades: do transespetáculo à confissão da sexualidade”, é apresentado como os jornais expõem os padrões normativos de gênero e sexualidade a partir dos conteúdos publicados com foco em celebridades e subcelebridades. São analisados casos que vão desde a criação de um espetáculo midiático por conta da transexualidade até o fato de artistas serem expostos à medida que a sociedade impõe a sexualidade como fenômeno a ser revelado ao público.

Por fim, no capítulo quatro, “Cobertura de violência: das práticas de risco aos crimes passionais”, o foco são as matérias veiculadas em páginas destinadas ao relato de casos de criminalidade. Seja como algoz ou vítima, o personagem LGBT das histórias veiculadas estão sempre reforçados nos enredos a partir da posição dissidente, de alguém fora do padrão heterossexual. É o homossexual que leva o assassino para dentro de casa, a travesti que assassina um homem de bem, dentre outros casos.

Pode-se afirmar, no entanto, que a análise desse conteúdo começou antes da prática. Ao longo do primeiro ano do mestrado, em 2014, foi necessário o processo de pesquisa bibliográfica para a compreensão do universo teórico e prática do *queer*. Jornalista por formação e com ampla experiência como repórter, editor e blogueiro em jornais de grande circulação, o autor desta pesquisa se deparou com o desafio de centrar seus esforços acadêmicos em outra área de conhecimento.

Saíram do protagonismo as Teorias do Jornalismo, da Comunicação e das rotinas produtivas da profissão, dando lugar aos teóricos capazes de revelar o que está por trás do não dito no Jornalismo. Se deu, assim, a desconstrução seguida da construção, sendo considerado que tanto a temática como a metodologia foram escolhidas como meios de ampliar os conhecimentos do inquieto pesquisador e seu desejo de explorar o Jornalismo de modo interdisciplinar.

Dois nomes oriundos da Filosofia foram centrais na construção desse processo: Michel Foucault e Judith Butler. O primeiro é responsável por esclarecer o que se deveria esperar de uma análise de conteúdo que fosse além das normas tradicionais empregadas em metodologias como Análise do Discurso. As leituras de Foucault conseguiram abrir os horizontes à importância desse processo de reconhecimento do Jornalismo enquanto instrumento de formação das subjetividades, como máquina disciplinadora dos sujeitos. E Butler, a principal referência dos Estudos *queer*, trouxe à tona o potencial reflexivo que gira em torno das questões de sexualidade e gênero. Graças a Butler foi traçado o caminho que leva à vontade de questionar os padrões da heterossexualidade compulsória e da violenta heteronormatividade.

O objetivo, a partir da pesquisa bibliográfica, é demonstrar como a mídia, além de publicar conteúdo sem potencial reflexivo em torno da quebra do binarismo de gênero, consegue reforçar os elementos da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória. Desse modo, as inferências estabelecidas na pesquisa buscam estimular a reflexão acerca das funções dos veículos de comunicação de massa como instrumentos que deveriam ser não apenas de combate à homo(lesbo)transfobia, mas também, de visibilidade e respeito as formas de vida que escapem do padrão imposto na sociedade.

Em paralelo aos processos acadêmicos formais, existem ainda motivações pessoais na realização deste trabalho. Após mais de uma década de atuação direcionada ao Jornalismo, seja em redações, assessoria de comunicação ou em sala de aula como

professor, tem se tornado cada vez maior a urgência pelo desenvolvimento de processos autorais de crítica ao Jornalismo. Desde o início da sua carreira, em 2001, o autor desta pesquisa se depara com práticas profissionais que aguçam a necessidade de senso crítico em relação ao próprio fazer jornalístico.

Esse anseio foi ampliado à medida que novos desafios surgiram, como o fato de, desde 2010, atuar como docente em cursos de Comunicação Social de faculdades privadas de Salvador. Repensar o Jornalismo, questionar suas práticas e, acima de tudo, desvendar o que está no seu interdiscurso, é uma tentativa de mostrar como o que está posto hoje não é suficiente, não é o Jornalismo que precisamos e nem a Comunicação Social necessária aos anseios da sociedade contemporânea.

Outro aspecto relevante é o fato de este estudo estar centrado em um dos maiores grupos de comunicação da Bahia, detentor de dois jornais impressos. O principal deles é o “A TARDE”, o centenário periódico criado em outubro de 1912, enquanto o segundo, o “Massa!”, surge em 2010. O “Grupo A TARDE” possui outras plataformas midiáticas não analisadas nesta pesquisa, como a rádio “A TARDE FM”, a “Agência de Notícias A TARDE”, o portal “A TARDE On Line” e a revista dominical “Muito”. Esse conglomerado de veículos mostra como a influência de empresa é significativa diante da opinião pública, logo, seu papel social precisa ser questionado de modo continuado.

O autor dessa análise escolheu esse objeto justamente por ter passado sete anos como colaborador dentro da organização, de estagiário a editor, algo que fomenta o próprio laço de afetividade. O desenvolvimento desta pesquisa tem a ambição de gerar um produto acadêmico capaz de levar à reflexão a respeito do papel dos meios de comunicação e como o discurso midiático consegue reforçar processos culturais hegemônicos e de abjeção. É, acima de tudo, uma tentativa de promover o pensar a respeito do Jornalismo. Afinal de contas, nossa percepção de mundo é também estabelecida pelas verdades que construímos a partir da leitura diária das notícias.

1. COBERTURA POLÍTICA: ENTRE A FALA PRIVILEGIADA E O SILÊNCIO

Em seus “Escritos Políticos” (2015), Max Weber defende que o desejo de ter poder é o elemento aproximador entre os indivíduos que fazem política. Uns querem o poder para alcançar objetivos (ideológicos e coletivos ou individuais), outros almejam o prestígio atrelado ao poder. Seja como for, a política representa “a tentativa de participar do poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre Estados, seja dentro de um único Estado, entre os grupos de pessoas que ele abrange”. (WEBER, 2015, p. 316)

O posicionamento de Weber, apesar de centrado em um cenário europeu afetado pela Primeira Guerra Mundial, é como um anúncio do que encontraríamos na dinâmica política em pleno século XXI. Se sua preocupação sempre foi o destino da Alemanha como Estado-nação, o desfecho da obra é como um raio-x do que seria a estrutura política no mundo contemporâneo, como, por exemplo, o surgimento de “políticos por vocação” que, no mundo ocidental, se tornam figuras cruciais na batalha pelo poder político. E o jornalismo, é claro, se tornou peça importante nessa dinâmica.

Não é nada fácil frequentar os salões dos poderosos desta terra, falando aparentemente de igual para igual, ouvindo lisonjas de todos os lados porque se é temido, e sabendo o tempo todo que, assim que sair pela porta, o anfitrião talvez tenha que pedir desculpas aos convidados por relacionar-se com os ‘moleques da imprensa’. Como também não é fácil manifestar-se de maneira pronta e convincente sobre qualquer assunto que o ‘mercado’ exija, sobre todos os problemas imagináveis da vida, sem cair na banalidade absoluta, tampouco, e principalmente, na indignidade da autoexposição e suas consequências inexoráveis. Não é surpreendente o fato de existirem muitos jornalistas que se afastam dos caminhos e valores humanos. O que causa espanto é que, apesar de tudo, precisamente esta camada da sociedade abrange um número muito grande de pessoas valiosas e genuinamente humanas, o que dificilmente imaginam os estranhos ao grupo. (*idem, ibidem*, p. 337)

É justamente a cobertura política que será abordada neste primeiro capítulo, com foco apenas no cenário LGBT. O recorte da análise de conteúdo é centrado nos meses de setembro e outubro de 2014, período no qual houve maior acirramento eleitoral na disputa pelos cargos de presidente da república, senador, governador, deputado federal e estadual. A temática LGBT esteve em diversos confrontos políticos montados – e

mediatizados – como uma espécie de arena para adversários que se alçavam aos cargos de poder no Executivo e Legislativo.

A análise quantitativa do conteúdo publicado neste período mostra que, no “A TARDE”, foram veiculadas 16 matérias, uma nota e um artigo que fazem ligação entre as eleições e o universo LGBT, totalizando 18 conteúdos. Em contrapartida, não houve nenhuma matéria, nota ou artigo sobre os LGBTs nas eleições no “Massa!”. Todo o seu conteúdo político foi resumido em quatro publicações veiculadas na coluna semanal “Gmaiúsculo”, reproduzida sempre às sextas-feiras e focada em assuntos ligados ao universo LGBT (os detalhes de cada conteúdo estão no apêndice, no final deste capítulo).

Para organizar a dinâmica textual e de dados, a análise de conteúdo será gradativa, partindo do cenário encontrado no “A TARDE” e, em seguida, transitando pelo material do “Massa!”. No avançar de cada análise, serão feitas inferências baseadas em leituras que trafegam pelos Estudos *queer* e das Subalternidades. O olhar *queer*, fincado na perspectiva das subalternidades, é o eixo central do pensamento que pretende questionar a validação imposta pelo próprio fazer jornalístico e disseminado em padrões normatizados pelas Teorias do Jornalismo.

Do conteúdo publicado no jornal “A TARDE”, 61,1% traz títulos com palavras que fazem menção direta à temática LGBT, como por exemplo: “**Marina mantém apoio dos homossexuais**”, “**Luciana Genro questiona posição do PSDB sobre os gays**” e “**Dilma critica homofobia e projeto econômico do PSDB**”. Em contrapartida, em 38,9% do conteúdo a presença da temática LGBT está inserida dentro de outro assunto, como é o caso do texto intitulado “**Líderes de grupos são mais votados em Salvador**”. Nesse caso, o gancho da notícia são os altos índices de votação de candidatos, sendo que os homossexuais são citados por conta de Sargento Isidório de Santana (PSC), conhecido por ser defensor da bandeira anti-gay e ter obtido ampla quantidade de votos.

Partindo para análise focada apenas no conteúdo que faz menção direta à temática LGBT, percebe-se que, em todos os textos, os políticos e/ou seus aliados de campanha são as principais e, muitas vezes, as únicas fontes de informação. Isso quer dizer que 100% dos enquadramentos das notícias, como pode ser visto no exemplo abaixo, são baseados ou reforçam declarações dadas pelos candidatos, sejam elas de cunho

homofóbico ou de apoio aos gays, que hoje são vistos como importantes peças na aquisição de votos.

A candidata a presidente pelo PSOL, Luciana Genro, questionou Marina Silva (PSB), que é evangélica, sobre mudança em suas propostas de governo para a comunidade LGBT. Foram eliminados trechos em que a presidenciável se comprometia com a aprovação da lei de identidade de gênero – que permite alteração de nome e sexo na documentação – e em articular no Congresso a aprovação de leis que criminalizam a homofobia e regulamentam o casamento gay. (Folhapress, Luciana Genro questiona posição do PSB sobre gays, 02.09.14, jornal A TARDE)

No trecho citado é possível observar como o protagonismo da fala é da candidata Luciana Genro. Ela questiona, cobra, exige resposta e se posiciona. Do outro lado do ringue eleitoral está a candidata de quem se espera resposta, Marina Silva, a evangélica e que, pelo seu posicionamento religioso, tem naturalizado em sua figura a ideia de não simpatizar com as demandas LGBTs. Assim como em outras matérias analisadas, a pauta LGBT está limitada à lei de identidade de gênero e à criminalização da homofobia, que se tornam, no Jornalismo, elementos de qualificação e desqualificação do outro na busca pelos votos.

No jornalismo, o enquadramento é um meio de dar legitimidade ao fato narrado, por isso, acredita-se, que, pelo enquadramento, o leitor compreende em que lugar se posiciona o aspecto noticioso, como explica Carlos Alberto de Carvalho (2012, p. 166), é “precisamente a interpretação o que está em jogo quando pensamos nos enquadramentos jornalísticos”. Desse modo, o jornal “A TARDE” deixa nítido em sua cobertura que seu recorte é o político partidário, o que focaliza o indivíduo em busca de voto. Em seu enquadramento não está a demanda da sociedade que, no caso deste trabalho, é focado nos LGBTs, mas sim, o lugar de fala dos que brigam pelos votos, afinal,

narrar um acontecimento transformando-o em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao consumidor da informação daí resultante. (CARVALHO, 2012, p.166)

Mesmo quando há fontes que, aparentemente, estão desvinculadas de coligações partidárias, a participação delas é secundária e atrelada ao contexto do candidato ou candidata, como pode ser visto na edição do dia 24 de setembro, cujo título é

Homofobia esquentou debate de candidatos (*anexo pág. 154*). O texto apresenta o embate entre candidatos ao governo da Bahia, pontuando que o “**momento mais tenso**” ocorreu quando o dirigente de um grupo gay da cidade de Feira de Santana questionou a respeito das propostas para combater a homofobia.

A homofobia foi o assunto que aumentou o tom do debate dos candidatos ao governo do estado, realizado na tarde de ontem na Rádio Povo de Feira de Santana, retransmitido por outras emissoras que atingiram um total de 301 municípios baianos, segundo os organizadores. Sem a presença de Paulo Souto (DEM) – chamado de “fujão” pelos seus adversários, já que é o segundo debate em Feira de Santana a que não comparece – e da candidata do PSTU, Renata Mallet, os candidatos discutiram os principais temas que vêm povoando a campanha, nas áreas de saúde, educação, segurança, transpõe e cultura, repetindo as mesmas propostas já ditas à exaustão. Paradoxalmente, o momento mais tenso não ocorreu durante a discussão desses temas, mas a partir da pergunta feita por Tiago Oliveira, dirigente de um grupo gay de Feira de Santana. Ele quis saber as propostas dos candidatos para combater a homofobia. (Biaggio Talento, Homofobia esquentou debate de candidatos, 24.09.14, jornal A TARDE)

A matéria é conduzida a partir de declarações dos candidatos, que se dividem entre os apoiadores da criminalização da homofobia e os que estão na base conservadora e optam pela crítica ao movimento LGBT. É reforçado nesse enunciado, ao ser explicitado que a “**homofobia foi o assunto que aumentou o tom do debate**”, como este é um dos temas mais complexos da atual pauta política. E o jornal finca em seu discurso a noção de que é dos políticos que devem sair as propostas de combate à homofobia.

Depois de citado como autor da pergunta, o integrante do movimento gay de Feira de Santana não mais aparece no texto. Esse caso serve de alerta para outros dois aspectos reveladores na análise do conteúdo: metade do material coletado é assinado por agências de notícias, e 72% dos textos são formados a partir de apenas uma ou nenhuma fonte de informação entrevistada. São, em sua maioria, reproduções e repercussões de declarações dadas pelos candidatos em outros contextos midiáticos, como nos debates televisivos. É o caso de matérias motivadas pelas declarações do candidato à presidência Levy Fidelix (PRTB), que, durante um debate, associou homossexualidade à pedofilia. Frases do candidato foram repetidas exaustivamente nos veículos de comunicação e nas redes sociais. Entre as atrocidades ditas estão: “aparelho excretor não reproduz” e “nós somos maioria, vamos enfrentar essa minoria”.

Os candidatos Eduardo Jorge (PV) e Luciana Genro (PSOL) pediram ao presidente Levy Fidelix (PRTB) que se desculpassem pelas declarações consideradas homofóbicas proferidas na última segunda-feira, durante debate promovido pela Rede

Record. Contra o candidato Eduardo Jorge, Fidélis disparou: “Você não tem moral nenhuma para falar disso”. No entendimento do candidato, tanto Jorge quanto Luciana fazem apologia ao crime quando defendem a legalização de práticas como o aborto e o uso de maconha. (Sem assinatura, Fidélis, Genro e Jorge promovem embate duro sobre LGBTs, 03.10.14)

Percebe-se, pois, como na atual sociedade da informação, a mídia tem a capacidade de se alimentar dela mesma. Ela promove os debates, repercute as falas e faz girar novos conteúdos sem, necessariamente, novas abordagens em relação aos que emitem o discurso. Adriano Duarte Rodrigues (1999, p. 27) define que no discurso jornalístico o acontecimento é “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. Essa lógica na produção define que quanto mais improvável for um acontecimento, mais chance ele tem de se tornar notícia diante das probabilidades de ocorrência.

É por isso em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades têm de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico. É por isso que se diz, gracejando, que um cão que morde um homem não é um facto jornalístico, mas se um homem morder um cão, então, estamos perante um facto susceptível de se tornar notícias. (RODRIGUES, 1999, p. 27)

Ainda na tentativa de compreender porque as notícias se configuram dessa forma, Rodrigues (1999) traz o conceito de meta-acontecimento, que é justamente o ponto no qual se enquadra a noticiabilidade de fatos que são mera repercussão, como os debates políticos. Os meta-acontecimentos não surgem no jornalismo a partir da imprevisibilidade, como o acontecimento, antes, são produzidos, planejados, estruturados dentro das dinâmicas sociais da noticiabilidade, não são regidos “pelas regras do mundo natural”, e sim, “pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação”. (*idem*, p. 30)

A partir do enquadramento e do acontecimento noticioso pode-se iniciar uma crítica ao jornalismo e compreender a dinâmica de silenciamento das necessidades dos LGBTs na cobertura política. Primeiro, as práticas e teorias que norteiam a produção no Jornalismo são demarcadoras de espaços que beneficiam apenas a própria indústria da mídia. Ao trabalhar com a noção de formação de estratégias discursivas, Michel Foucault (2014) assinala que as áreas de conhecimento, ao criarem suas bases conceituais, se firmam a partir de “processos de apropriação do discurso”, porque

em nossa sociedade (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao corpus dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas – está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos; nas sociedades burguesas que conhecemos desde o século XVI, o discurso econômico jamais foi um discurso comum (não mais que o discurso médico, ou o discurso literário, ainda que de outro modo). (FOUCAULT, 2014, p. 80)

Segundo, se levarmos em consideração a lógica de Foucault (2014) sobre acontecimento, veremos que há, também, limitação do Jornalismo sobre essa noção. Para Foucault, o acontecimento se manifesta em forma de discurso e, por serem acontecimentos discursivos, são considerados como

o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leituras: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. (FOUCAULT, 2014, p. 33)

Sendo assim, o filósofo francês nos aponta a direção de que não há como analisar o discurso sem levar em consideração as regras pelas quais o enunciado foi construído, que, nesse caso, são as regras do Jornalismo. Foucault (2014) pontua ainda que no desbravar desse acontecimento discursivo é necessário olhar para os enunciados que deixaram de ser ditos ou que poderiam ser expressos de outro modo, porque, na verdade, deveríamos entender que “não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semissilenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro”. (*idem*, p. 34)

No modelo foucaultiano de pensamento, todo enunciado é um acontecimento “que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. Portanto, a análise dos acontecimentos discursivos pressupõe a execução de um processo de esclarecimento sobre o caminho de formação do acontecimento (*idem*, p. 35). No caso do Jornalismo, as rotinas produtivas enquadram o fato em um padrão que reforça a produção de subjetividades, porém, deixam de considerar aspectos que estão além do que foi noticiado, afinal, os LGBTs sequer têm lugar de fala, são silenciados dentro da condição de subalternidade a que estão inseridos.

Entende-se por subalterno quem está na contramão das representações hegemônicas, quem vive no espaço da diferença e da invisibilidade dentro de estruturas

dominantes implantadas no mundo pós-colonial. São os historicamente oprimidos pelo sistema normatizador. Na prática aplicada ao mundo ocidental, a subalternidade é ocupada principalmente por mulheres, negros, pobres e LGBTs.

As considerações no parágrafo anterior consideram autores como John Beverley (2014), que apresentam os estudos das subalternidades como cruciais para entender as dinâmicas de dominação que se renovam na sociedade atual, já que os estudos das subalternidades “aparecen y se desarrollan como una práctica académica en un escenario contemporáneo en el cual nuevas relaciones de dominación y subalternidad son producidas regularmente y otras anteriores son reproducidas o reforzadas”. (*idem*, p.38)

O autor explica que os estudos subalternos surgem com o ativismo político baseado em um projeto de liberação social e democratização, a partir de intelectuais de esquerda focados em desenvolver análises sociais voltadas a questões como feminismo, pós-estruturalismo e crítica ao modelo pós-colonial de sociedade. Emergem, então, dentro desse contexto, o projeto de que os estudos subalternos sejam provedores de uma desconstrução das reivindicações ligadas aos conceitos de nação e nacionalismo no âmbito político. O olhar se volta, assim, para o subalterno e em como fixar articulações que culminem em uma política democrática e popular, sem deixar de lado as questões culturais nesse processo transformador.

O regime de subalternidade, em especial no Jornalismo, prevê ainda a invisibilidade do sujeito subalterno, como explica Maurício Matos dos Santos Pereira (2014). A invisibilidade, porém, não deve ser entendida aqui no sentido literal da palavra, mas como o “não reconhecimento social do indivíduo”. Isso significa que ao olhar para o subalternizado, o que se vê não é “alguém, mas o estigma, a imagem produzida por quem observa e não de quem é observado” (*idem*, p. 202). Essa construção da invisibilidade, segundo o pesquisador, pressupõe a existência do subalterno a partir da sua proximidade, da sua facilidade de acesso a quem o observa, ou seja, não é a partir de um espaço vazio que se produz a invisibilidade, e sim, de um modo de enxergar o outro, colocando-o cada vez mais fincado na posição subalterna.

O processo é mais sofisticado, pois ao contrário desta metafísica em torno do culto do vazio de sentido articulado com o caráter absoluto do lugar do subalterno, a construção social da alteridade obedece ao conjunto das imagens produzidas socialmente e necessárias à sua qualificação como monstro, anormal, doente, ladrão, criminoso etc. (PEREIRA, 2014, p. 202)

A partir de Pereira (2014) é possível verificar como o sistema da invisibilidade é algo inserido na lógica do Jornalismo. O modo como o jornal lida com o conteúdo é focado na perpetuação de um lugar de fala privilegiado. No silêncio do subalternizado está dito que sua voz não merece ser ouvida pelo público leitor. Nesse sentido, o jornal pode ser inserido no que o autor classifica como “máquinas coletivas disciplinadoras”, instituições que normatizam o aprendizado coletivo e são cruciais no processo de formação dos indivíduos, como a família, a escola, hospitais, dentre outros (*idem*, p. 204), ou seja, instrumentos que ajudam determinado grupamento social a identificar quem é o subalterno e porque ele ocupa aquele lugar, porque “o outro não é tolerado como singularidade, sua existência está condicionada ao conjunto das imagens previamente elaboradas para ele habitar” (*idem, ibidem*).

Gayatri Chakravorty Spivak (2010), ao trabalhar a figura da mulher na condição de subalterna, mostra que grupamentos sociais na subalternidade sequer possuem condições de falar por contra própria, sendo colocados, muitas vezes, em situação de objetos de pesquisa por acadêmicos que observam sem, de fato, buscar meios de desconstruir o discurso colonial hegemônico que limita aquele grupamento à condição de subalternidade. O não ter lugar de fala, para Spivak (2010), é justamente a capacidade de dar voz ao subalterno que, mesmo ao se expressar, não altera a relação de poder que o estabiliza na subalternidade, já que

para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo. A solução do intelectual não é a de se abster da representação. O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de maneira a oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante. (SPIVAK, 2010, p.61)

A solução para essa problemática, ainda segundo Spivak (2010, p.61), é o de “reescrever a consciência” do grupo subalternizado, sendo necessário não apenas torná-lo visível, mas, sobretudo, transformá-lo em “indivíduo vocal”. A autora ensina ainda como a subalternidade no âmbito da sexualidade está ligada à violência, ou melhor, como as questões que dizem respeito a quem ocupa a posição subalterna estão atreladas a um processo de “violência visível” (*idem*, p. 111). O resultado disso é que a “tarefa de recuperar um sujeito (sexualmente) subalterno se perde em uma textualidade institucional de origem arcaica” (*idem*). Portanto, não adianta trabalhar nessa

dissertação um olhar pós-estruturalista/*queer* em periódicos se não houver condições de apresentar meios de quebrar o modelo atual de Jornalismo, hoje estabelecido a partir de uma produção que costuma silenciar a plural identidade LGBT, sem sequer reconhecer que há um lugar de fala a ser construído e amplificado.

O regime de silenciamento do subalterno na cobertura política operou de outro modo no jornal “Massa!”. Os jornalistas que produzem esse periódico preferem calar os LGBTs ao não reproduzir uma matéria sequer sobre a pauta LGBT e as eleições. É o silenciamento que priva o leitor de informações a partir do que se acha mais adequado diante da sua condição social. Entre setembro e outubro, não houve nenhuma matéria ou nota sobre os LGBTs nas eleições. Todo o conteúdo político foi resumido em quatro conteúdos veiculados na coluna semanal “Gmaiúsculo”, reproduzida sempre às sextas-feiras e focada em temáticas do universo LGBT que estejam em destaque.

Nos dias 05 e 12 de setembro, e 03 e 10 de outubro, os títulos foram, respectivamente: “**Os LGBTs e as eleições**”, “**Presidenciáveis vesus LGBTs**” (*anexas págs. 155 e 156*), “**Presidenciáveis e a homofobia**” e, no mesmo dia, “**Morto de vergonha!**” e “**Declarações homofóbicas podem custar R\$ 1 mi a Levy Fidelix**”. Além de ser uma coluna semanal, o texto é estruturado em formato opinativo, como pode ser confirmado no parágrafo abaixo, o que difere do jornalismo informativo no qual se inseriu as questões LGBTs no jornal “A TARDE”.

A um mês das eleições é importante observar quais candidatos têm propostas efetivas para a comunidade LGBT, e quais destas ações são de fato benéficas. Dentro deste cenário, não poderia deixar de comentar a atitude de Marina Silva, que mudou o plano de governo menos de 24 horas após a sua divulgação, no último dia 29 de agosto. E a alteração foi fruto da reclamação pública do pastor Sillas Malafaia, por meio do Twitter, e de outros políticos evangélicos. Antes das mudanças, a candidata do PSD, que é evangélica, declarou que apoiaria o casamento civil igualitário na Constituição e no Código Civil e a criminalização da homofobia. (Juracy dos Anjos, Os LGBTs e as eleições, 05.09.14, jornal Massa!)

Para analisar a formação das modalidades enunciativas, Foucault (2014, p.61) sugere que a primeira questão a ser resolvida é: “quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem? Quem é seu titular?”. Neste caso quem fala é o jornalista. Em nenhuma das publicações na coluna “Gmaiúsculo” há indícios de que foi apurado qualquer conteúdo a partir de entrevistas com especialistas ou membros da comunidade LGBT. É meramente a reprodução de fatos noticiados que ganham o comentário do colunista. Ele é o indivíduo

autorizado a falar, a contar histórias, comentar, trazer em sua coluna o regime de verdade em relação aos LGBTs e a eleição, mesmo que seu olhar seja limitado pelo espetáculo que a própria mídia cria no cenário político.

Presenciamos, nas eleições presidenciais deste ano, um cenário obscuro para os gays no Brasil. E sem muita perspectiva de mudanças. Isso porque os principais candidatos (Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves) não se posicionam claramente sobre ações efetivas para esta população – como a aprovação da lei contra a homofobia e o casamento igualitário. A do PT, com receio de perder votos dos religiosos mais radicais, apenas afirma que as propostas para os LGBTs estão em sua “boca”, deixando claro que não colocará em seu plano de governo (ainda não divulgado pela candidata). A evangélica Marina (PSB) tinha até pautado ações efetivas, mas um dia após a divulgação do seu programa de governo, voltou atrás e disse que tudo não passava de erro de digitação. Aécio Neves (PSDB) é outro que prefere se silenciar, falando de forma genérica de medidas para esta comunidade. (Juracy dos Anjos, Presenciáveis e a homofobia, 03.10.14, jornal Massa!)

Apesar de válida a iniciativa de ter uma coluna sobre dissidência sexual e de gênero, o jornal “Massa!”, quando oferece visibilidade à temática LGBT, concentra sua produção em um setor específico (a coluna), ao invés de disseminar conteúdo ao longo da sua produção, como faz o irmão centenário. Esse cenário mostra como os dois, apesar de estarem em um mesmo grupo de comunicação, são plataformas impressas com pouca viabilidade de comparação no âmbito noticioso¹. Entretanto, ambos mostram como há imensa lacuna a ser preenchida no conteúdo que deixa de levar em consideração importantes aspectos relacionados às questões de sexualidade e gênero.

Ainda sobre a formação das modalidades enunciativas, Foucault alerta à necessidade de “descrever também os lugares institucionais” (2014, p. 62). Ou seja, se sabemos que lugar de fala ocupa o jornalista, é preciso compreender também de qual estrutura organizacional ele emite seu discurso. Independente de direcionar suas produções para públicos distintos, os dois jornais analisados fazem parte do mesmo grupo de comunicação. Logo, estão inseridos em uma lógica de produção em massa que precisa ser analisada a partir de aspectos econômicos e ideológicos, como alerta Marilena Chauí (2006).

Em relação aos aspectos econômicos, a autora defende ser crucial entender que os meios de comunicação, quando necessitam da publicidade, do *marketing* e da estrutura

¹ No Jornalismo trabalha-se com a separação entre gêneros textuais. Desse modo, artigos, colunas, notas, editoriais, entre outros, são considerados a opinião de um enunciador que emite seu posicionamento ao público, neste caso o colunista. Essa dinâmica é diferente de matérias, notas e reportagens, que estão no gênero informativo e representam a produção noticiosa a partir da entrevista com fontes e dados apurados que trazem a ideia de construção noticiosa por meio de material colhido, e não necessariamente da opinião do emissor da mensagem.

empresarial para sobreviver, são, antes de tudo, empresas privadas que precisam do lucro financeiro. Isso coloca a imprensa como um espaço de produção de discursos e sentidos no qual “o sujeito do poder não são os proprietários dos meios de comunicação, nem os Estados, nem grupos e partidos políticos, mas simplesmente (e gigantescamente) o próprio capital”. (CHAUÍ, 2006, p. 74)

Na perspectiva ideológica, a relação da mídia massiva com o público significa a reprodução continuada de mensagens que se tornam a verdade absoluta para muitos leitores, colocando o veículo de comunicação como o transmissor de representações e fenômenos sociais que passam a ser legitimados a partir do olhar dissipado pela mídia. Chauí constrói nesse contexto o conceito de ideologia da competência, que consiste em apresentar ao público não apenas os fatos, mas legitimar comportamentos e práticas a partir de vozes que são colocadas em um patamar de aceitabilidade, enquanto a rejeição será natural ao que estiver deslocado ou fora dessa normatização.

A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer um. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Em uma palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem. (*idem*, p. 76 – 77)

Uma vez que os campos econômico e ideológico formam a espinha dorsal da relação entre os meios de comunicação e a sociedade, é válido acrescentar que, ainda no âmbito da formação das modalidades enunciativas, Foucault (2014, p. 63) alerta à importância de perceber como o indivíduo está posicionado em um contexto maior da sua sociabilidade. É preciso, segundo o autor, identificar que “as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”.

Pode-se relacionar esse contexto, no caso do Jornalismo, com a perspectiva de Nelson Traquina (2012), um dos autores mais respeitados entre os teóricos da área. Ele pontua que o “valor central no jornalismo é a associação com a verdade”, sendo reforçado que o jornalismo é, acima de tudo, uma atividade intelectual, que os

jornalistas são os “modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar ‘estórias’” (idem, p.21). Logo, o posicionamento do jornalista diante dos coletivos que o cercam é de se posicionar como reprodutor de dados, de conteúdo, dentro de uma perspectiva de verdade que é incapaz de ser aplicada como absoluta.

Se os jornalistas assim percebem seu lugar de fala dentro do coletivo, é importante observar a existência de variáveis que colocam essa dinâmica como um mero relato superficial e seguidor de padrões hegemônicos, como aqueles que, justamente, validam o LGBT como o não natural, o subalterno que precisa ser amparado e representado discursivamente por quem sequer integra o seu grupo. Como explicam Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado, os LGBTs não são excluídos desse discurso, e sim, colocados na inferioridade por conta de uma

espetacularização produzida pela mídia, o que importa não é construir uma reflexão sobre esta multiplicidade plástica das sexualidades que diferencia e agrega todos nós.

Estamos chamando de discurso hegemônico aquele discurso capaz de criar formas e práticas de consentimento, de modo a transformar uma experiência particular (neste caso, a experiência heterossexual burguesa) em pretensamente universal, inferiorizando ou invisibilizando quaisquer outras possibilidades de experiência social. (PRADO & Machado, 2012, p. 13)

No caso desta pesquisa, as plataformas midiáticas analisadas são impressas, uma vez que o estudo tem como objetos os jornais “A TARDE” e “Massa!”, ambos pertencentes ao “Grupo A TARDE”. Como peças que contribuem na engrenagem da mídia de massa e da indústria cultural, esse jornais também refletem, de certo modo, como as dissidências sexuais e de gênero tornaram-se pauta política entre as notícias. Prado e Machado (2012, p. 15), lembram que “a visibilidade e a aparição pública das homossexualidades” entrou, de fato, na “agenda social e política”. O problema é que, infelizmente, ter entrado na pauta não significa, no caso do Jornalismo, a criação de discursos que levem em consideração a pluralidade de identidades de gênero e as dissidências sexuais.

É neste contexto das relações sociais e institucionais que podemos afirmar que historicamente os homossexuais tornaram-se uma categoria social legitimada por diferentes formas de desigualdade e exclusão social, uma experiência sexual crivada pela experiência social de ter menos direitos sociais. Estas formas de inferiorização transformam a não heterossexualidade em um problema político, que enseja reconhecimento social na equivalência dos direitos e nas diferenças entre as formas de estabelecimento de relações públicas. (idem, *ibidem*, p. 16)

Parte-se do pressuposto, seguindo as orientações de Douglas Kellner, que os veículos de comunicação de massa podem construir barreiras em sistemas democráticos sempre que há reprodução de “discursos reacionários, promovendo racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros” (2001, p.13). Em contrapartida, é possível, ainda segundo Kellner, que os jornais se tornem aliados de “grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo” (*idem*, p. 13). Portanto, os jornais, uma vez inseridos como produtos da indústria cultural, precisam ser analisados como elementos reprodutores de “discursos sociais encravados nos conflitos e nas lutas” fundamentais de determinado período. (*idem*, p.12)

Desse modo, a representação do público LGBT nesses veículos apresenta-se também como um retrato de como parte da sociedade enxerga os agentes sociais que integram essa fatia da população. Se, por um lado, os jornais são um meio de solidificar estereótipos e fortalecer preconceito, por outro, podem também ser um espaço de debates e de fissuras dos padrões heteronormativos e da homofobia.

O fato é que a cobertura política dos jornais, a partir de um olhar *queer*, pressupõe a produção de um conteúdo sobre as dissidências sexuais e de gênero que consiga, de fato, problematizar as múltiplas nuances que envolvem a sigla LGBT. O desafio é produzir conteúdo com potência desestabilizadora em relação ao material pasteurizado que é simplesmente reproduzido nos jornais. Como garante Larissa Pelúcio, os espaços estão homogeneizados de tal forma que é cada vez mais “difícil se perceber como diferente ou refletir sobre a diferença” (2012, p.398). Isso porque estamos impregnados pela cultura dominante que nos coloca em um patamar de igualdade que nunca existiu, encobertos pela ideia de direitos iguais quando, na verdade, os que não se rendem às normatizações estão cada vez mais alijados dos processos sociais tidos como normais, restando o lugar de abjeção e violência.

Cada vez mais é possível identificar, ainda segundo Pelúcio, um discurso focado no modelo “alacrônico”, ou seja, existe uma “prática de falar do outro colocando-o em um tempo diferente do tempo daquele em que se está falando” (2012, p.400). Relativizando com os díspares jornais em análise, percebe-se que a fala vem do mesmo grupo social que subalterniza os homossexuais, ou de uma fatia que tenta combater a

homofobia e enxerga a posição de subalternizado como algo a ser reparado. E, no final do debate, o subalterno não teve (e dificilmente terá) a possibilidade de falar.

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. (*idem, ibidem*, p. 399)

Compreendido que a posição de subalternidade não é uma escolha, e que a partir do olhar do outro é que o indivíduo é colocado na esfera da subalternidade, é válido ressaltar que os subalternos, em muitos casos, são alçados ao lugar de abjetos pelo próprio discurso do Jornalismo ao privilegiar a fala dos candidatos. O conceito de abjeção, neste trabalho, é baseado no modelo proposto por Judith Butler (2000), que parte do pressuposto que o sujeito abjeto é, antes de tudo, o causador de ojeriza, repulsa, medo diante de um *status* que se consolida a partir da abjeção, como é o caso heterossexualidade versus a homossexualidade. Um exemplo está localizado no modo como os LGBTs foram problematizados em matérias como a exemplificada abaixo, que cita o recém-eleito deputado estadual Pastor Isidório como o segundo mais votado, com 123.234 votos, e que está pronto para disputar a vaga de presidente da Assembleia Legislativa. Ele diz contar com o apoio de Deus e da Bíblia, além de manter um discurso de abjeção em relação aos LGBTs.

Ele garante estar preparado para assumir o cargo e cita que o presidente do Legislativo é muito bem assessorado. Diz que sua eleição está “na mão de Deus e espero que ele toque o coração dos deputados e eles votem em meu favor”. Acha que é o preferido de Deus nessa disputa por seguir a Bíblia e aproveitou para dar um “pitaco” sobre os que contrariam os desígnios divinos. “Veja a seca em São Paulo. Sabe por que? É lá que ocorre a maior parada gay do Brasil. Precisamos rezar para chover em São Paulo, mas não pode provocar a ira de Deus fazendo coisas contra a natureza, contra o casal tradicional formado pelo homem e pela mulher”. Se ganhar, levará seu discurso conservador para a presidência do Legislativo. (Biaggio Talento. Com a “ajuda de Deus”, Pastor Isidório almeja chegar lá, 23.10.14, jornal A TARDE)

Curioso é que o Pastor Isidório, apesar de levantar a bandeira da família tradicional brasileiro, é conhecido por declarar sua condição de ex-gay². Um cenário

² No vídeo “Deputado baiano afirma que já foi gay e se curou da AIDS”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4fIF1z7h38A>, é possível ouvir diversas declarações homofóbicas do parlamentar. Em um trecho, ele afirma: “Há 18 anos eu era alcoólatra, era drogado e, lamentavelmente, me transformei também em homossexual, mas eu conheci a palavra de Deus e fui liberto pelo poder desta palavra”. O mesmo deputado esteve à frente, em maio de 2016, da retirada dos termos “gênero” e “diversidade sexual” do Plano Estadual de Educação (PEE), que prevê diretrizes e metas para a educação

mediático desse tipo é passível de análise a partir de Butler, que explica a formação do sujeito como algo atrelada, desde a infância, à identificação com o “fantasma normativo do sexo” (2000, p. 112). Os indivíduos são condicionados a adentrar pelo binarismo de gênero que divide a sociedade entre homem e mulher, a partir de uma visão biológica baseada essencialmente na existência de pênis e vagina para definir quem é macho ou fêmea. E o natural, ainda seguindo a lógica binária, é sentir-se atraído pelo sexo oposto. Logo, quem escapa desse modelo é levado ao universo da abjeção, tornando a heterossexualidade algo que precisa da homossexualidade para manter-se como dominante. Assim, ao declarar-se como “ex-gay”, o parlamentar busca fugir da zona de abjeção (onde a popularidade política é menor) e adere à normalidade imposta pela sociedade heteronormativa.

Butler ainda ressalta que existe a construção de uma “matriz excludente” na qual os sujeitos são formados dentro da lógica onde há “a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito” (*idem, ibidem*, p.112); Sendo assim, colocar o LGBT como abjeto dentro da subalternidade é uma estratégia utilizada para reforçar o lugar de domínio heterossexual, algo que naturalmente se reflete no modo como o universo LGBT será retratada nos jornais, uma vez que a mídia, de modo geral, tende a seguir as estruturas dominantes ligadas ao poder e ao capital, haja vista o reforço do lugar de falar de personagens com Pastor Isidório, que sequer são questionados no texto.

O lugar de abjeção no universo LGBT ganha mais destaque quando o assunto está ligado ao universo transgênero que inclui, essencialmente, transexuais e travestis. Esse grupo envolve indivíduos que estão no confronto direto com a heterossexualidade a partir das mudanças físicas. Em nenhuma matéria analisada é citada alguma demanda das eleitoras e eleitores trans. São, sem sombra de dúvidas, as mais invisibilizadas e silenciadas no regime discursivo criado pelos jornais.

Se em sua cobertura política o jornalismo segue o discurso hegemônico dos candidatos e candidatas, é esperado esse mesmo silêncio para a causa trans. O universo transgênero fissa o modelo binário de sexualidade imposto pela heterossexualidade

baiana. Os termos foram substituídos por expressões genéricas como “respeito às diversidades” e “tolerância”.

compulsória e pela heteronormatividade³, não é de estranhar, portanto, que seja ignorado pelo modelo de jornalismo identificado nesta pesquisa. Pessoas trans assumem corpos fora dos padrões binários, ingressando em um ciclo de vida que é socialmente considerado como “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status do sujeito”, porém, segundo Butler (2000), esse ocupar do espaço abjeto é crucial para que “o domínio do sujeito seja circunscrito”. (*idem*, p.112)

Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual - e em virtude do qual - o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Nesse sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, "dentro" do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. (BUTLER, 2000, p.112)

Em artigo focado no modelo de visibilidade midiática dado às transexualidades, Leandro Colling e Tiago Sant’Ana (2014) consideram notória a não existência de uma fórmula pronta que defina como o LGBT deve ser representado nas aparições midiáticas. Até porque isso seria normatização, algo combatido em modelos de pensamento que buscam fissurar as normatizações. Entretanto, os autores pontuam a necessidade de a mídia “problematizar as identidades” e ir além dos debates que focam em determinados aspectos da pauta LGBT em detrimento de outros que são esquecidos, como é o caso dos inexistentes debates políticos que levantam as nuances do universo trans. É preciso, neste caso, buscar uma visibilidade midiática que respeite as dissidências sexuais e ouça, de fato, o público LGBT. E isso, segundo os pesquisadores, deve acontecer somente quando a mídia tiver a capacidade de promover o

questionamento e a quebra da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade.

Nesse sentido, é impossível representar todas as nuances das diferenças, sobretudo quando o lugar de fala de quem representa está pautado numa normatividade trazida por uma suposta normalidade. Logo, a efervescência

³ De acordo com Butler (2014, p. 45), a “instituição de uma heterossexualidade compulsória naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo sexual”. Ou seja, a heterossexualidade compulsória normatiza a heterossexualidade como algo natural, em detrimento das demais sexualidades. Já a heteronormatividade é a ideia de que todos, inclusive os gays, devem seguir padrões heterossexuais de comportamento cotidiano. De acordo com Gilmaro Nogueira (2013), “na heteronormatividade todos os sujeitos devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, sejam heterossexuais ou não. Com isso, entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida das pessoas”.

das identidades, a pluralidade de subjetividades, os devires corporais são políticas de enfrentamento às instituições políticas tradicionais da ciência normalizadora e também da imprensa normativa. (Colling e Sant'Ana, 2014, p. 260)

No caso da cobertura política, seria crucial um olhar que problematize como as questões trans precisam ser tratadas como políticas públicas. Para isso, as pessoas trans precisam ser inseridas no debate político com pautas específicas, e não como integrantes do grande universo LGBT que aparece somente preocupado com combate à homofobia, adoção de crianças e reconhecimento enquanto família. É preciso encarar o fato que “mostrar a existência desses sujeitos é um começo para discutir a sua existência e atuação na sociedade” (*idem, ibidem*, p. 262), sendo considerado o discurso político e não o de espetáculo que normalmente é levado à mídia pela condição trans.

No bojo dessa corrida tecnológica, a representação midiática também se apresenta como uma forte ferramenta de alastramento de normas sexuais e, sobretudo, de uma propaganda incessante da heterossexualidade. Entendemos os atos de representação como teias complexas de normatização e de utilização estratégica das identidades. (*idem, ibidem*, p. 260)

É necessário levar para a rotina produtiva do Jornalismo a própria definição de identidade de gênero. Para compreender o que é identidade, Tomaz Tadeu da Silva (2007) explica que é preciso também desvendar o que vem a ser diferença. A identidade de um sujeito é definida a partir do seu autoreconhecimento, de perceber-se no mundo como unidade e, ao mesmo tempo, como peça que se encaixa em determinado grupamento em detrimento de outro, que passa a ser negado pela noção de diferença. É o caso, nesta pesquisa, do universo LGBT. Dissertar sobre gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros é, antes de tudo, reconhecer que são múltiplas identidades inseridas em uma mesma sigla, sendo sempre colocado como diferença as demais identidades, em especial a heterossexual, que, historicamente, é dominante a partir da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade. Queremos dizer que

a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. "Nós" e "eles" não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes "nós" e "eles" não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de

posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. (Silva, 2007, p. 03)

Silva (2007) aponta como crucial nesse contexto as oposições binárias que giram em torno das questões identitárias, como a dualidade homossexual/heterossexual, negro/branco e mulher/homem. Ao problematizar esses binarismos, ainda segundo o autor, é possível identificar as relações de poder que estão organizadas no interior das identidades e das diferenças. Nesta pesquisa, como as questões identitárias serão analisadas à luz da representação que se obtém por meio de veículos de comunicação de massa, torna-se condição *sine qua non* a compreensão do discurso no qual se produzem a identidade e a diferença.

O pesquisador alerta que é dentro das criações sociais e culturais que nascem a identidade e a diferença, “elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (p. 02), por isso, compreender a identidade passa pela noção da linguagem que abarca o signo como uma presença composta pelo seu significado e seu significante (o modo como é visto pelo receptor da mensagem). É dentro de uma construção cultural da linguagem que formamos nossa identidade e reconhecemos a nossa diferença.

Dividir o mundo social entre "nós" e "eles" significa classificar. O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. (*idem*, p. 03)

Butler problematiza alertando que as identidades de gênero estão enraizadas em processos sociais que, historicamente, demarcam e reforçam a presença dos ‘gêneros inteligíveis’, ou seja, daqueles que “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (2014, p.38-39). Essa relação estipula um processo de naturalização da heterossexualidade e, a partir da heterossexualidade compulsória, coloca as demais possibilidades de identidade de gênero em posição de afastamento do que é tido como adequado à matriz cultural. A

autora lembra ainda que a identidade é também um efeito ‘das práticas discursivas’, portanto, o não reconhecimento disso nas produções noticiosas termina por servir apenas de reprodutor de discursos normativos.

Butler (2014) afirma ser equivocado acreditar que a discussão sobre identidade preceda à discussão de identidade de gênero. Isso porque os indivíduos, segundo a filósofa, começam a ser compreendidos em sua existência assim que recebem um gênero dentro do padrão binário reconhecido pela sociedade, o masculino e o feminino. Para compreender a visão da filósofa, faz-se necessário previamente explicar que gênero e sexo possuem definições distintas em suas obras.

O primeiro seria algo construído culturalmente dentro das estruturas sociais que envolvem relações discursivas e de poder, “são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” a partir dos comportamentos normatizados na sociedade (p. 28). Gênero, então, seria observado **a partir da heterossexualidade compulsória e da estrutura binária homem/mulher**, que está abarrotada de significado e significante, sendo que suas experiências são estabelecidas a partir dos “termos de um discurso cultural hegemônico”. (p. 28)

Essa noção de gênero pressupõe a existência dos já citados gêneros ‘inteligíveis’. É dentro dessa lógica que Butler (2014) desconstrói a noção de gênero como dito acima, argumentando que existe na sociedade uma multiplicidade infinita de gêneros que são rejeitados por não serem ‘inteligíveis’.

Já o sexo, ainda segundo Butler (2014), emerge da estrutura natural do indivíduo, sendo muitas vezes oprimido pela estrutura cultural que envolve o gênero na sua lógica binária e sua sociabilidade. A temática é, portanto, trabalhada pela filósofa a partir da ideia de que toda identidade de gênero é “performativamente construída” (p.48), práticas que reafirmam os discursos construídos em torno das representações de gênero. Sendo assim,

as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2000, p. 111)

Como o Jornalismo aqui analisado segue o hegemônico/normatizado dentro da lógica da comunicação de massa, é perceptível como as identidades fora da

heterossexualidade aparecem como elementos de subversão. Ainda no âmbito dos estudos das subalternidades, é possível perceber nas matérias como há o interesse de manter a pauta LGBT em destaque nas suas páginas. Somente no jornal “A TARDE”, 83,3% do conteúdo publicado foi ilustrado com fotos, o que representa 14 conteúdos. A utilização de imagens é algo que sempre realça o conteúdo de determinada temática em um jornal. Importante ressaltar, no entanto, que seguindo a linha de visibilidade apenas dos candidatos, 12 dos 14 conteúdos foram ilustrados com fotos dos candidatos. As duas pautas que fogem desse padrão são matérias com fotos de passeatas ou do representante do Grupo Gay da Bahia (GGB). Se houve invisibilidade no discurso dos jornais, natural que haja também nas imagens.

Segundo Pereira (2014), é necessário estabelecer uma correlação entre a invisibilidade do subalterno e sua construção nos meios de comunicação. Esse paralelo traçado pelo autor defende que a subalternidade se torna um simulacro à medida que a inserção midiática é feita dentro de um contexto deslocado da condição de subalternidade. Leva-se em conta apenas o olhar noticioso que está delimitado pela lógica do Jornalismo como elemento da indústria cultural, como foi o caso exemplificado pelo mesmo autor, que teve repercussão midiática internacional e ficou conhecido como o sequestro do ônibus 174⁴. O fato envolveu um jovem negro, pobre, morador de rua e que ficou conhecido, em 2000, depois de fazer reféns os passageiros de um ônibus no Rio de Janeiro.

Colocado em posição de subalternidade desde a mais tenra infância, o subalterno citado pelo autor ganha visibilidade midiática, porém, essa visibilidade cria um simulacro da subalternidade em si. O simulacro, neste caso, é compreendido a partir da visão de Gilles Deleuze⁵, como uma reprodução, a “cópia da cópia”, algo que possui “no seu interior o enfraquecimento da relação de semelhança que rege a relação

⁴ O caso aconteceu dia 12 de julho de 2000. Sandro Barbosa do Nascimento planejava assaltar o coletivo da linha 174 quando, no Jardim Botânico, o veículo foi interceptado pela polícia. Sandro manteve como refém os passageiros e, após horas de negociação, saiu do veículo com a professora Geísa Firmo Gonçalves, 21 anos, como seu escudo humano. A rendição foi acompanhada, inclusive, pela imprensa internacional, mas acabou de modo trágico após o soldado Marcelo Oliveira dos Santos, do Bope, atirar contra o assaltante. Geísa foi atingida e morreu. Sandro foi colocado em um camburão, onde morreu asfixiado nas mãos da polícia. Ele era um dos garotos que, em 1993, sobreviveu a Chacina da Candelária. A vida de Sandro foi retratada no filme *Ônibus 174*, de José Padilha.

⁵ DELEUZE, Gilles. **Platão e o simulacro**. In: *A lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 257 – 271.

dominante entre o modelo e as cópias bem fundadas”. (DELEUZE *apud* PEREIRA, 2014, p. 206)

Sendo assim, o Jornalismo como produtor de um simulacro da subalternidade atua a partir da produção do discurso que é incapaz de apresentar “os processos dominantes de construção da diferença” (p. 210). Outro aspecto relevante está atrelado ao fato de o Jornalismo não ter preocupação em tirar o indivíduo do posto de subalterno. E quando se abre espaço para este ator social falar, seu discurso está inserido na lógica de poder que o colocou como subalterno, sem apresentar um apanhado que faça referência ao regime social de “construção da subalternidade”. (*idem, ibidem*, p. 210 – 211)

No caso do público LGBT, o Jornalismo constrói essa subalternidade como simulacro não apenas em casos ligados à criminalidade, cobertura que será analisada em outro capítulo desta pesquisa. Paradas gays, por exemplo, são exaustivamente inseridas na cobertura midiática sem a preocupação de produzir conteúdo que remeta à construção daquele lugar subalterno. É meramente a festa, as polêmicas⁶ e o reforço de que há movimento sólido de combate à homofobia, sendo valorizados sempre dados oficiais como número de participantes, verba investida e o incremento no número de turistas nas cidades. O discurso, no entanto, não tem capacidade de desvendar os indivíduos como agentes sociais inseridos em uma estrutura que os oprime historicamente a partir de fenômenos sociais que levam à subalternidade.

Enquanto simulacro, a subalternidade se desnatura no conjunto das relações sociais, torna-se um discurso associado a interesses políticos dominantes ligados, por sua vez, ao incremento do valor comercial do produto de acordo com as diretrizes da indústria cultural, mas ao mesmo tempo passa a funcionar como ponto de vista privilegiado para a desconstrução dos valores conferidos à diferença. (PEREIRA, 2014, p. 205)

Um dos problemas desse discurso deficitário do Jornalismo é sua capacidade de ecoar e influenciar o público receptor da mensagem. Parte-se do pressuposto, como afirma Helena Miranda Santos (2008), que existe uma “manipulação tácita” da mídia que pode ser observada através de mensagens veiculadas com base no discurso

⁶ Na 19ª edição da Parada LGBT de São Paulo, por exemplo, a maior visibilidade do evento girou em torno da indignação de cristãos que acharam desrespeitosa a performance da transexual Viviany Belebóni. Ela desfilou em cima do trio elétrico, onde simulava estar crucificada como Jesus Cristo. No topo da cruz estava a frase: “Basta de homofobia com GLBT”. O evento aconteceu no dia 07 de junho de 2015. A transexual voltará a ser citada no capítulo quatro desta dissertação, dedicado à cobertura de matérias de violência, depois de ter sido vítima de um homofóbico que a agrediu a facadas.

dominante. “Trata-se, portanto, de uma discussão bastante atual e que, ainda, carece de atenção por parte de pesquisadoras/es que atuam na área de gênero e cultura”. (SANTOS, 2008, p. 45)

Com base em conceitos de Giani David Silva⁷ (*apud* SANTOS, 2008, p. 46), a pesquisadora comenta que existem duas lógicas, a econômica e a semiológica, operando nessa relação de manipulação dos veículos de comunicação. A primeira delas “objetiva fabricar um produto competitivo no mercado”, enquanto a segunda trabalha a partir da oferta de linguagens, imagens e sinais que servem como “máquina produtora de signos”. Dentro dessa construção midiática, acaba-se por priorizar os elementos que devem ir ao público a partir da maior capacidade de estimular o consumo e consolidar as ideias que beneficiam quem detém o lugar de dominação. (SANTOS, 2008, p.46)

Na sociedade contemporânea, os discursos da mídia assumem um importante papel na formação de opiniões e na construção de identidades, pois, a todo momento, trazem experiências mediadas da vida das pessoas, sendo, portanto, responsáveis pela construção e reprodução, no plano simbólico, da cultura e da vida social. (SANTOS, 2008, p. 45)

Inserida em uma perspectiva antropológica e feminista sobre os meios de comunicação, Sabrina Uzêda (2008) amplia o debate afirmando que “ser do sexo masculino e do sexo feminino está associado, portanto, à materialidade que seus corpos assumem no meio social” (p. 71). A autora trabalha com a perspectiva de que é necessário buscar caminhos para construção de um discurso midiático que tenha potencialidade de atingir a pluralidade das identidades de gênero, étnicas e raciais. O problema é que, na contramão dessa linha de pensamento, cada vez mais a imprensa apresenta uma produção voltada às normatizações e que reproduz apenas padrões sociais.

Os meios de comunicação constituem uma esfera necessária para a comunicação não distorcida e debate para a constituição de uma democracia baseada na capacidade organizada de reconciliar identidades múltiplas e conflitantes, criticar e viver com interpretações contraditórias da realidade. (*idem, ibidem*, p. 79)

A autora alerta para o fato de que os meios de comunicação estão inseridos na lista de instituições que regulam as relações sociais, assim como a Igreja, a família, o

⁷ SILVA, Giani David. **A informação entre a realidade e a ficção**. In: MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo; MELLO, Renato de (orgs.). *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2002.

Estado, as escolas, dentre outros. Desse modo, é crucial compreender que a mídia é influenciada pelo meio social ao construir seus discursos que fomentam as representações sociais. “À proporção que associam comportamentos, valores, atitudes a um ou a outro gênero, as representações midiáticas ajudam a formular o que reconhecemos como feminilidade e masculinidade”. (*idem, ibidem*, p.68)

Neste trabalho, queremos entender como representação o mesmo que Uzêda (2008) como construções feitas do real, espécies de leituras e interpretações da realidade que passam a ser externalizadas pelos veículos de comunicação. Essas construções estão impregnadas de relações sociais, contexto histórico e de ações coletivas. Desse modo, a representação contribui para a estruturação de uma realidade comum a um grupo social que passa a compartilhar certas práticas. “Dentro dessa perspectiva, as representações sociais são imagens construídas sobre o real, pontos de vista que são elaborados a partir de uma determinada posição no espaço social”. (*idem*, p. 66)

Como agente crucial nesse processo de representação social, os veículos de comunicação, ainda segundo Uzêda (2008), devem ser entendidos como instituições sociais que refletem e reforçam os conceitos e ideias hegemônicas enraizadas no cotidiano social. Essa realidade produz discursos que se alojam no imaginário coletivo, culminando com a criação de modos de “percepção e interpretação da realidade” (*idem*, p.66). Ao mesmo tempo, a pesquisadora utiliza conceitos de Joan Scott⁸ (*apud* UZÊDA, 2008, p. 68) para entender a mídia também em sua ‘dimensão organizacional’, ou seja, dentro de uma rotina de produção que inclui a tradução do mundo simbólico em normas e valores, o que leva o receptor da mensagem emitida pela mídia a ter “certos modos de pensamento, comportamento e modelos que servem para a construção ou desconstrução dos valores tradicionais e dominantes”.

Deste modo, a necessidade de um controle de qualidade nos comerciais de televisão, e na mídia em geral, como uma forma de garantir uma melhor representatividade da especificidade identitária que existem na sociedade brasileira é de extrema importância para um respeito à heterogeneidade. Além disso, através do controle de qualidade, situações ou imagens de agressão e violência física e/ou simbólica a constroem de estereótipos sobre determinados grupos sociais, como os negros, homossexuais, deficientes, idosos e as mulheres, poderão ser trabalhados de forma mais consciente e política na mídia. (UZÊDA, 2008, p. 79)

⁸ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: V.2, n. 20, jul./dez. 1995.

Neste momento, abre-se uma pequena lacuna na análise de conteúdo da cobertura política para alavancar o conceito de representação, que carece de maior contexto diante de sua complexidade que vai além do que é exposto pela pesquisadora citada no parágrafo anterior.

Para Rejane Vasconcelos Carvalho (2004), existem três principais contextos nos quais a palavra representação é conceituada e utilizada. O primeiro deles é representação como a “imagem ou idéia que se faz de algo ou de alguém”, conceito que melhor se aplica ao contexto deste trabalho, já que trabalha-se com a representação LGBT construída por dois jornais de grande circulação. Sendo assim, a pesquisa busca analisar justamente como a imagem do público LGBT é construída no discurso midiático e como as raízes da homofobia e da abjeção estão atreladas a essa representação.

O segundo contexto de representação está ligado à “encenação teatral”, ao universo da incorporação de personagens por quem assume a missão de se passar por outro alguém. O representar está no âmago da atividade teatral e assume caráter indissociável à teatralidade das experiências. Dentro do contexto da indústria cultural e comunicação de massa, importante ressaltar que a palavra teatral abarca toda e qualquer produção na qual seja possível experimentar vivências e história a partir da representação do outro, como é visto nos filmes, nas novelas, seriados, etc.

A terceira concepção de representação está ligada à transferência feita por alguém a um terceiro, do direito de falar e agir em seu nome, de ‘representá-lo’ em termos jurídicos, sociais ou políticos. Esse é o contexto mais envolvido no âmbito da legislação e da política partidária, dando ao termo representação um caráter burocrático e construído dentro das normatizações sociais impostas pelo Estado e que tornam-se reguladoras das diretrizes a serem seguidas pelo coletivo social. Nesse caso, a representação passa por uma relação de aceitação entre dois ou mais indivíduos, que concordam mutuamente que o representar deve acontecer dentro de padrões legalmente balizados.

Mesmo diante do fato de as três categorias de representação serem distintas, Carvalho assegura que há semelhanças entre elas. Trabalhar com representação, de algum modo, se torna uma espécie de transitar entre as três denominações, apesar de, em alguns casos, haver nítida predominância teórica de uma das definições.

Vale ressaltar que essas acepções mantêm entre si pontos de convergência: a encenação ou teatralidade é uma forma de “presentificação” de sentidos ou idéias; se o representante age e decide em nome de outro é porque se admite que ele incorpora as idéias, os interesses ou pontos de vista daquele a quem “representa”. Mesmo quando se enfoca apenas a primeira acepção, não há um, mas múltiplos conceitos de representação que variam em razão da ênfase e conexões atribuídas às dimensões, cognitiva, valorativa e pragmática; da sua origem social e subjetiva; das teses sobre a “natureza” dos signos e das imbricações entre real e imaginário. (CARVALHO, 2004, p. 517 – 518)

Carvalho (2004) ainda pontua que existe uma dimensão cognitiva, de aprendizado e conhecimento, na dinâmica da representação por estar atrelada à natureza do conhecimento possível de uma determinada realidade. A autora cita o exemplo do filósofo grego Platão, que, por meio do Mito da Caverna, inaugura a representação do que seriam homens comuns presos à realidade com representações que os deixavam fechados em um cenário de sentidos e percepções que impediam o aprendizado do que se passava no outro mundo sem representação, ou seja, do lado de fora da caverna. É defendido que “a ‘representação’ é sempre a presentificação de uma ‘ausência’, diz algo a respeito de um ‘objeto’, seja ele uma coisa do mundo, uma idéia, um sentimento, (re)apresentado em outra ‘matéria’, os signos, os símbolos”. (*idem*, p. 519)

Outra dimensão da representação, segundo Carvalho (2004), está atrelada à questão pragmática do termo, pois, o que é representado, termina por ser demarcado, limitado para que haja a interpretação de quem lê a representação oferecida. Nesse sentido que a representação ganha ainda mais importância quando está no âmbito social. A autora segue a proposta de Serge Moscovici⁹ para explicar que a expressão representações sociais tem também a função de “especificar as representações do 'senso comum', que orientam as interações dos homens ordinários integrando-os à 'realidade' da vida cotidiana” (*apud* CARVALHO, 2004, p.523).

As representações sociais, no caso da mídia, podem ser contextualizadas com Carvalho (2004) partindo do pressuposto que possuem caráter prático, carregam modos de reconhecer a realidade e formulam “intervenções de valores e códigos seletivos” que delimitam como muitos indivíduos pensam e se comportam. Essa perspectiva, ainda segundo Carvalho (2004, p.523), difere de uma representação coletiva, que estaria

⁹MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Press Universitaires de France, 1961.

atrelada a aspectos culturais “mais profundos” de uma determinada sociedade, com material reunido de uma história que fomenta a memória e a identidade social.

É possível avançar no debate em torno da representação a partir de Silva (2007), que enxerga a representação como algo ainda mais concreto, o traço visível que se emite sobre determinado objeto a ser representado. “No registro pós-estruturalista, a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material”. (*idem*, p. 06)

O pesquisador aponta que o crucial na representação a partir da visão pós-estruturalista é seu lugar de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atrelado à linguagem. Isso reforça a ideia de que a representação é, acima de tudo, observada a partir do sentido que desperta no outro, o significante, e não apenas com foco no significado do que é dito. Silva (2007) faz conexão direta entre essa representação e a identidade cultural que existe a partir da identificação da diferença do outro. Desse modo, é sempre por meio da representação que tanto a identidade do sujeito como a sua diferença começam a existir. “Representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’”. (*idem, ibidem*)

De acordo com Beverley (2014), existe uma luta dos grupos subalternizados pelo reforço da sua identidade, além da recuperação de seus elementos culturais julgados como inferiores ao longo do processo de subalternização. E a cultura de massa, voltada para grandes audiências, apesar de erguida quase sempre a partir do olhar de quem está no papel de dominação, se torna um lugar de visibilidade. Esse contexto serve para mostrar, ainda segundo Berveley (2014), que não necessariamente a cultura de massa tenha importância menor que o universo acadêmico no que tange as subalternidades.

No se trata de romantizar los efectos democratizadores o deconstructivos de la cultura de masas. Sin embargo, no es evidente a priori que la cultura científico-humanista, representada por la universidad y el arte moderno, “hace más” por sujetos sociales subalternos que la proliferación de la cultura de masas y sus efectos. (BERVELEY, 2014, p.42)

Berveley (2014) pondera que a cultura de massa é também um espaço que afeta o ambiente do subalterno, e que as novas formas de consumo tem promovido, mesmo entre os subalternos, novas experiências culturais e tecnológicas. Logo, a cultura de massa e a indústria cultural precisam também ser analisadas em consonância com dinâmicas sociais ampliadas, e não apenas como vilões dentro de trabalhos acadêmicos

que teriam a pretensão de achar que somente os padrões normatizados da universidade dariam conta dessa análise. Assim, ele compreende que o

modernismo estético y la cultura de masas no están tan radicalmente separadas como podría parecer, que la alta cultura burguesa y el fetichismo de la mercancía están ligados por una lógica no siempre oculta, que *nosotros* también somos interpelados por la cultura de masas, que, vice-versa, todos los productores y consumidores de cultura de masas pasan a través de, o son afectados por el sistema de educación en algún momento, y que la sala de clases o el museo son lugares para negociar las consecuencias políticas y sociales de la sociedad de consumo. (BERVELEY, 2014, p. 42)

Uma prova disso é como os jornais passam também a ser utilizados como plataformas de denúncia contra os preconceitos ligados às identidades de gênero. Por mais deficitário e silenciador que seja o discurso, essa atual visibilidade midiática dada aos subalternizados assegura a existência de um bradar contra preconceitos que atinjam esse coletivo, como pode ser lido na matéria abaixo.

Durante o debate promovido pela TV Record na noite de domingo (28), o presidenciável Levy Fidelix fez um discurso homofóbico ao dizer que “aparelho excretor não reproduz”. Fidelix associou a homossexualidade com a pedofilia e afirmou que gays precisam de atendimento psicológico “bem longe daqui”. O candidato também atrelou a homossexualidade a casos de pedofilia na igreja e conclamou “a maioria” a “enfrentar essa minoria”. “Não tenha medo de dizer que sou pai, uma mãe, vovô, e o mais importante, é que esses que têm esses problemas realmente sejam atendidos no plano psicológico e afetivo, mas bem longe da gente, bem longe mesmo porque aqui não dá”. (Folhapress e Agência Globo, Grupo marca “beijaço” gay contra Fidelix, 30.09.2014, jornal A TARDE)

Zygmunt Bauman (2012) explica que os debates em torno da identidade ganham força à medida que os indivíduos começam a cobrar por seus espaços que precisam ser delimitados dentro da sociedade. Sendo assim, a questão identitária passa a ser motivo de luta, de disputa por representatividade no coletivo social. Esse fenômeno ganha força a partir da Idade Moderna, quando as camadas sociais se tornam mais sólidas enquanto agrupamentos que pressionam e reivindicam seus direitos. A identidade, nesse caso, está atrelada ao sentimento de pertencimento e reivindicação.

A noção de pertencimento que foi pontuada no parágrafo acima, segundo Bauman (2012), não é algo que venha naturalmente. É preciso ter a noção de que é um espaço a ser conquistado, algo que remete à importância de termos indivíduos firmes em suas questões identitárias, principalmente quando estão colocados em posições de subalternidade. A identidade é, antes de tudo, o “identificar-se com a totalidade imaginada” dentro de uma sociedade heterogênea e marcada pelas relações de poder que

colocam em estado de subalternidade e abjeção as identidades não hegemônicas. (BAUMAN, 2012, p. 45)

As questões identitárias, ainda segundo Bauman (2012), transitam pelo contexto das identidades pessoal e social. A primeira delas assume um significado em relação ao “eu” do indivíduo. É o conhecer-se e colocar-se à disposição para ser o individual dentro do coletivo. Já a identidade social é que permite o falar em “nós”, da aceitação e inclusão. A partir dessa lógica que utiliza os pronomes “eu” e “nós” como referência, Bauman prevê, então, que a insegurança da identidade pessoal, do “eu”, encontra força e segurança nos aspectos fortalecidos pela identidade de caráter social, o “nós”.

Sugiro que a imagem mais capaz de apreender a natureza das identidades culturais é a de um *redemoinho*, e não a de uma *ilha*. As identidades mantêm sua forma distinta enquanto continuam ingerindo e vomitando material cultural raras vezes produzido por elas mesmas. As identidades não se apoiam na singularidade de suas características, mas consistem cada vez mais em formas distintas de selecionar/reciclar/rearranjar o material cultural comum a todas, ou pelo menos potencialmente disponível para elas. É o movimento e a capacidade de mudança, e não a habilidade de se apegar a formas e conteúdos já estabelecidos, que garante sua continuidade. (BAUMAN, 2012, p. 69)

Se a pluralidade das identidades de gênero não foi levada em consideração na cobertura política dos jornais, outra peculiaridade observada é a utilização de fontes que são alçadas ao posto de representantes dos LGBTs, como é o caso do Grupo Gay da Bahia (GGB). Como a visibilidade da cobertura é sempre dos candidatos, mesmo as fontes não ligadas aos partidos são ouvidas somente para repercutir as falas dos protagonistas, como pôde ser observado em conteúdos preparados apenas para repercutir declarações homofóbicas do então candidato Levy Fidelix.

O presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB), Marcelo Cerqueira, afirmou ontem que a entidade entrará na Justiça com um processo contra o presidenciável Levy Fidelix (PRTB) após as declarações do candidato sobre relações homoafetivas. Fidelix chegou a relacionar os gays com pedófilos e disse que eles precisam de “ajuda psicológica”, mas “bem longe daqui”. Segundo Cerqueira, o GGB vai “pedir providências em relação ao discurso violento e preconceituoso, divulgado para milhões de brasileiros”. (Anderson Sotero e Agências, GGB vai recorrer à Justiça contra Levy Fidelix, diz Marcelo Cerqueira, 01.10.14, jornal A TARDE)

O discurso assumido por Levy Fidelix, e reproduzido exhaustivamente pelos jornais, representa uma dinâmica discursiva que pretende ampliar a ideia de anormalidade que circula pelas sexualidades e gêneros dissidentes. Fincar esse aspecto no âmbito midiático, onde a repercussão é grande e o contexto histórico do preconceito

é nulo, amplia a noção de como o conservadorismo é forte na contemporaneidade. É o exercer poder no âmbito da sexualidade, algo que, segundo Foucault (1988), opera essencialmente dentro de quatro regras apontadas.

A primeira delas é a “regra da imanência”, que consiste em perceber que há interesses econômicos e ideológicos atrelados aos mecanismos de proibição existentes na sexualidade. “Técnicas de saber e de procedimentos discursivos” foram inseridos nesse campo para que o poder estivesse centralizado em que se autoproclama detentor desse saber e desses procedimentos”. (FOUCAULT, 1988, p. 106)

A segunda regra é a das “variações contínuas”. Nesse caso, é preciso identificar cada cenário para encontrar as correlações de forças que operam na sexualidade. Não existe, segundo Foucault (1988), um grupo que detenha o poder pleno na sexualidade, como homens, médicos e pais de família. Nem há um coletivo que seja privado completamente desse poder, como as mulheres e crianças. Pelo contrário, todos, em determinado momento, terão capacidade de operar as relações de poder que são inerentes à sexualidade na sociedade, afinal,

as ‘distribuições de poder’, e as ‘apropriações’ de saber não representam mais do que cortes instantâneos em processos, seja de reforço acumulado do elemento mais forte, seja de inversão da relação, seja de aumento simultâneo dos dois termos. (FOUCAULT, 1988, p. 109 – 110)

O teórico francês apresenta ainda a regra do duplo condicionamento, que pressupõe a existência de duas segmentações de poder, micro e macro. No microambiente estão as operações locais, o foco nos indivíduos em proximidade, como é o caso do âmbito familiar e escolar. Nesses espaços as relações de poder na sexualidade se consolidam e oprimem, deixando claro quem ocupa o lugar hegemônico e o de repressão. Já no macroambiente estão as projeções de grandes estruturas, como o Estado e a Igreja, que também traçam suas estratégias de dominação ao regular os corpos. Sendo assim, o poder local e o global (micro e macro) devem ser visto em um patamar de “duplo condicionamento” e que funcionam a partir de táticas refletidas em toda sociedade. (FOUCAULT, 1988, p. 110)

A quarta regra foucaultiana reconhece, no próprio discurso, a articulação entre poder e saber e a da “polivalência tática dos discursos”. Segundo Foucault (1988), não se deve trabalhar de modo limitado apenas com a lógica de que existe “um discurso admitido e o discurso excluído”, pelo contrário, é preciso encarar que dentro de cada

item dessa dualidade existe o poder inserido. Partindo para a prática, basta relacionar com a heterossexualidade e a homossexualidade, que não devem ser vistas isoladamente como detentoras do “discurso dominante e dominado”. Nas duas existe a veiculação do poder, mesmo quando o discurso é substituído pelo silêncio,

não existe um discurso de poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégias; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. Não se trata de perguntar aos discursos sobre o sexo de que teoria implícita derivam, ou que divisões morais introduzem, ou que ideologia – dominante ou dominada – representam; mas, ao contrário, cumpre interrogá-los nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos). (*idem, ibidem*, p. 112 – 113)

Desse modo, pode-se afirmar que a cobertura política entre os meses de setembro e outubro de 2014, nos jornais “A TARDE” e “Massa!”, inseriu a temática LGBT em sua pauta, entretanto, foi incapaz de produzir conteúdo aprofundado e reflexivo. A produção foi centrada na fala dos candidatos, com nenhuma abordagem que fugisse de um protagonismo dado aos políticos. Foram deixadas de lado as múltiplas nuances do atual momento de luta pelo reconhecimento das dissidências sexuais e de gênero como espaços que merecem ser ouvidos e respeitados.

Apesar de o recorte desta análise estar centrado no período eleitoral, a leitura assídua dos periódicos permite identificar esse cenário como algo constante. A mídia tem sido pouco eficaz na abordagem de assuntos que aprofundem os debates em torno das questões de sexualidade e gênero. É preciso investir na qualidade do conteúdo a partir de matérias e reportagens que questionem os processos heteronormativos, além de textos opinativos que levem à reflexão e tirem o leitor da superficialidade encontrada no noticiário online, radiofônico e televisivo.

Quando o jornal “A TARDE”, feito para as classes A e B, centra sua cobertura no factual do jogo político, ele pouco relativiza com as causas da homofobia e, ao seu leitor, nada oferece para que haja o contexto da temática com sua rotina de vida (a menos que o leitor também faça parte do grupo subalternizado). Desse modo, existe a informação, mas não o seu contexto amplificado. Por outro lado, quando o “Massa!” se cala diante do debate, está dito no silêncio que os públicos das classes C, D e E não precisam ter acesso a esse tipo de informação, bastando centrar sua produção noticiosa

em assuntos ligados à criminalidade e entretenimento (como nas paradas gays). É a velha máxima de sangue e festa para agradar o povo. E o leitor, que pouco ou nada observa nesse processo de dominação, se mantém alheio a processos sociais que atingem toda a coletividade.

O mais grave é nenhum dos jornais se esforçar para ingressar na pauta política assuntos como binarismos de gênero, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade e garantia de direitos ao público trans. É o silêncio absoluto na mídia que se torna refém das limitações discursivas dos candidatos. Segue-se a tendência de reproduzir e polemizar, sem a capacidade de aflorar novos debates em um ciclo de discussões que poderia começar entre os candidatos e ser levado à população em geral.

O fato é que estamos inseridos em um processo histórico de exclusão que perpassa todas as relações humanas. E o Jornalismo está envolvido nessa dinâmica. A voz do LGBT não é ouvida, pois ela vai de encontro à lógica dominante excludente. E essa é uma problemática que termina por ser naturalizada na cultura, portanto, dentro da necessidade de buscar votos, há quem se imponha como candidato (a) representante dessa fatia excluída, porém, sem uma representação efetiva da pluralidade que perpassa o universo LGBT (se é que há chance dessa representação ser possível). No final das contas, as lésbicas, os gays, as travestis, transexuais, transgêneros, dentre outros, não gritam seus anseios sociais nas páginas do jornal. E se isso deixa de acontecer na cobertura política, dificilmente encontrará meios de existir em outras editorias.

2. COBERTURA DE DIREITOS CIVIS: A UTOPIA DO JORNALISMO-QUEER-IDENTITÁRIO

Beatriz Preciado, em *Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”* (2011), explica que, ao longo da história, a heterossexualidade foi estabelecida na sociedade como um regime político, e não apenas como uma prática sexual. Isso simboliza a criação de meios de controle dos corpos e das vivências que passam a determinar quem está na normalidade ou fora dela. A partir de pensamentos disseminados por Michel Foucault, Monique Witing, dentre outros, o autor trabalha o conceito de sexopolítica, que se configura “como uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo”.

É por meio da sexopolítica que, segundo Preciado (2011), as práticas sexuais, os órgãos sexuais e os códigos de masculinidade e feminilidade entram na rota do sistema de poder, gerando “discursos sobre o sexo” e as “tecnologias de normalização das identidades sexuais” como instrumentos de controle dos corpos e vivências. (*idem*, 2011, p. 11); Essa dinâmica acaba sendo crucial à existência de processos de empoderamento e reforço político dos que estão à margem e são colocados como os anormais no padrão normatizado.

A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais...As minorias sexuais tornaram-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer. (PRECIADO, 2011, p. 14)

Se para Preciado (*idem*, p. 12) é possível “compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo”, é por meio da cobertura midiática que podemos analisar como o LGBT tem sido apresentado nos meios de comunicação de massa para o coletivo. Por isso, este capítulo é focado em como assuntos ligados aos direitos civis dos LGBTs foram abordadas pela imprensa. É necessário concordar com Preciado “que os corpos não são mais dóceis”. Eles estão expostos, gritam, dão pinta, lutam por direitos e, é claro, buscam visibilidade na sociedade midiaticizada e de amplo fluxo de circulação da informação.

Entre setembro de 2014 e setembro de 2015, os jornais “A TARDE” e “Massa!” publicaram 29 conteúdos cujo foco era direito civil. A maioria (15) está no “A TARDE”, e existem dois assuntos que dominam a pauta nessa área de produção: o casamento gay e o direito das/dos transexuais utilizarem o nome social. São pautas que aparecem como hegemônicas¹⁰ no jogo midiático e que, ao longo desta análise, serão problematizadas dentro de uma perspectiva *queer* aliada à comunicação que visibilize outras formas de viver, e não a pauta que naturaliza as relações a partir de um olhar heterossexual.

No jornal “A TARDE”, cinco das 15 matérias publicadas estão focadas no casamento entre pessoas do mesmo sexo. Destaque para a publicada como manchete da primeira página no dia 27 de junho de 2015. Com o enunciado “**Faça amor, não faça guerra**” (*anexo pág. 157*), a manchete celebra a decisão de, nos Estados Unidos, ter sido aprovado o matrimônio LGBT em todo o território, porém, o texto é também construído em tom de lamentação pelo fato de, no mesmo dia, ter acontecido três atentados terroristas na França, Tunísia e Kwait, deixando centenas de mortos e feridos. Uma charge foi estampada na capa do jornal com o desenho de dois terroristas e, simetricamente do outro lado, há o desenho de dois homens que se beijam com a bandeira do arco-íris erguida. Além da imagem, basta ler a chamada da capa para compreender a associação entre os dois assuntos.

Três atentados na França, Tunísia e Kwait sacudiram o mundo, três dias depois de o Estado Islâmico incentivar o “martírio”, no mês sagrado do Ramadã. Pelo menos 65 pessoas morreram e 229 ficaram feridas. Países da Europa e os Estados Unidos entraram em alerta. Ao mesmo tempo que o ódio disseminava, um outro ato fez a população mundial ter esperanças: a Suprema Corte dos EUA, por 5 votos a 4, tornou legal em todos os estados do país o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em vários locais, incluindo o Brasil, houve comemorações nas redes sociais. (Manchete: Faça amor, não faça guerra, 27.06.15, jornal A TARDE)

Quem comprou o jornal seduzido por essa manchete encontrou uma página inteira dedicada aos festejos pela aprovação do casamento gay nos EUA (a cobertura dos atentados terroristas é deslocada para outra página). O conteúdo relacionado ao casamento LGBT é ilustrado com duas fotos de grupos que celebram a decisão, além de

¹⁰ Pautas que aparecem como hegemônicas, no caso deste trabalho, são aquelas que reforçam o lugar de legitimidade dado a determinados discursos hegemônicos na sociedade. De acordo com Prado e Machado (2012, p. 13), esse é o discurso “capaz de criar formas e práticas de consentimento, de modo a transformar uma experiência particular (neste caso, a experiência heterossexual burguesa) em pretensamente universal, inferiorizando ou invisibilizando quaisquer outras possibilidades de experiência social”.

uma imagem do presidente Barack Obama e duas ilustrações retiradas da internet que mostram como houve ampla repercussão nas redes sociais. Somente na parte inferior da página são citados artistas e conta-se o caso de um casal que lutou pelo direito de oficializar a união. As fontes principais do texto são o próprio presidente norte-americano e três magistrados que argumentam contra e a favor da decisão, como pode ser conferido no primeiro parágrafo do texto.

“O amor venceu”. Com esta frase publicada no Facebook, o presidente americano, Barack Obama, comemorou uma decisão histórica. Depois de uma votação da Suprema Corte dos EUA, o casamento entre pessoas do mesmo sexo se tornou legal em todos os estados do país a partir desta sexta-feira. O órgão máximo da Justiça dos EUA definiu como inconstitucional qualquer tentativa de estados conservadores de banir a união oficial entre gays. (Agência Globo, EUA legalizam casamento entre gays, 27.06.15, jornal A TARDE)

Percebe-se como o Jornalismo trata de modo favorável a pauta do casamento gay. De fato, é um avanço na conquista dos direitos, porém, a partir de uma perspectiva *queer*, é necessário problematizar que essa relação é fruto de processos sociais balizados pela heterossexualidade. Como explica Richard Miskolci, uma análise *queer* do casamento entre pessoas do mesmo sexo exige a investigação de como matrimônio e o universo LGBT passam a se encontrar diante de uma moralidade que os colocou em sentidos opostos no fluxo da sociabilidade moldada por padrões morais conservadores.

O autor explica que, em 1869, o médico húngaro Karoly Maria Benkert utilizou pela primeira vez o termo homossexual. Era latente a impressão de que a criminalização das práticas sexuais dissidentes da heterossexual iria acontecer, com os LGBTs sendo colocados como uma “espécie desviada” por serem sujeitos à margem do padrão heterossexual. Esse processo de criação do outro enquanto abjeto é fortalecido em 1870, quando o psiquiatra alemão Carl Westphal publica o texto *As Sensações Sexuais Contrárias*, marco seguido pela inserção da homossexualidade como crime no código penal no ano seguinte. (MISKOLCI, 2007)

Por trás dos temores de degeneração sexual residia o medo de transformações profundas em instituições como a família. Considerava-se que a então chamada “inversão sexual” constituía uma ameaça múltipla: à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo. Essas razões levaram os saberes psiquiátricos e as leis a colocarem o homossexual no grupo dos desviantes, ao lado da prostituta, do criminoso nato e daquele que talvez fosse seu parente mais próximo: o louco. (MISKOLCI, 2007, p. 105)

O autor pontua que durante quase um século vigorou o modelo de pensamento que colocava as práticas sexuais dissidentes como algo equivocado, digno de ser considerado como patologia ou crime. Entretanto, em paralelo a esse movimento de negação do outro, é fortalecido o movimento social que “passou a demandar reconhecimento e aceitação, mas ainda enredado nos termos que o depreciavam. Tratava-se de um discurso de réplica e, portanto, com alcance limitado”. (MISKOLCI, 2007, p. 106)

Ainda segundo Miskolci (2007), é a partir do caso Stonewall¹¹, em 1969, em Nova York, que o discurso deixa de ser meramente uma réplica, sendo valorizado o engajamento dos que defendem a não patologização e criminalização das práticas sexuais e gêneros dissidentes. Teve início a batalha para que a homossexualidade fosse encarada dentro da normalidade, algo que envolve fissurar toda a moralidade que a colocava (e ainda coloca) no patamar da abjeção e negação de direitos. O detalhe é que, nessa busca pela inserção nas relações da normalidade, teve início o processo de fortalecimento do movimento social LGBT focado em modos de vida que reproduzem o modelo heterossexual de existir.

A despatologização e descriminalização se deram associadas a um processo de politização da identidade, a qual passou a ser denominada predominantemente de gay. O termo gay se opunha ao psiquiátrico homossexual de forma irreverente, pois gay (alegre) aludia à moral duvidosa que a sociedade atribuía a mulheres independentes, particularmente as viúvas. Assim, o movimento se autodenominava ressaltando o que residia por trás do estigma socialmente atribuído a seus membros: uma vida fora da ordem sexual vigente. (MISKOLCI, 2007, p. 106)

Durante a década de 70, ainda conforme o autor, muitos grupos defendiam as mudanças sociais, a reconfiguração dos papéis sexuais e novos modelos de configuração familiar. A própria noção de heterossexualidade e homossexualidade passa a ser questionada a partir de propostas de “um novo vocabulário do erótico”. Porém, as propostas sofrem um baque considerável a partir da década de 80, quando a AIDS surge

¹¹ Também chamado de O Levante de Stonewall, o caso aconteceu na madrugada de 28 de junho de 1969. Segundo Péret (2011), o bar LGBT Stonewall, em Nova York, era alvo constante de batidas policiais por conta de acusações de vender bebidas alcoólicas sem alvará e apresentar shows de dançarinos nus. Naquela noite, um grupo de travestis se insuflou contra a polícia. O confronto se espalhou pelo bairro e dezenas de pessoas se uniram contra o poder repressor do Estado. Como afirma a autora: “Para a comunidade gay, além de representar a insubordinação e a reação de pequenos grupos de homossexuais – em sua maioria latinos, pobres e travestis – à truculência policial, Stonewall significou a irrupção do movimento de defesa dos direitos dos homossexuais nos Estados Unidos e, posteriormente, no mundo”.

atrelada essencialmente ao universo LGBT, sendo chamada, inclusive, de “peste gay”. (*idem*, p. 107-108)

O aparecimento da AIDS fez com os grupos iniciassem a produção de pautas mais focadas em direitos civis, em especial no casamento entre pessoas do mesmo sexo. Era a oportunidade de mostrar que os LGBTs também podiam transitar pela monogamia tão disseminada na moralidade heterossexual, além de se inserir em contextos de formação de família e rotinas de vida que não fossem dignas de entrar na lista de anormalidades impostas pelos padrões heterossexuais. O problema é que, como afirma Fernando Seffner (2011, p. 60), é necessário refletir a respeito da “domesticação de nossos desejos e prazeres, de nossas experimentações, que acontece ao mesmo tempo em que conquistamos direitos”.

Essa domesticação citada pelo autor é reforçada pelo Jornalismo e seu modo de cobertura. Existe uma pressão refletida nas páginas dos jornais para que o casamento seja a pauta hegemônica, sem a preocupação de mostrar aos leitores que há possibilidades de vida que estão além das propostas pelo modelo heterossexual. Outro exemplo, também no jornal “A TARDE”, é a matéria de 10 de dezembro de 2014, cujo título é “**IBGE passa a monitorar casamentos gays**”, um caso de como estar na normalidade é sinônimo de compactuar com a estrutura de dominação e poder do Estado que pretende fixar seu olhar em todos os ramos da coletividade.

O Brasil registrou 3.701 casais formados por pessoas do mesmo sexo que formalizaram o “sim” no ano passado, uma média de dez casamentos por dia. Os dados estão nas Estatísticas do Registro Civil 2013, estudo divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Luiz Cadidé e Agências, IBGE passa a monitorar casamentos gays, 10.12.14, jornal A TARDE)

Outro texto foi publicado no mesmo jornal, no dia 03 de março de 2015, com o título “**Empresas querem casamento gay**”. Em um dos trechos da matéria, é colocado como argumentação o fato de as companhias valorizarem a “diversidade no ambiente de trabalho, crucial para a inovação e o sucesso no mercado”.

Um grupo de 379 empresas, incluindo Apple, Microsoft, Google e Facebook, enviou um documento à Suprema Corte dos Estados Unidos em que defende a legalização do casamento gay em todo o país. As companhias participam do julgamento como “amicus curiae” – parte interessada em um caso sendo analisado por um tribunal, que emitem um parecer defendendo seu ponto de vista. (Folhapress, Empresas querem casamento gay, 07.03.15, jornal A TARDE)

No jornal “A TARDE”, que a partir do recorte de classe é produzido para um público das classes A e B, foram publicadas matérias que apontam o casamento gay como tendência em outros países, a exemplo de **“Irlandeses decidem se permitem casamento gay”**, publicada em 28 de maio de 2015, e **“Assinada lei que garante união civil para gays”**, de 14 de abril de 2015, com a notícia de que a presidente do Chile, Michelle Bachelet, assinou a lei que reconhece a união civil. Com a construção de todos esses discursos, o jornal “A TARDE” fomenta a proposta que um processo de luta por igualdade tem acontecido. É como se eles (LGBTs) começassem a se aproximar da prática social que é nossa (os heterossexuais – partindo do princípio que o jornal opera na dinâmica do masculino e heterossexual).

Quando partimos para o jornal “Massa!”, feito de modo popular para públicos da classe C, D e E, a temática do casamento foi a mais abordada, seguida pelas pautas ligadas ao uso do nome social pelas transexuais (tópico que será discutido ainda neste capítulo). Foram seis entre 14 conteúdos publicados ao longo do ano e que estão ligados aos direitos civis. São textos curtos e com caráter opinativo que predominam no material veiculado. Foram publicadas, por exemplo, notas com conteúdos que chamam simplesmente para repercussões de internet. Exemplo: **“Para apoiar casamento gay, 26 milhões coloriram fotos no Facebook”** (*anexo pág. 158*), em 30 de junho de 2015, ou, **“Vídeo explica detalhes da união civil de pessoas do mesmo sexo”**, em 13 de novembro de 2014.

Assim como aconteceu com a cobertura das pautas políticas, discutidas no capítulo anterior, uma ferramenta importante no “Massa!” é a coluna Gmaiúsculo. O jornalista é nitidamente defensor do casamento como pauta hegemônica a ser estampada no seu espaço opinativo, como é possível observar na sequência de publicações entre os meses de dezembro de 2014 e maio de 2015.

Em 2013, 3.701 casamentos homoafetivos foram registrados no Brasil, uma média de 10 por dia. Os dados são do IBGE, que pela primeira vez mapeou este tipo união no país [sic]. O que chama atenção é que 52% destes casamentos foram entre mulheres. Na Bahia, o cenário é diferente: dos 99 casamentos, 53 foram entre homens e 46 entre mulheres. A pesquisa aponta para um cenário positivo, mostrando que os homossexuais buscam cada vez mais garantir direitos dentro de suas relações. (Juracy dos Anjos, Casamenteiros, sim!, 12.12.14, jornal Massa!)

Duas semanas depois, outra nota com informações do IBGE volta a ser publicada em relação ao mesmo assunto, dessa vez com o título “**Ano novo, lutas velhas**”, já em clima festivo de final de ano.

O ano está perto do fim e a comunidade LGBT tem motivos para festejar, mesmo que de forma tímida. Um ponto positivo foi a divulgação da pesquisa do IBGE, no dia 10/12, que mostra que a cada mil casamentos, três são uniões civis entre gays. Os dados são de 2013, mas refletem o crescimento de homossexuais que buscam oficializar a união. Em contrapartida, há do que se envergonhar. Segundo o Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, a cada hora, um gay sofre violência no País. (Juracy dos Anjos, Ano Novo, lutas velhas, 26.12.14, jornal Massa!)

Percebe-se como o modelo de pensamento do colunista segue os ditames do movimento gay tradicional, que celebra a vitória do casamento sem necessariamente problematizar dentro de uma perspectiva que seja, de fato, dissidente. O comunicador volta a abordar o assunto na coluna em um texto intitulado “**Contra o amor**”, no qual continua a repercutir dados oficiais ligados à temática.

Dados divulgados por duas instituições nas últimas semanas só consolidam a homofobia no Brasil. Na semana passada, falamos aqui de pesquisa da Elancers apontando que 1/5 das 10 mil empresas brasileiras ouvidas no estudo não contrataria homossexuais, principalmente para cargos de chefia. Esta semana, estudo da Hello Research mostra que quase metade dos brasileiros (49%) não aceita o casamento homoafetivo, 21% declararam ser indiferentes ao tema e apenas 30% afirmaram ser totalmente favoráveis. Ambas evidenciam a necessidade de políticas públicas no combate à homofobia, uma vez que os dados refletem a violência social vivida pela comunidade LGBT, principalmente no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. (Juracy dos Anjos, Contra o amor, 15.05.15, jornal Massa!)

É notória a missão de levar ao leitor a ideia de que a inserção dos LGBTs nas estruturas do matrimônio é, ao mesmo tempo, uma política de combate à homofobia e um meio de mostrar como os direitos civis são o caminho para chegarmos a tão sonhada igualdade que foi tirada desde que as práticas sexuais fora do padrão heterossexual se tornaram o ambiente dos anormais. Não que o casamento seja danoso, pelo contrário, a visibilidade dada à temática é um grande avanço, porém, o silêncio na problematização desse fenômeno social é preocupante à medida que caminhamos para a homogeneidade e pasteurização do que possa vir a ser a representação LGBT.

É inevitável concordar com Seffner (2011) ao ponderar que a questão não é se LGBTs serão mais ou menos felizes a partir do casamento. A problemática está na necessidade de mostrar que há meios de realização cotidiana sem necessariamente se estabelecer dentro das estruturas normativas. É a rejeição à monogamia compulsória, a

validação do comportamento que fissura o modelo binário homem/mulher, o provimento de novas epistemologias a partir do dissidente de gênero. Enfim, é querer “mundos não pensados, e alguns até mesmo pensados e já praticados, mas pouco valorizados”. (*idem*, p. 61)

Sim, é justo e é necessário, é até natural que encaminhem parte dos nossos esforços para conquistar direitos e reconhecimentos que sujeitos heterossexuais já possuem. A igualdade de direitos em matéria de reprodução assistida, de acesso ao casamento, adoção de crianças, serviço militar, planos de saúde conjuntos, heranças e sucessões e muito mais é sem dúvida algo a ser conquistado. Entretanto, várias formas dessas que estamos lutando para ingressar em termos de direitos, como o casamento, são formas sociais, históricas e culturais marcadas por um regime predatório e binário, onde um polo é predador do outro. Força e posse do dinheiro são pressupostos de sucesso para algumas dessas formas já inventadas de relações sociais. Será que queremos isso? (SEFFNER, 2011, p. 61-62)

A não problematização desse contexto na mídia mostra como o Jornalismo segue a produção de conteúdo sem reflexões mais aprofundadas das nuances que envolvem o universo LGBT. Prevalece a pauta hegemônica, a do movimento social que se contenta com a aproximação entre LGBTs e aqueles que ocupam o status da normalidade na sociedade. Afinal, quando é defendido no jornal que a pauta é primordialmente o casamento, é assumido que esse modelo de vida é desejado e, além disso, é visto como meta a ser alcançada, como se os LGBTs estivessem em busca das normas heterossexuais de vida.

É com esse reforço midiático também que é fortalecida a imagem do LGBT ideal, aquele ou aquela que está inserida no modelo heterossexual de vida. Por isso, não raro os próprios LGBTs discriminam os que estão na contramão dessa vertente. Amantes, não monogâmicos, bichas afeminadas, sapatonas masculinizadas, putas, enfim, a esses costuma ser relegado o olhar de inferioridade, pois não costumam se enquadrar nos padrões normativos dos LGBTs sérios e comprometidos na missão de assumir a normalidade que leva a uma vida moldada pela heterossexualidade. Como afirma Seffner (2011, p. 66), esse cenário em torno da pauta hegemônica como o casamento “nos leva a discriminar outros modos de ser e de existir construídos historicamente ao longo da trajetória dos indivíduos LGBT”.

Judith Butler (2003, p.226) explica como a ideia do casamento entre pessoas do mesmo sexo expõe uma crise de legitimação. Existe, de um lado, a norma legitimada pelo Estado e pelas demais estruturas de poder, como a Igreja e a Justiça. Somente as

formas sexuais dentro da normalidade, as inteligíveis, têm direito a legitimação oferecida por essas estruturas de poder. Em contrapartida, do outro lado estão as sexualidades e gêneros fora da normalidade imposta pelas mesmas estruturas de poder, são as não inteligíveis que precisam existir, inclusive, para garantir a soberania das que são naturalizada. Portanto, ser aceito nas estruturas de poder, principalmente do Estado, significa que o LGBT “ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos de legitimação oferecidos e descobrir que o senso público e reconhecível da personalidade é fundamentalmente dependente do léxico dessa legitimação”.

O par estável, que se casaria se fosse possível, é considerado como presentemente ilegítimo, mas elegível para uma legitimidade futura, enquanto que os agentes sexuais que funcionam fora da esfera do vínculo do casamento e sua forma alternativa reconhecida, mesmo se ilegítima, constituem agora possibilidades sexuais que nunca serão elegíveis a se traduzir em legitimidade. (BUTLER, 2003, p. 227)

Quando o colunista do jornal “Massa!” afirma que **“O ano está perto do fim e a comunidade LGBT tem motivos para festejar, mesmo que de forma tímida”**, e essa comemoração se deve ao fato de uma pesquisa do IBGE mostrar que **“a cada mil casamentos, três são uniões civis entre gays”**, existe um chamado público para celebrar essa legitimação diante do Estado. O que Butler (2003) sinaliza é que esse também é um chamado público para a criação de outras margens, de outros excluídos que passarão a não ter acesso ao processo de legitimação, logo, “a proposição de que o casamento deva se tornar a única maneira de sancionar ou legitimar a sexualidade significa um conservadorismo inaceitável”. (*idem*, p.228)

No jornal “A TARDE”, na matéria que se tornou manchete ao lado dos atentados terroristas, é reforçado de imediato, bem no primeiro parágrafo, que o **“órgão máximo da Justiça dos EUA definiu como inconstitucional qualquer tentativa de estados conservadores de banir a união oficial entre gays”**. É o Jornalismo reafirmando, em seu discurso, como o poder vigente e as leis alcançam todo o território e têm potencial de legitimar as práticas sociais. Por trás desse enunciado, o Jornalismo diz, tanto aos heterossexuais como aos LGBTs, que o casamento e seus aspectos simbólicos são a prática aceitável, assim, vamos promover a inserção dos que se enquadram.

O problema, ainda segundo Butler (2003, p.242), é que a legitimação possui uma “dupla fronteira”. A primeira delas é a validade da própria legitimação, como a que pode ser vista no discurso dos jornais. Esse reconhecimento, conforme a autora, é

crucial. Assim, não é de estranhar que seja o processo único na cobertura feita pela mídia, afinal de contas, o Jornalismo segue a dinâmica de processos sociais que costumam estar atrelados às nuances do poder vigente. Todavia, como explica a filósofa, a outra fronteira da legitimação é a condição irrefutável que haja “uma relação crítica e transformadora em relação às normas que governam o que irá ou não irá contar como aliança e parentesco inteligíveis e reconhecíveis”. A questão é: Será que o Jornalismo terá algum dia a capacidade de romper com essa fronteira?

Outra temática explorada de modo frequente nos jornais é a aquisição do direito ao uso do nome social por parte da população trans. Esse foi, inclusive, o tema mais abordado no jornal “A TARDE”, onde foram publicados seis conteúdos com esse foco. Nesse contexto, o uso do nome social foi citado em cinco matérias e na única nota veiculada. O acesso às estruturas educacionais é o principal motivador das pautas, que informam a respeito da liberação do nome social na inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e em instituições de ensino.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 terá 95 candidatos e candidatas transexuais com autorização para usar o nome social durante a prova cedida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em novembro. De acordo com a assessoria do Inep, todas as 95 solicitações feitas foram atendidas pelo órgão. A novidade – inédita em 15 anos de aplicação do teste – foi anunciada em maio deste ano, no início das inscrições para o exame. Mas houve quem esquecesse de fazer a solicitação. Foi o caso da secretária do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT na Bahia, Marina Garlen¹², 48 anos, que perdeu o prazo para realizar o pedido. Mas, ainda assim, terá o direito garantido. (Luiza Cadidé, Baiana garante o nome social durante o Enem, 17.09.14, jornal A TARDE)

A personagem citada na matéria é a transexual Marina Garlen, reconhecida como uma das principais ativistas trans da Bahia e que, à época, ocupava o posto de secretária do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia. Sua foto, a única no texto, é destaque na matéria que ocupa o topo da página. Além das informações oficiais do Inep, foi entrevistado um advogado que explicou o trâmite necessário a ser seguido para a utilização do nome social. É citado também o caso de uma transexual que, em 2013, foi alvo de preconceito durante o Enem realizado em Fortaleza.

¹² Marina faleceu em 31 de janeiro de 2016, durante o processo de escrita desta dissertação. A morte foi causada por complicações em sua saúde enquanto participava, em São Paulo, de um evento que marcava o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Em nota de pesar, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia ressaltou que a militante era integrante da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e conselheira de Cultura LGBT do Ministério da Cultura. O texto reforça ainda que “Marina contribuiu significativamente para a criação da Coordenação LGBT da Secretaria de Justiça Social do Governo da Bahia, e com a elaboração do Plano Bahia sem Homofobia. Em 2015, a artista completou 35 anos de carreira”.

Já a estudante Ana Luiza Cunha de Silva, 17 anos, disse, em entrevista ao portal G1, em 2013, que foi retirada da sala em que estava para fazer a prova, em Fortaleza, e teve que passar por uma verificação dos documentos na sala de uma subcoordenadora do Enem, no local em que os testes eram aplicados. Além da verificação, a candidata precisou preencher um formulário usado para identificar os candidatos que não estão com os documentos oficiais. Este ano, de acordo com o Inep, o nome social constará no cartão de confirmação de inscrição que os candidatos recebem pelo Correio com informações para o exame, como o local de prova. (Luiza Cadidé, Baiana garante nome social durante o Enem, 17.09.14, jornal A TARDE)

Pouco mais de cinco meses depois, em fevereiro de 2015, o assunto voltou a ser abordado, dessa vez para informar que o nome social poderia ser utilizado nas matrículas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na rede pública de ensino. É lembrado que a portaria garantidora desse direito é de 2014, mas passa a valer no ano seguinte. Marina Garlen volta a ser apontada no texto como exemplo de transexual que teve o direito de utilizar o nome social durante a prova. Sua foto é, novamente, a principal ilustração do texto, apesar de ela não ter citações diretas no texto como as demais fontes utilizadas. São entrevistados Millena Passos e Luiz Mott, que aparecem, respectivamente, como representantes da Associação de Travestis de Salvador (ATRAS) e do Grupo Gay da Bahia (GGB).

Travestis e transexuais já podem se matricular, a partir deste ano, na Universidade Federal da Bahia (Ufba) e na rede pública de ensino estadual com nomes femininos (nomes sociais). As portarias foram editadas em 2014 para começar a valer em 2015. O fato é comemorado como uma “vitória histórica” do gênero pela Associação de Travestis de Salvados (Atras) e o Grupo Gay da Bahia (GGB). As duas entidades de apoio à luta homossexual defendem que as trans (conceito que inclui travestis e transexuais) constituem a minoria social mais desconhecida e discriminada atualmente no país, sofrendo opressão dentro de casa, pois raramente recebem apoio da própria família. Ao não ter o direito de usar o nome adequado à própria identidade de gênero, elas sofrem “grave constrangimento quando são publicamente chamadas com nome masculino”, segundo nota conjunta das entidades. (Biaggio Talento, Travestis e Transexuais têm direito a matrícula com nome social, 25.02.2015, jornal A TARDE)

Segundo Leandro Colling e Tiago Sant’Ana (2014, p. 255), “a transexualidade vem ocupando um espaço cada vez maior na imprensa e em programas televisivos em geral”. A partir de uma análise que mostra como a transexualidade é disseminada em programas de televisão, os pesquisadores reforçam que há um processo positivo no “mostrar a existência desses sujeitos”, algo que fortalece a discussão não somente a respeito dessa existência, mas também da sua “atuação na sociedade”.

Em contrapartida, a partir de reflexões ligadas à transexualidade em programas como Fantástico, Big Brother Brasil e novelas, os autores ponderam que as produções

mediáticas ainda vinculavam o assunto com uma visão centrada às questões de cirurgia, além de frequentes abordagens que inserem o/a trans em processo normatizado por meio de um pensamento binário refletido na própria produção midiática. Existe a tendência, segundo os pesquisadores, de que o “modelo de transexualidade propagado pela imprensa é o de uma transexualidade universal”. (COLLING & SANT’ANNA, 2014)

Enfim, ao fazermos um panorama, verificamos que a experiência transexual na mídia brasileira ainda está vinculada às questões de cirurgia, mas também ao glamour, como se a fama, o dinheiro e a beleza a tornasse mais humana. Além disso, há fortes reiteraões dos papéis de gênero que as pessoas trans devem assumir. Ou seja, é como se o discurso proferido cobrasse que o processo transexualizador possa ser efetivado através de atitudes e condutas que condizem com o novo “sexo” da pessoa trans. (*idem*, 2014, p. 263)

No caso do jornal “A TARDE”, as matérias ligadas aos nomes sociais não chegam a problematizar questões como patologização da identidade trans ou processos de transgenitalização, popularmente conhecidos como cirurgias de mudança de sexo. É meramente o relato da aquisição do direito e o reforço de que o importante é o sentimento de reconhecimento da identidade de gênero. Em matérias mais aprofundadas, é possível identificar que, a partir de especialistas que provocam o debate, a temática consegue ser melhor explorada, porém, ainda de modo superficial por não terem a capacidade de noticiar e, ao mesmo tempo, apresentar como o direito conquistado é também uma fissura aos padrões heterossexuais. Por exemplo:

Várias medidas têm sido tomadas no sentido de reconhecer os direitos de lésbicas, gays, bissexuais e Trans (LGBT). A mais recente foi a resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos. Ela determina o uso do nome social e dos banheiros das instituições de ensino de acordo com o reconhecimento de gênero. “É importante que resoluções afirmativas dos direitos LGBT sejam implantadas e seguidas. A transição entre sexos é a forma como cada pessoa expressa a real personalidade”, afirma Felipe Bruno Fernandes, professor do bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade Universidade Federal da Bahia (Ufba) e integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim). De acordo com a resolução, o direito ao uso de banheiros, vestiários e demais espaços separados entre masculino e feminino deve ser garantido aos travestis, transexuais e transgêneros, conforme tais pessoas se reconheçam. (Ludmila Silveira, Ações afirmativas visam a inclusão LGBT, 23.03.15, jornal A TARDE)

A conquista de uso do banheiro adequado a cada identidade de gênero, no entanto, é uma realidade que está além do noticiado. Preciado (2012) explica que os sanitários públicos são, na verdade, “cabines de vigilância do gênero”, uma faceta de como a arquitetura dos ambientes é também projetada para manter a estrutura binária homem x

mulher. Ele pondera que a arquitetura “funciona como uma verdadeira prótese do gênero que produz e fixa as diferenças” relacionadas às necessidades biológicas. Para compreender melhor essa dinâmica, o autor explica que desde o século XIX os sanitários públicos foram inseridos nas dinâmicas sociais das cidades europeias.

Gradativamente, esses espaços vão sendo demarcados por símbolos atrelados aos corpos que têm autorização ou não para adentrar onde a normalidade prevê homens (com pênis) e mulheres (com vagina). E assim nos acostumamos com a seguinte lógica:

No porta de cada sanitário, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, chapéu masculino ou feminino, bigode ou rosto liso, como se tivesse que entrar ao banho e refazer-se o gênero mais que desfazer-se da urina e da merda. Não se pergunta se vamos cagar ou mijar, se temos ou não diarreia, nada interessa, nem a cor nem o tamanho. A única coisa que importa é o gênero. (PRECIADO, 2012)

Desse modo, o uso do banheiro no âmbito feminino é, acima de tudo, o local onde o “controle público da feminilidade heterossexual se exerce primeiro mediante o olhar, e só em caso de dúvida mediante a palavra”. A arquitetura opera nesse ambiente subtraindo da mulher o direito de mostrar-se sem roupa. As cabines são projetadas para que seu corpo não fique à mostra, afinal, a “feminilidade se produz precisamente pela subtração de toda função fisiológica do olhar público”. (PRECIADO, 2012).

Dinâmica bem diferente está enraizada nos banheiros masculinos. Preciado (2012) ensina que os mictórios são projetados para se ajustar ao corpo do homem, pois “mijar em pé publicamente é uma das performances construtivas da masculinidade heterossexual moderna”. É a nudez que pode ser revelada aos demais diante de um jogo entre os detentores da masculinidade. Essa lógica da sexualidade com o uso do banheiro masculino é quebrada somente, segundo Preciado (*idem*), diante do risco da anormalidade homossexual. Se a necessidade fisiológica envolve o ânus, fecha-se o indivíduo em um ambiente longe do outro, pois o “orifício potencialmente aberto a penetração, deve abrir-se somente em espaços fechados e protegidos da visão de outros homens, porque de outro modo poderia suscitar um convite homossexual”.

Não vamos aos banheiros para evacuar, senão para fazer nossas necessidades de gênero. Não vamos mijar, senão reafirmar os códigos da masculinidade e da feminilidade no espaço público. Por isso, escapar do regime de gênero dos banheiros públicos é desafiar a segregação sexual que a moderna arquitetura urinária nos impõe há mais ou menos dois séculos: público/privado, visível/invisível, decente/obsceno, homem/mulher, pênis/vagina, de-pé/sentado, ocupado/livre... (PRECIADO, 2012)

São reflexões de contexto como a de Preciado (2012) que deixam de existir nas matérias ligadas aos direitos civis. Não é apenas pautar o casamento gay, mas tê-lo nas páginas de jornais de modo crítico. Não é apenas pautar o uso de nome social e a possibilidade de utilizar banheiros adequados às identidades de gênero, mas questionar os padrões heterossexuais a partir das práticas diárias e suas simbologias que reforçam a existência de um padrão de normalidade e anormalidade dentro dos modos de viver a sexualidade e o gênero.

Essa falta de profundidade é também verificada no jornal “Massa!”, que investe em uma linguagem mais popular e foca na aquisição de direitos sem problematizar questões pertinentes à transexualidade, como pode ser visto na matéria “**Cartão do SUS ganha toque de purpurina**” (*anexo pág. 159*), publicada em setembro de 2014. O texto é centrado na figura de duas transexuais dançarinas que conseguiram mudar o nome social no cartão do Sistema Único de Saúde.

Uma importante conquista transformou o dia de ontem num marco inesquecível para as transexuais Kauana e Sophia. Depois de três tentativas sem sucesso, elas conseguiram mudar o nome social do cartão do SUS, direito garantido pela portaria 2.836, de 2011, e reforçado pelo Ministério da Saúde, em fevereiro de 2013. “Fiquei sabendo disso através de uma amiga que mora em São Paulo. Ela conseguiu mudar o nome na identificação do SUS e postou na net”, conta a dançarina Kauana de Souza, 25. Primas, elas foram juntas à Unidade de Saúde da Família Santa Luzia, no Engenho Velho de Brotas, onde moravam, para fazer o novo registro de saúde. Em menos de uma hora, elas saíram com o documento. “Quase chorei. Fiquei muito feliz ao receber o primeiro documento que reconhece a minha identidade de gênero. Enfrentamos a homofobia diariamente, e isso é importante para nós”, disse a dançarina Sophia Santos, 23. (Lucas Caldas, Cartão do SUS ganha toque de purpurina, 19.09.14, jornal Massa!)

Outra peculiaridade do Massa! é o fato de explorar as histórias de vida no típico estilo midiático que valoriza a superação. Assim como as dançarinas no exemplo acima celebraram a conquista, outra transexual aparece como exemplo depois de ser apontada como a primeira trans, na Bahia, a conseguir trocar o gênero na Justiça sem ter feito a cirurgia de transgenitalização.

“Me via como menina desde pequena”, afirma a transexual Luana Martins Dórea, ou Luana Keylook, como é conhecida. Primeira transexual da Bahia a conseguir trocar de gênero sem ter feito a cirurgia para mudança de sexo, Luana veio de família conservadora e teve uma experiência traumática na infância, quando foi molestada por um parente. Aos 14 anos, assumiu sua feminilidade, mesmo sofrendo preconceito de alguns familiares. “Usava roupas femininas e pintava as unhas. Eles não aceitavam e me agrediam verbalmente”, conta. Em alguns momentos, a opressão era tanta que

Luana pensou em desistir de viver: “Tentei suicídio por três vezes”. (Raul Aguilar, Luana, a primeira a mudar de gênero, 06.08.15, jornal Massa!)

Na mesma matéria, é reforçado o papel da mídia como provedora de serviços e orientações, uma vez que é informado o procedimento básico para que a conquista possa ser acessível a outras pessoas interessadas. Enquanto na matéria das transexuais dançarinas foi explicado como proceder para inserir o nome social no cartão do SUS, no conteúdo agora citado é levado ao leitor o incentivo para obter o sucesso em casos levados à Justiça.

“Aconselho a todas as trans que desejam ter sua identidade de gênero reconhecida que façam como fiz. Ficarão muito mais felizes”. Para tal, é preciso procurar a subcoordenação da Defensoria Pública, em Sussuara. Leve RG, CPF e comprovante de endereço para entrar com a ação na Justiça. Haverá uma audiência, com autora e testemunhas. Em seguida, o juiz solicita prova, certidão, laudo ou outros itens, o Ministério Público emite parecer sobre o caso e, por fim, sai a sentença. (Raul Aguilar, Luana, a primeira a mudar de gênero, 06.08.15, jornal Massa!)

Outro ponto relevante, tanto no “A TARDE” como no “Massa!”, é o predomínio de fontes femininas. Como havia sido diagnosticado por Colling e Sant’Ana (2014, p. 264), existe na mídia, quando o assunto é transexualidade, o “reforço de que só existem mulheres transexuais. A existência da transexualidade masculina é negligenciada e posta à sombra”.

Essa predisposição à visibilidade da transexual e a invisibilidade do homem trans pelo Jornalismo pode ser interpretado como reflexo do modelo de sociedade baseada no machismo e na misoginia, haja vista que o não se enquadrar no padrão masculino e migrar para o feminino tem sido, historicamente, alvo de curiosidade sempre superior do que o fluxo contrário. Existe uma invisibilidade das lésbicas e, como consequência, dos próprios homens trans que deixam de operar no feminino, até então ignorado, para assumir sua real identidade de gênero. E no final do processo, como explicam os autores, lidamos mesmo é com a “vertiginosa curiosidade da audiência heteronormativa em saber quem são essas pessoas trans”. (*idem*, p. 255)

É importante levar em consideração que a pluralidade atrelada ao universo transexual e suas experiências seja algo que talvez o próprio jornalista não compreenda, o que amplia as chances de o jornal se configurar como mais uma instância social que atue, na cobertura dos direitos civis das/dos transexuais, a partir da lógica baseada em

dois elementos abordados por Berenice Bento (2006): a exposição discursiva e a inviabilização.

As instituições sociais produzem e reproduzem as margens por meio de duas táticas simultâneas: pela exposição discursiva daqueles que estão fora das normas de gênero, por intermédio das reiteraões prescritivas, dos insultos, e pelo ocultamento, pela inviabilização. (BENTO, 2006, p. 209)

Seja na luta por direitos civis ou nas intervenções em seus corpos, Bento (2006, p. 230) nos leva a crer que “a reivindicação última dos/as transexuais é o reconhecimento social de sua condição humana”. Os jornais aqui pesquisados conseguem, até certo ponto, apresentar as conquistas dos direitos civis dentro de um cenário no qual a identidade de gênero precisa ser levada em consideração para justificar a existência do direito em si. É o caso do “Massa!” ao reproduzir a frase da transexual Sophia Santos, que conseguiu inserir seu nome social do cartão do SUS: **“Quase chorei. Fiquei muito feliz ao receber o primeiro documento que reconhece a minha identidade de gênero. Enfrentamos a homofobia diariamente, e isso é importante para nós”**.

O que ainda deixa de ser visibilizado pela mídia, além da pluralidade identitária, é como a matriz heterossexual e a lógica de poder vigente estão enraizadas nesse processo. Ao focar essencialmente na história de vida e não no caráter político do fato, o Jornalismo transita pelo nível previsível do sentimento, mas deixa de ir para o âmbito do pensamento crítico. Algo revelador nesse sentido é o fato de a aquisição de direitos civis estar atrelada ao Estado e suas estruturas normativas de poder, como o médico, o jurídico, o educacional, o da comunicação, dentre outros. São instâncias que, ao mesmo tempo, posicionam o sujeito e o colocam como instrumento dentro das lógicas dominantes.

O Estado, em especial por meio das leis (Justiça), é a instância de poder mais citadas nos textos, algo natural quando o recorte são os direitos civis. Seja de modo mais ou menos explícito no conteúdo, é sempre projetado no Estado as expectativas e frustrações em torno das conquistas (ou derrotas) ligadas aos direitos. Essa lógica é nítida, inclusive, em matérias que colocam a representação do Estado em detrimento de um protagonismo que deveria ser daquele/a que passa a ser beneficiado/a com a aquisição do direito. Fátima Lima (2014), a partir de leituras como Gilles Deleuze e Félix Guattari, explica que a noção de Estado pressupõe duas dimensões de poder.

A primeira é a figura centralizadora de um sujeito que ocupa o lugar máximo. É o rei centralizador, o presidente, aquele que ocupa o posto de líder máximo do Estado e precisa ser constantemente revisitado nos discursos de reforço do seu poder. É o caso, por exemplo, do citado presidente norte-americano que tem sua fala reproduzida entre aspas na primeira frase de uma matéria a respeito da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos: **“O amor venceu’. Com esta frase publicada no Facebook, o presidente americano, Barack Obama, comemorou uma decisão histórica”**. A segunda dimensão do Estado, segundo a autora, é justamente a de que “existe um domínio jurídico habitado por legisladores e leis”. Isso porque é por meio do âmbito jurídico que a própria legitimidade garantida pelo Estado passa a ser operacionalizada.

Lima (2014) questiona se é possível, dentro da perspectiva *queer*, a existência de políticas *queer* que, de fato, possam ser inseridas no âmbito do Estado. Um desafio que se apresenta tão complexo como a distante possibilidade de um Jornalismo *queer*. Para a pesquisadora: “[...] só há possibilidade de produzir políticas que podemos designar como *queer* se a potência de resistir continuar a reinventar outros/novos modos de vida. Só há política, só há Estado porque há sempre um devir – rebelde!” (*idem*, p.203)

Essa reflexão atrelada à figura do Estado ganha outra dimensão quando é acoplada ao cenário do Jornalismo. A presença nítida da instância estatal de poder reforça o pensamento de Carlos Alberto de Carvalho (2012), que nos apresenta o Jornalismo como elemento que vai além de um simples fragmento da realidade e se coloca como integrante dos processos de construção social da realidade. E seu poder de influência recai tanto sobre o Estado como nos movimentos sociais, que lutam por reparação e igualdade de direitos em contextos de tensões que não mais operam na invisibilidade, e sim, como elementos que merecem ser midiaticizados.

Nessa perspectiva, a cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa, elementos que, a propósito, constituem, não por acaso, os objetos mesmo da tessitura noticiosa que cotidianamente nos apresentam as mídias informativas. (*idem*, p.122)

Carvalho (2012) pondera que toda a produção jornalística é tramada a partir de um discurso que precisa ser validado por agentes inseridos nos contextos noticiados. Existe o que o autor chama de “lógica da referencialidade”, algo que pressupõe a produção de

conteúdo pelo jornalista a partir de fontes (agentes) sem as quais o fato em si não tem condições de ser noticiado. Portanto, o fazer jornalístico termina por naturalizar a predominância da fala do Estado, em especial na cobertura de direitos civis, apesar de ser uma prática também evidenciada em outros recortes da cobertura. É o caso da matéria abaixo:

Em uma sessão de mais de cinco horas, marcada por protestos e bate-bocas, relatório do Estatuto da Família, que define entidade familiar apenas como a união entre homem e mulher, foi aprovado, ontem, por 17 votos a 5, em comissão especial na Câmara dos Deputados. “Reconhece-se como família, base da sociedade, credora de especial proteção, a entidade família formada a partir da união de um homem e de uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”, destaca o texto. (Folhapress, Aprovado texto que define família como união entre homem e mulher, 25.09.15, jornal A TARDE)

Apesar de ocupar metade da página, a matéria é centrada no debate político entre os parlamentares. O texto traz um resumo do que foi a sessão parlamentar, com falas e textos associados aos deputados que também estampam a foto com a legenda: **“Vinte e um deputados presentes na comissão compõem a chamada bancada evangélica”**. O tema é colocado dentro da dualidade entre conservadores e defensores da causa LGBT. Em apenas um dos 15 parágrafos existentes, mais precisamente no quinto parágrafo, é explicitado que a sessão contou com a presença do Fórum LGBT do DF, apesar de nenhum membro ter sido citado.

Integrantes do Fórum LGBT do DF acompanharam a votação e protestaram contra o estatuto. Eles seguravam bandeiras e cartazes com os dizeres: “Se nasceu mulher, coloca a burca. Se nasceu negro, coloca a algema. Se nasceu LGBT, apedreja. Como pode tanto retrocesso na “casa do povo?” e “Quer justificar o ódio e legitimar o preconceito”. (Folhapress, Aprovado texto que define família como união entre homem e mulher, 25.09.15, jornal A TARDE)

Quando o contexto do fato deixa de estar essencialmente no cenário de debate político, os movimentos sociais costumam ter mais abertura como elementos de reforço ao discurso do próprio Jornalismo. Nas matérias dos dois jornais é contumaz a presença de representantes de entidades como o Grupo Gay da Bahia (GGB), que consegue abertura, a partir de seus militantes, para opinar em relação a todas as nuances do universo LGBT que ganha o status de notícia.

O antropólogo Luiz Mott, fundador do GGB, lembra que “as trans ainda são as principais vítimas dos crimes de ódio em nosso país e estado: entre 1980 – 2015 foram assassinadas, na Bahia, 112 travestis e transexuais, média de três por ano. No último dia 20, foi encontrado o corpo de uma travesti na região do Dois Leões, com vários tiros na cabeça: sem identidade, sem parentes que reclamem o cadáver, sem prisão do

assassino. Infelizmente, esse é o medo e destino de muitas trans profissionais do sexo. Esperamos e torcemos para que, ao terem a partir de agora os nomes sociais respeitados nos bancos escolares, elas tenham melhores alternativas de subsistência e maior esperança de vida”, diz Mott. (Biaggio Talento, Travestis e transexuais têm direito a matrícula com nome social, 25.02.15, jornal A TARDE)

Na matéria acima, além do GGB, existe a participação da presidente da Associação de Travestis de Salvador (Atras). Porém, a validação do GGB é uma constante em conteúdos ligados à causa. Segundo Carvalho (2012, p. 250), a mídia tende a enquadrar suas notícias a partir de movimentos sociais diante da necessidade de construir seu discurso a partir de fontes qualificadoras das “informações, legitimando os pontos de vista adotados pelos jornais, seja como tese anterior reforçada pelas fontes dos movimentos sociais, seja como tese introduzida pelos movimentos sociais”. Se na matéria citada acima o GGB comenta algo ligado à conquista trans, o mesmo papel de porta-voz é reproduzido em outras pautas, como poder ser visto na matéria abaixo.

O candidato a presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha (PMDB – RJ) não se diz opositor à presidente Dilma Rousseff, mas admite que, caso eleito, o Planalto terá dificuldade para votar matérias “de natureza programática” nos dois próximos anos. Ele confirma que projetos como o da criminalização da homofobia e o de regulação dos meios de comunicação terão, com ele na Presidência, dificuldade para entrar na pauta. “Temos aliança (com o PT) para governar, não temos aliança ideológica. Não me sinto obrigado a votar pautas como estas. O governo não vai morrer se não votarmos uma pauta dessa”, disse Cunha, durante entrevista em visita de cortesia à ao (sic) grupo A TARDE, na tarde de ontem. (Rafael Rodrigues, Projeto contra homofobia não passará, 13.01.15, jornal A TARDE)

A visita de Eduardo Cunha rendeu matéria de página inteira no “A TARDE”, enquanto nenhuma linha sequer foi publicada no “Massa!”. Na parte inferior da página no “A TARDE”, uma matéria coordenada é dedicada exclusivamente ao GGB, que se posiciona contra as declarações de Eduardo Cunha e apresenta índices de violência contra os LGBTs.

O fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), Luiz Mott, disse não ter se surpreendido com a posição do deputado Eduardo Cunha (PMDB – RJ) em relação à criminalização da homofobia. “O Legislativo e o Executivo têm sido a força mais conservadora e retrógrada na defesa dos direitos humanos”, afirmou Mott. O antropólogo, que ontem divulgou o Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil, mostrando que em 2014 o número de crimes contra gays, travestis e lésbicas aumentou 4,1% em relação ao ano anterior – com 326 mortes –, também criticou a presidente Dilma Rousseff (PT). (Rafael Rodrigues, Projeto contra homofobia não passará, 13.01.15, jornal A TARDE)

A constante busca por análises e reflexões centradas em movimentos sociais tradicionais mostra como o Jornalismo tende a se aliar ao discurso propagado pelos movimentos sociais institucionalizados. Batizados por Colling (2015) de “movimento LGBT *mainstream*”, essas entidades costumam ter mais inserção nos meios de comunicação, além de se manterem validadas como agentes sociais que conferem credibilidade aos conteúdos publicados. E, como não podia deixar de ser, estão próximas do Estado, seja em momentos de crítica, como na matéria de Eduardo Cunha, ou nas celebrações de vitórias, como na liberação de uso do nome social em exames como o Enem. Percebe-se que, no caso do Jornalismo, a existência do movimento *mainstream* perpassa a dinâmica de produção e, como consequência, reforça o discurso hegemônico das pautas centradas em temas como casamento gay, adoção e criminalização da homofobia.

Em geral, os grupos que integram o que estou chamando de movimento LGBT *mainstream* ou institucionalizado são aqueles que possuem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração hierarquizada. São os que mais acionam e são acionados diretamente pelo Estado para interlocução e realização de políticas públicas em prol da população LGBT, quase sempre com pautas muito similares que conformam uma certa “globalização gay”, descrita com ufanismo, condescendência e falta absoluta de senso crítico por trabalhos como o de Frédéric Martel (2013)¹³, que chega a falar que o movimento LGBT está produzindo uma “revolução gay no mundo”. (COLLING, 2015, p. 21 – 22)

Colling (2015), a partir de um trabalho de pesquisa desenvolvido em Portugal, Argentina, Chile e Espanha, se encarrega de apresentar algumas diferenças identificadas entre o movimento LGBT *mainstream* e o ativismo *queer*, também identificado como de dissidência sexual. Ao contrário do movimento institucionalizado, o ativismo *queer* “dialoga mais com as políticas das diferenças, oriundas de uma perspectiva da filosofia das diferenças, e as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades”. (*idem*, p. 237 – 238)

Apesar de ter sua análise focada em outros países, as características apontadas pelo autor, quando contextualizada com os dados identificados nos jornais pesquisados, mostram como o Jornalismo é parceiro do movimento LGBT *mainstream*. Isso leva a crer que, para o Jornalismo, sair da zona de conforto e adentrar em processos de produção mais voltadas à pluralidade que perpassa as relações de gênero e sexualidade,

¹³ Colling (2015) se refere ao texto: MARTEL, F. Global gay: cómo la revolución gay está cambiando el mundo. Madrid: Taurus: Santillanas Ediciones Generales, 2013.

talvez seja um passo crucial apresentar o conceito de *queer* aos próprios jornalistas. Não há como cobrar um Jornalismo fora das pautas hegemônicas se os produtores de conteúdo sequer compreendem os efeitos dessas pautas em detrimento de outras.

Colling (2015, p. 239) pontua oito diferenças básicas entre o movimento *mainstream* e o ativismo *queer*¹⁴. Elas serão aqui apontadas de modo resumido a partir de uma contextualização com o cenário encontrado nos veículos de comunicação. A primeira delas é que o LGBT institucionalizado está focado, principalmente, em ações ligadas à “conquista de marcos legais, em especial o matrimônio ou outras leis, como as de antidiscriminação, identidade de gênero e normativas, como portarias para o uso do nome social por pessoas trans, etc”. São exatamente essas pautas que foram encontradas nos jornais ao longo da pesquisa.

A proposta, então, é justamente mostrar como o Jornalismo precisa ser aproximar do ativismo *queer* que, segundo o autor, está mais voltado às estratégias políticas que operam no âmbito cultura, “em especial através de produtos culturais, pois ativistas entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é mais produtiva”. No ativismo *queer*, conforme Colling (2015), existe a crítica constante ao movimento que pauta suas ações apenas nos marcos legais. O autor desta dissertação, por exemplo, ao longo da sua trajetória no processo de pesquisa, presenciou manifestações de pesquisadores (jornalistas) que demonstravam total falta de interesse em ter o Jornalismo como objeto de pesquisa, afinal de contas, a pauta *mainstream* e a lógica do capital na mídia não se adequam ao ativismo *queer* que eles imprimem hoje em suas pesquisas.

A segunda diferença apontada por Colling (2015) é que o movimento LGBT institucionalizado “possui poucas ações que promovam o respeito às diferenças de gênero e sexualidade através do campo da cultura, apesar de, a cada dia, crescer a percepção de que apenas as leis não modificam as práticas preconceituosas”. (*idem*, p. 240); Em contrapartida, o ativismo *queer* reconhece que é por meio da cultura que nascem os processos de fissura ao discurso hegemônico.

O terceiro ponto dissonante está no fato de que “o movimento LGBT, através da afirmação das identidades, tenta forçar todas as pessoas não-heterossexuais e não

¹⁴ É sugerida a leitura completa da obra para compreender que, além das diferenças, existem pontos de diálogo entre os dois movimentos. Colling (2015) explica que ambos são movimentos que lutam pela questão identitária e, dentro do contexto das diferenças, é possível perceber a formação de um processo que, a partir de leituras focadas em Judith Butler, pode ser chamado de Nova Política de Gênero.

cisgêneras a se enquadrar em uma das identidades da sigla LGBT”. E como os jornais seguem o discurso desses movimentos sociais, é reflexo que suas pautas e seu modo de produção estejam centrados nesse modelo que é também normatizador. É o contrário do ativismo *queer*, onde se trabalha que “novas identidades podem ser criadas, recriadas e subvertidas”, debates que sequer ganham espaço no processo de produção midiática convencional.

A tentativa de manter apenas uma das identidades da sigla LGBT como representativa de todas também flerta com essa dificuldade de aceitar, entender e aprender com as diversas identidades no interior da própria população LGBT. Não é por nada que muitas vezes ativistas *queer* e/ou transfeministas acusam o movimento de ser LG ou GGG, pois nem sempre se trabalha para evitar hierarquias identitárias dentro do próprio movimento. (COLLING, 2015, p. 241)

O quarto ponto de análise do autor é o fato de o movimento LGBT atrelar a conquista de direitos com a criação de uma “representação respeitável”, uma “boa imagem”, algo que está ligado à heteronormatividade. É nessa lógica, como dito anteriormente, que está fincada a cobertura dos jornais que valorizam as pautas como casamento gay, adoção e de relacionamentos monogâmicos e duradouros. Na contramão disso está o ativismo *queer*, reconhecedor dos direitos e também atento à necessidade de reconhecimento de outros modos de viver. E, para isso, o Jornalismo teria que não mais se fechar à incorporação de temas como “relações poliamorosas e práticas sexuais mais dissidentes, como BDSM, ou mesmo relações afetivo-sexuais não monogâmicas e/ou que rejeitam os pressupostos da família nuclear burquesa”. (*idem*, p.241)

O quinto elemento citado por Colling (2015) reside no fato de o movimento LGBT estar mais articulado, por meio de redes e federações, com organismos locais e internacionais. Estão centrados em hierarquias com presidente, diretor, dentre outros cargos. Já o ativismo *queer* procura fugir dessa gestão burocratizada. Porém, nos próprios alicerces teóricos do Jornalismo, autores como Nilson Lage (2001, p.49) ensinam desde o processo de formação profissional que as matérias, em sua maioria, não se originam “integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”.

Desse modo, Lage (2001) e outros acadêmicos do Jornalismo defendem a existência de três tipos de fontes: as oficiais (mantidas pelo Estado e organizações como

grupos, associações e sindicatos), as oficiais (estão ligadas a uma entidade ou sujeito, mas não estão autorizadas a falar), e as independentes (que estariam, aparentemente, desvinculadas de relações de poder com interesse no caso noticiado). Das três fontes, ainda segundo o autor, as oficiais são as que propõem discursos de maior confiabilidade para reprodução no jornal. Ou seja, o caráter institucionalizado do LGBT *mainstream* naturalmente terá espaço na mídia quando as associações estão fortalecidas e seus discursos passam a representar o que é válido para o Jornalismo.

Outro autor clássico nos estudos do Jornalismo é Nelson Tranquina (2012), pesquisador que, ao discorrer a respeito das relações de poder no Jornalismo, mostra que a corrente teórica interacionista¹⁵ defende que, dentro das rotinas de trabalho, o jornalista tende a ser dependente das fontes oficiais. Isso mostra como nem todas as fontes serão iguais no modo como terão acesso ao campo no qual opera a produção jornalística. E isso se enquadra no movimento LGBT, afinal, quanto mais institucionalizado e reconhecido pelo Estado, maiores são as chances de terem abertura nos canais midiáticos que reconhecem essa legitimidade.

Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver os seus acontecimentos transformados em notícia. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas. A cobertura do movimento social depende em parte da capacidade de criar um aparelho de publicitação e demonstrar a sua vontade de participar na teia de facticidade que sustenta o trabalho jornalístico. (TRAQUINA, 2012, p. 199)

Voltando à lógica de Colling (2015), a sexta diferença entre movimento LGBT e ativismo *queer* está no caráter das ações. De um lado, o LGBT *mainstream* pressiona por meio de “manifestações, abaixo-assinados, comunicados à imprensa e ofícios”, estratégias que facilmente ganham repercussão midiática dentro da lógica de luta por direitos. Por outro lado, o ativismo *queer* tende a seguir o padrão que, na mídia, gera a produção de conteúdo mais voltado à espetacularização midiática do que propriamente a noção de luta por direitos. “Ocupação de prédios públicos ou não habitados, protestos dentro de igrejas”, além de atos como “performances que resultam em prisões ou

¹⁵ A teoria interacionista defende, segundo Traquina (2012, p.182), que as notícias se configuram como “resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Essa lógica pressupõe que a produção noticiosa, ao ser analisada, deve ser observada a partir de fatores estruturais da profissão, como a corrida contra o tempo na produção, além da própria dinâmica que incide no campo social onde os jornalistas transitam.

processos” costumam ser noticiados em caráter muito mais espetacularizado do que de militância. (*idem*, p.242)

A penúltima diferença apontada está no modelo performático enraizado nas manifestações. No ativismo *queer*, o corpo se torna arma política e ferramenta discursiva. Logo, “se fala muito, e explicitamente, de sexo, seja nos manifestos mais elaborados, sejam nos criativos slogans”. São composições discursivas que “seriam impossíveis de serem carregados com as assinaturas dos respeitáveis militantes LGBT, mas não pelas ‘bichas loucas’” (*idem, ibidem*). E o Jornalismo, é claro, passa ao largo de noticiar sem escandalizar qualquer ato que não esteja dentro do padrão imposto como a normalidade.

Por fim, a oitava diferença está na interseccionalidade (ou a vontade de construí-la), que, de acordo com Colling (2015), está mais próxima da perspectiva *queer*. Processo de interseccionalidade que, é claro, não pode ser conferido nos jornais, haja vista que ainda não parece ser prioridade no movimento *mainstream* que tem potencial de fala nas páginas dos periódicos. Como afirma o autor:

As vozes e coletivos sintonizados com as perspectivas queer parecem muito mais interessadas/os em encontrar pontos de contato com movimentos feministas, étnicos, migrantes, de trabalhadoras do sexo, de jovens e de pessoas que lutam contra o capacitismo. Além disso, também é nos coletivos queer que encontrei uma leitura mais crítica ao quanto o mercado usa e absorve a identidade gay. (*idem*, p.243)

Talvez um caminho para se iniciar o processo de mudança no Jornalismo esteja na aproximação da perspectiva *queer* nas próprias redações, na formação de profissionais que tenham o potencial de compreender que, por trás das pautas hegemônicas, existe o processo de formação das margens que passam a se configurar como identidades não inteligíveis. É preciso deslocar o Jornalismo da sua zona de conforto baseada em fontes institucionais e reprodução das ações do Estado. Para isso, o jornalista precisa compreender que a dinâmica de poder precisa ser analisada dentro da lógica da exclusão. E tanto o Estado como o movimento *mainstream* exercem suas ações nesse sentido, deixando olhares plurais e identitários mais afastados do processo de produção noticiosa e exercendo suas potencialidades atreladas ao poder.

Neste trabalho, é considerada válida a visão de Foucault (1988), que coloca o poder como algo onipresente, que opera em todas as dimensões e direções na sociedade. O filósofo francês não apresenta o poder como algo relacionado apenas às instituições

de Estado. O poder, desse modo, é “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. (*idem*, p. 103)

Existem proposições que ajudam a compreender esse caráter onipresente do poder. A primeira delas é que “o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”. Isso representa a potencialidade das relações de poder seja em micro ou macro ambientes. Seja pelo Jornalismo, na família, escola ou na sexualidade, as dinâmicas do poder se apresentam dentro da própria construção de determinada realidade. Outro pressuposto básico é de o poder possuir função de produtor dentro das relações. Não há uma posição de “exterioridade” do poder que seja vinculada a “outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais)”, pois o poder emerge de forma natural nesses contextos.

O autor afirma ainda que “as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas”. Isso coloca o exercer poder nas mãos de todos os agentes sociais de uma realidade, o que muda é justamente como cada um opera essa relação dentro do maquinário social. Em contrapartida, é inerente ao poder a existência de grupos de resistência que atuam de modo contrário à sua execução. Essa oposição seria, de acordo com o autor, como os “focos de resistência” que se disseminam e podem provocar “o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento”. (FOUCAULT, 1988, p. 105 – 106)

As relações entre poder e sexualidade no universo foucaultiano levam em consideração como o controle dos corpos integra uma estratégia de dominação classificada como biopoder. Na base dessa estrutura estão as sociedades disciplinadoras que tentam reger a multiplicidade de indivíduos que “pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos”. Essa lógica pressupõe que o Estado atua de modo não apenas normatizador dos comportamentos, mas também com aparato estratégico para decidir que parcela da população merece ser amparada em detrimento de outros que podem ser deixados de lado. (FOUCAULT, 1999, p. 289)

A lógica do biopoder, segundo Foucault (1999), ganha força a partir do século XVIII, a partir de Estados que deixam cada vez mais de lado a noção de soberania de governantes para aderir a modelos de sociedade mais centralizadas em políticas de estado. Desse modo, a lógica de poder sofre algumas alterações, apesar de manter em

sua estrutura a dinâmica de que o lugar de hegemônica, seja do governante ou do Estado, garante ferramentas de controle social que servem como espécies de bússolas norteando as ações para a vida ou morte dos seus liderados.

Essa lógica foucaultiana exige uma contextualização que será, na medida do possível, sintetizada neste trabalho. Nas sociedades que centralizavam o poder na figura do soberano, dos reis e regentes com poderes absolutos, vigorava a ideia de que estava nas mãos desse centralizador de decisões a própria vida e morte dos seus súditos. Ou seja, a concentração de poder era tamanha que bastava uma ordem e qualquer pessoa teria sua vida ceifada, tornando a figura do soberano detentor da relação que estabelecia entre quem merecia morrer e viver.

O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar e que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada. Não há, pois, simetria real nesse direito de vida e de morte. Não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver. O que, é claro, introduz uma dissimetria flagrante. (FOUCAULT, 1999, p. 286 – 287)

A partir de sociedade com poder nas mãos de um Estado, e não mais de um soberano, Foucault (1999) explica que o foco passa a ser fazer viver e deixar morrer. Isso significa a construção de estruturas reguladoras e saberes que tragam condições de prolongar cada vez mais as bases sociais a partir da garantia da vida, porém, há uma estratégica limitação de acesso a essas bases, deixando parte da população à margem dos processos, apenas à espera da morte em uma condição de invisibilidade, pois, nessa lógica, apenas quem merece de fato viver terá o que precisa. Entre as estratégias nesse sentido estão, por exemplo, controle de natalidade, mortalidade, combate às incapacidades biológicas diversas, entre outras.

Esse fazer viver e deixar viver no Estado moderno é balizado, segundo Foucault (1999), pela dinâmica do racismo. O autor entende justamente o racismo como um “corte”, responsável por definir qual a raça superior e qual a raça inferior que deve morrer. “A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (*idem*, p. 306); Essa dinâmica provocada pelo racismo é aplicada não apenas pela morte direta a partir de ações violentas e repressoras, mas também por meio do esquecimento, quando o Estado isola indivíduos.

Por exemplo, estruturas como manicômios, presídios e hospitais onde a morte de alguém da raça inferior jamais será notada.

No aspecto da sexualidade, é impossível não relacionar as ideias do biopoder de Foucault (1999) com a lógica do “deixar morrer” que é imposta a parcela significativa da população LGBT, em especial aos que estão entre transgêneros, negros e de baixa renda. O autor explica que “a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente” (*idem*, p.300); Portanto, a dinâmica do biopoder, do controle e regulação sobre os corpos, dificilmente se adequaria as sexualidades dissidentes que são estranguladas dentro do modelo conservador de sociedade que foi historicamente moldada a partir da heterossexualidade compulsória.

Foucault afirma ainda que a “sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação”. E dentro desse cenário marcado pela vigilância permanente da sexualidade, a representação das dissidências sexuais em veículos de comunicação de massa precisa ser vista sob a ótica do discurso que diverge (ou não) da visão atrelada ao biopoder. Afinal de contas, essa regra imposta aos corpos vai determinar que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal, é o que vai deixar a via em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (*idem, ibidem*); E, no final do processo, quando o conteúdo produzido dentro das rotinas produtivas do Jornalismo é entregue ao leitor, a representação (ou sua ausência) também pode ser um meio de morte.

A formação de um novo jornalista é condição fundamental à produção de conteúdo que respeite as dissidências ligadas à sexualidade e gênero. Esse profissional-queer-identitário deve ser preparado para enfrentar o desafio de lidar com o que Miskolci (2008, p. 227) chama de estética da existência, conceito trabalhado pelo autor a partir de uma lógica foucaultiana. É somente pela estética da existência que surge a “possibilidade de desenvolvimento de relações novas, diferentes, com outros e consigo mesmo”.

Na prática do Jornalismo, significa ter o potencial de prover o leitor com reflexões que mostrem como, no âmbito do direito civil, é importante o direito ao casamento LGBT, porém, existem outras formas de exercer a sua identidade LGBT sem, necessariamente, aderir a um padrão heterossexual de filiação. E se pautarmos a

possibilidade de uniões estáveis entre mais de duas pessoas? E se colocarmos em pauta a poligamia como regime viável e que precisa ser entendido como sinônimo de realização pessoal? E se promovermos debates midiáticos ligados à transexualidade como gêneros que precisam ser reconhecidos por todos, e não apenas com aval do Estado?

São essas possibilidades de conteúdos, dentre outras, que o Jornalismo precisa buscar meios de prover, para além das matérias, notas e reportagens que meramente reproduzem o mais do mesmo. Para que essa lógica chegue ao Jornalismo, talvez seja preciso que, antes, ela se prolifere em outros ambientes, como o educacional, acadêmico, familiar, etc. Esse é um novo olhar que, segundo Miskolci (2008), prevê o “transformar-se e constituir formas de resistência ao enquadramento em formas de vida socialmente prescritas”.

O grande entrave desse debate, e que talvez torne utópica a ideia de uma Jornalismo-queer-identitário, é a própria rede de produção que cerca o Jornalismo. A estética da existência proposta acima, ainda de acordo com o Miskolci (2008, p. 227), tende a produzir um impacto classificado como pânico moral, que consiste em um “temor coletivo de transformação” e pode ser visto no conservadorismo da sociedade que termina por ser retratado nas páginas do jornal. Um exemplo é a matéria, citada anteriormente, na qual o deputado Eduardo Cunha deixa claro que projetos como a criminalização da homofobia terão dificuldades de ser votados caso ele assuma a presidência da Câmara dos Deputados.

Qualquer projeto que não possuir a boa vontade do presidente da Câmara, para tramitar, precisará de acordo de líderes para que um pedido de urgência seja colocado em votação no Plenário, com necessidade de 257 votos para prosperar. “Só se for assim, aí não vou ter o que fazer, me torno escravo do regimento”, disse. Sobre a criminalização da homofobia – que “fere o livre direito de culto” – Cunha acredita que o projeto não terá apoio suficiente. Quanto à regulação econômica dos meios de comunicação, defendida pelo PT, assegurou: “Eu, eleito presidente, garanto que essa matéria não irá para a pauta”. (Rafael Rodrigues, Projeto contra homofobia não passará, afirma Cunha, 13.01.15, jornal A TARDE)

Alguns meses depois, outra matéria ligada aos direitos civis volta a mostrar o tom conservador que impera na política e pode ser relacionado ao pânico moral. Foi a aprovação, em uma comissão especial na Câmara dos Deputados, de um texto que define como família apenas a união entre homem e mulher, matéria também citada

anteriormente. Em determinado trecho, há como perceber a tendência de o jornalismo ser meramente o reprodutor das disputas discursivas.

O momento mais tenso da sessão ocorreu quando o deputado Takayama (PSC – PR) que, mesmo sem integrar a comissão, acompanhou todo o debate e atacou os manifestantes. Irritado, ele chegou a se levantar. “Não se pode aceitar que homem com homem faz família”. O grupo LGBT respondeu o parlamentar, chamou-o de “homofóbico”. Para Érika Kokay, a sessão tinha “caráter histórico” porque vai comprovar “se vamos caminhar para as trevas ou se vamos assegurar os direitos de todos”. Para o pastor Eurico (PSB – PE), o estatuto não representa desrespeito ao movimento ativista homossexual. “Respeitamos as pessoas, mas não respeitamos o sistema que eles estão querendo implantar aqui”, afirmou. (Folhapress, Aprovado texto que define família como união entre homem e mulher, 25.09.15, jornal A TARDE)

O pânico moral dos setores conservadores da sociedade termina por influenciar o Jornalismo. Como explica Miskolci (2008), a mídia é um dos elementos que corroboram esse cenário a partir de órgãos do governo (o Estado) e outros grupos organizados. E como o conservador tende a estar atrelado às mentes que gerenciam ou anunciam nos jornais, difícil será a emancipação midiática que culmine com produção que vista a camisa da estética da existência e combata o pânico moral.

Pânicos morais são fenômenos coletivos que surgem como evidência de uma preocupação social profunda sobre temas como moralidade sexual, consumo de drogas ou outras formas de comportamentos considerados ameaçadores para a sociedade em determinado momento. Esses pânicos surgem em contextos históricos específicos e se espalham com o apoio da mídia, de órgãos governamentais ou grupos organizados a partir do que consideram se um perigo contra o qual devem lutar. Logo um caso isolado é alçado à condição de “ameaça” e se torna de interesse público, pauta reportagens, livros, relatórios governamentais e ações efetivas para erradicá-la. As fontes do medo podem parecer claras, mas suas raízes são mais profundas e menos visíveis do que parece aos desavisados. (MISKOLCI, 2008, p.232)

Essa proposta de um Jornalismo-queer-identitário carrega em si a noção de que a mídia precisa desvendar os interesses dos conservadores que, ao longo da história, têm se perpetuado em posições de hegemonia. São os políticos de moral conservadora, grupos religiosos, mas também, e sobretudo, os estratos médios influenciados pela agenda contemporânea” que valoriza o pânico moral (Miskolci, 2008); Essa nova realidade que se abriria ao Jornalismo traria, inevitavelmente, novos desafios na produção de conteúdo e na gestão dos negócios. Afinal de contas, como lidar com esse novo público e não perder a fonte pagadora da estrutura empresarial que mantém viva a redação (os anunciantes)?

A resposta a essa pergunta não está fechada, a proposta desta pesquisa não é respondê-la, e sim, problematizá-la a fim de mostrar que um novo processo epistemológico precisa ser plantado para que o Jornalismo possa mudar de configuração. Não é algo que parte do Jornalismo para fora, pelo contrário, é de fora para dentro, por meio de um processo heterônomo. Ainda com base em Miskolci (2008), é importante perceber que a estética da existência, que será a base do Jornalismo-queer-identitário, pressupõe “uma revisão da organização social da amizade e dos contatos sexuais para produzir formas de apoio e aliança não centradas no Estado”. (*idem*, p. 236)

Sem um investimento em uma sociedade menos preconceituosa e com olhar mais plural às formas de existência, dificilmente será factível a aplicação do Jornalismo-queer-identitário. As bases da sua produção, no entanto, seguem aqui disseminadas, como uma semente à procura de terreno fértil para germinar. Esse novo jornalista precisa compreender que as questões ligadas à sexualidade e gênero estão atreladas às relações históricas que imprimem os regimes de verdade à temática. Como é explicado por Alexandro Rodrigues, Catarina Dallapicula e Sérgio Rodrigo Ferreira (2014), os discursos midiático se tornam

potentes meios produtores de verdades, na medida em que eles estão muito presentes e reverberantes em nosso dia-a-dia. Jornais, telejornais, revistas, folhetins, rádios, entre tantos outros meios, são formas produtoras de verdade capazes de instituir e apontar modos de vida, silenciando-os e também potencializando. (*idem*, p.82)

Os autores, a partir de conceitos clássicos de Foucault como biopoder e biopolítica, assinalam que os conteúdos publicados nos jornais fazem parte das relações que integram os jogos de saber/poder na sociedade, portanto, estão atrelados à perpetuação dos ditames da heterossexualidade compulsória e interferem na própria dinâmica de aquisição de direitos. É a certeza que o Jornalismo opera na produção de subjetividades, sendo necessário um trabalho crítico e sistemático para desvendar outros caminhos que não o traçado pela lógica do Estado, do mercado e das instituições normativas.

Destacamos que a produção, criação e circulação de um jornal não se torna produto somente e por meio dos jornalistas, redatores e editores que trabalham em sua criação, mas também na relação que este veículo de comunicação faz com quem o consome. Tal relação cria identidades, subjetiva modos de vida e produz verdades circulantes em que o leitor não é objeto na relação, mas sujeito no processo. (*idem*, p.84)

Desse modo, a proposta de um Jornalismo-queer-identitário perpassa a noção de medidas coletivas que valorizem a pluralidade identitária, sem perder de vista o foco educacional. Os autores lembram a necessidade de pensar “currículo, sexualidade e gênero como domínios do saber-poder das biopolíticas jornalísticas”, com base em enunciados que, na atualidade, fomentam práticas de preconceitos. E para reverter esse quadro é necessário “mobilizar forças, histórias, imagens e mensagens diferentes das produzidas por circuitos reduzidos e hegemônicos de informação e conhecimento para que as mesmas possam nos contar outras histórias”. (*idem*, p. 90)

O próprio olhar em relação ao público precisa ser baseado na noção de que, na atualidade, lidamos com o que Rodrigues, Dallapicula e Ferreira (2014) chamam de leitor/consumidor. Isso pressupõe que o jornal acaba

muito mais preocupado em vender mais e maximizar assim o lucro; ao invés de ter uma responsabilidade social e política. Imersos nessas lógicas, seus discursos/notícias/currículos estão em consonância com o saber-poder das biopolíticas, em que encontramos elementos de sustentação de práticas do racismo/preconceitos que imprimem uma marca de superioridade, hierarquia, classificação, divisão e enquadramento. (*idem*, 2014, p.84)

Na proposta do Jornalismo-queer-identitário, o leitor precisa ser alçado ao posto de leitor/consumidor/cidadão, aquele detentor de direitos e que precisa ter acesso à informações que ampliem a perspectiva em relação ao coletivo, sem perder de vista o ambiente heterogêneo da contemporaneidade. Alguns avanços podem ser vistos nos jornais aqui analisados quando há visibilidade das conquistas dos direitos civis ligados ao universo LGBT. Falta agora ampliar o modo de construção, afinal, deve-se considerar que o “jornal, assim como outras mídias, são formas de poder que se entrelaçam, criam redes de relacionamentos e afetos que se apresentam como força política que reverbera na cena coletiva, na vida cotidiana e nas nossas relações”. (*idem*, 2014)

Considerado um dos autores mais respeitados no Jornalismo brasileiro, José Marques de Melo (2003) explica que dentro da dinâmica da produção noticiosa existem os interesses e expectativas ligados aos “universos culturais ou ideológicos”, tanto entre os produtores de informação quanto nos receptores da mensagem. Portanto, o Jornalismo sobrevive sempre no que o autor classifica como “ponto de tensão”, algo materializado “na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a

instituição jornalística quer fazer saber”. Sendo assim, a longevidade do Jornalismo está constantemente atrelada ao equilíbrio estabelecido entre os interesses da empresa de comunicação (o jornal) e as expectativas geradas pela coletividade em torno do material noticiado de modo massivo. (*idem*, p. 17)

Para que o Jornalismo-queer-identitário funcione, se faz necessário que os “ponto de tensão” citado pelo autor sejam vistos a partir de outra perspectiva. A condução noticiosa deve estar centrada em meios de fazer com que as páginas dos jornais se tornem espaços de visibilidade, sem o fortalecimento de margens que levam aos saberes e viveres não legitimados. O Jornalismo terá que se despir das suas práticas e exercer de outro modo a sua potencialidade. Narrar ou produzir textos opinativos sobre aquisição de direito civil, por exemplo, precisa deixar de ser a mera reprodução de discursos que mostram a conquista como algo que não exige novos debates dentro da dinâmica LGBT. É fazer pensar, provocar, desvendar.

Encarar esse desafio é reconhecer que a plenitude nunca será alcançada pelo Jornalismo, é ser transgressor e acreditar que visibilidade pode ser ampliada para o que está além da normalidade construída. É entender que, como afirma Preciado (2011, p. 17 – 18), é contra o “essencialismo e essa normalização da identidade homossexual que as minorias gays, lésbicas, transexuais e transgênero têm reagido”.

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são ‘representáveis’ porque são ‘monstruosas’ e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos ‘normais’. (PRECIADO, 2011, p. 18)

Por fim, vale reforçar que rever as práticas do Jornalismo e a formação dos profissionais é o primeiro passo para a mudança, seja na cobertura dos direitos civis ou em qualquer outra. Já a existência de um Jornalismo-queer-identitário prevê uma série de mudanças sociais que precisam ser efetivadas para, em seguida, ser possível a mudança dentro das redações. Entretanto, a cada jornalista que conseguir fissurar esse modelo de produção ainda centrado nos padrões heteronormativos, estaremos mais próximos de alcançar um Jornalismo mais voltado a quem está à margem da normalidade e que esteja seguro que a anormalidade é também um lugar possível de existir atrelada às relações de respeito e reconhecimento de direitos.

3. COBERTURA DE CELEBRIDADES: DO TRANSESPETÁCULO À CONFISSÃO DA SEXUALIDADE

Em meados do século XX, o sociólogo norte-americano Charles Wright Mills lança sua obra *A elite no poder*, na qual discorre a respeito das celebridades e seu papel de prestígio na sociedade. Até aquele momento, ser uma celebridade era sinônimo de estar localizado na elite institucional, na sociedade metropolitana ou entre os profissionais da diversão. Eram núcleos que se misturavam publicamente, “buscando uns nos outros apoio às suas pretensões de prestígio”. (MILLS, 1981, p. 87)

Com a proliferação das mídias de massa, a partir da década de 1950, o mundo das celebridades mudou com o jogo midiático focado em públicos ampliados, algo que alterou o processo até então fincado na hierarquia da origem e riqueza. O fomento a valores sociais ligados à competitividade e à valorização da imagem de sujeitos bem sucedidos pulverizou a chance do ser celebridade apenas os nascidos no topo da cadeia social. Foram abertas brechas para esse universo englobar pessoas que também se sentiam merecedoras de espaço midiático, mesmo sem um histórico de vida marcado pela abonação garantida em núcleo familiar reconhecido.

As celebridades são Os Nomes que não precisam de melhor explicação. O número de pessoas que as conhecem excede o número de pessoas que elas conhecem. Onde quer que estejam, as celebridades são reconhecidas e, o que é mais importante, reconhecidas com emoção e surpresa. Tudo o que fazem tem valor publicitário. Mais ou menos continuamente, dentro de certo período de tempo, são material para os meios de comunicação e diversão. E quando esse tempo acaba – e tem que acabar – e se a celebridade ainda vive – da melhor forma que puder – de vez em quando talvez ouça perguntarem: “Lembra dele?” É isso o que significa celebridade. (MILLS, 1981, p. 86 - 87)

O Jornalismo, como sempre andou de mãos dadas nessa dinâmica, tratou de colocar as questões de sexualidade e gênero como o espaço ideal para visibilizar as celebridades. Neste capítulo, será analisado como foram veiculados conteúdos ligados à sexualidade e gênero no universo das celebridades. Autores ligados aos Estudos *Queer* continuam sendo a espinha dorsal do trabalho, porém, em alguns momentos, são colocados em diálogo com produções ligadas ao universo do próprio Jornalismo ou das Ciências Sociais.

O material em análise foi publicado entre os meses de setembro de 2014 e setembro de 2015 nos jornais “Massa!” e “A TARDE”, sendo catalogados 87 conteúdos

no primeiro e 14 no segundo. A superioridade de conteúdo no “Massa!” está atrelada ao próprio modelo de Jornalismo feito no periódico, com conteúdo centrado nas classes de menos poder aquisitivo e com linguagem menos formal, proposta oposta ao do centenário “A TARDE”. No “Massa!”, o espetáculo midiático é constante, em especial em conteúdos que colocam a identidade de gênero como algo a ser transformado no excêntrico e merecedor de piadas pelo simples fato de fugir do padrão binário entre homossexual/heterossexual.

Sete categorias de análise puderam ser observadas na cobertura de celebridades e o universo LGBT. São elas: 1) Transespetáculo midiático, quando a identidade trans se torna o palco de um espetáculo criado pela mídia em sua cobertura; 2) O LGBT enquanto personagem de novela, pois ainda é motivo de noticiabilidade o fato de um personagem não heterossexual ser inserido no enredo; 3) O policiamento do discurso, quando há personalidades conhecidas que emitem posicionamentos homofóbicos e são prontamente noticiadas por isso; 4) A romantização do casamento, quando celebridades decidem oficializar suas relações homoafetivas; 5) A confissão da sexualidade, quando o jornal insiste em evidenciar o fato de existir revelação ou desconfiança no âmbito da sexualidade; 6) Apoio dos famosos, quando pessoas de renome se manifestam contra o preconceito e defendem os LGBTs; 7) Busca dos heterossexuais como aliados, quando organizadores de eventos voltados ao público LGBT, a exemplo das paradas gays, convidam celebridades tidas como heterossexuais para apadrinhar eventos e projetar um discurso de apoio à causa.

Nesta dissertação não há pretensão de analisar todas as sete categorias citadas acima, algo que tornaria muito extenso o capítulo. Entretanto, a observação desse cenário abre margens para que o autor do trabalho comece a projetar o aprofundamento desta reflexão em um futuro projeto de doutorado. Por enquanto, no âmbito do mestrado, serão desbravados os cinco primeiros itens citados no parágrafo anterior e que foram mais reconhecidos na cobertura das celebridades, como o processo que ganhou a nomenclatura de transespetáculo midiático, focado em como as identidades trans ganham caráter mais de espetáculo em detrimento de posicionamentos relacionados a aspectos identitários.

Um exemplo do transespetáculo midiático foi percebido no acompanhamento feito pelo “Massa!” em relação ao processo de transição de gênero de Thammy Miranda, filho da Gretchen. Ao longo do período analisado, foram 17 notas publicadas

(sempre com fotos) em relação à sexualidade, o gênero ou a questões de trabalho do artista. Os conteúdos estão vinculados à editoria “Massa! Famosos”, página na qual também são publicadas as colunas “Gmaiúsculo”, citada anteriormente neste trabalho por ser voltada ao público LGBT, e “Quebradeira”, dedicada a visibilizar os agentes culturais ligados ao pagode.

Entre os conteúdos publicados, seis ganharam chamadas na capa do jornal. O transespetáculo midiático de Thommy Miranda pôde ser percebido desde que o artista decidiu iniciar o processo transexualizador. A cada passo dado, uma nova notícia era publicada no jornal, como pode ser visto na série de exemplos a seguir:

Thammy Myranda sempre disse que queria ganhar características masculinas para se adequar à sua identidade. Esta semana, ela disse à rádio FM O Dia, que iniciou tratamento hormonal e que vai tirar seios, útero e ovários. “Desde criança, segundo minha mãe, eu queria fazer xixi em pé. Mas fui criada para ser uma menininha que ia dar sequência a Gretchen. Agora, aos 32 anos, tomei a decisão de ser quem realmente quero ser”, afirmou. Apesar das mudanças, Thammy foi categórica: “Não vou ter um pênis, continuo com a minha vagina...”. (Juracy dos Anjos, Em busca de ser o que é, 14.11.14, jornal Massa!)

Cerca de um mês depois do conteúdo acima, Thammy volta a ser noticiado, desta vez com a seguinte chamada de capa: **“É muito peito! Thammy Gretchen tira os seios”** (*anexo pág. 160*). O material é ilustrado com a foto dele ao lado da mãe, imagem acompanhada da seguinte legenda: **“Apoio: Gretchen disse que se a filha está feliz, ela também fica”**. O texto construído pelo jornal foi baseado em um portal de notícias especializado em celebridades.

Thammy Miranda passou por uma cirurgia no fim de semana para retirar os seios em um hospital de São Paulo. A informação foi confirmada pela mãe da atriz, Gretchen, que contou ainda que ela teve alta nesta quarta-feira. Thammy disse ao EGO que ainda estava ‘grogue’, de repouso, mas bem. Quem está cuidando da atriz é sua namorada, Andressa Ferreira. “É um momento bastante delicado e que as pessoas precisam respeitar. Logo ela vai poder mostrar o resultado”, disse ao portal. (Da redação, Tem de ter peito! Thammy faz cirurgia para retirada dos seios, 11.12.14, jornal Massa!)

O transespetáculo midiático em torno do artista continua com a construção de expectativa em torno da cirurgia. O jornal, mesmo ainda se referindo ao artista no feminino, centra seu discurso na cirurgia como algo fora da normalidade. Nenhuma menção é feita às questões da transexualidade, como a despatologização ou a pluralidade identitária dentro de universo trans. É apenas a cirurgia em si, acompanhada sempre que possível pela criatividade do jornalista com o toque textual de humor no

título, como na nota intitulada **“Xô, peitinhos! Tammy após a cirurgia”** (*anexo pág. 161*), quando o próprio nome do artista é escrito de modo incompleto. Na legenda da foto, o reforço do espetáculo: **“Essa foi a primeira aparição dela depois da mudança no corpo. Mas Tammy promete tirar a camisa!”**.

Completamente recuperada de uma cirurgia para retirar os seios e da lipoaspiração a que se submeteu na mesma data, Thammy Miranda já voltou a sua rotina normal. Ela foi vista pela primeira vez, após os dois procedimentos, anteontem, num restaurante em Moema (SP). Na ocasião, a filha de Gretchen posou com um casal de fãs vestindo uma camisa Polo preta. E já dá pra notar a falta de volume na região do tórax. **“O meu peito já era bem pequeno, e eu fiquei sem nada. É bem melhor assim”**, disse Tammy, antes dos procedimentos. Mas a filha de Gretchen promoveu [sic] tirar a camisa ao público. Vamos aguardar! (Da redação, **Xô peitinhos! Tammy após a cirurgia**, 29.12.14, jornal Massa!)

A curiosidade do jornal avançou, em seguida, para a prática sexual. Quase dois meses depois da publicação anterior, Thammy é vista ao lado de sua namorada em um camarote durante o Carnaval. Na legenda da foto a revelação do sexo é colocada em primeiro plano: **“Pura alegria: Filha da rainha do rebolado, Thammy diz que agora que está sem os seios tem feito a namorada mais feliz na cama”**. E o título, mais uma vez em tom de humor com as palavras, reforça a mudança física: **“De peito aberto. Thammy diz que o sexo ficou melhor sem os seios”**.

Thammy Miranda não faz questão alguma de esconder a sua vida pessoal. Ao lado da sua namorada, a modelo Andressa Ferreira, a filha de Gretchen comentou que se sente mais feliz após a realização de cirurgia para a retirada dos seios. **“É uma sensação de alívio. Era uma coisa tão pequena, mas que me incomodava. Me sinto bem e mais segura e até o sexo melhorou, ficou melhor sem os peitos. Ainda não posso mostrar o novo peito, só daqui a um mês”**, contou. Mas para quem está ansioso para conferir o resultado final da operação, Thammy diz que os curiosos vão ter que esperar mais um pouco. É que ela ainda tem que tomar alguns cuidados pós operatórios. **“Não posso tomar sol, mas daqui um mês já dá para andar sem camisa”**, explicou Thammy. (Da redação, **De peito aberto. Thammy diz que o sexo ficou melhor sem os seios**, 23.02.15, jornal Massa!)

A visibilidade de Thammy segue até o resultado da cirurgia ser, finalmente, exposto. Como parte do espetáculo criado ao seu redor, as fotos são divulgadas na mesma época em que é lançado um livro com a sua biografia. Na legenda, o espanto pelo fato de ele nunca ter tido experiência sexual com homens: **“Biografia: Em sua biografia, ‘Nadando contra corrente’, Thammy conta que nunca fez sexo com homens”**.

O jornal “Extra” divulgou a página da biografia de Thammy Miranda que traz a foto com o resultado da sua cirurgia de remoção de mamas, feita no final do ano passado. Apesar de o livro ter lançamento marcado apenas para setembro, o jornal carioca teve

acesso as imagens. Thammy aparece com o peitoral à mostra, em registro clicado por Fernando Torquatto. “Hoje minha vida se resume ao meu peito. Só falam nisso, só se importam com isso. Eu saio e ficam tentando ver pela abertura da camisa”, reclamou. No livro, o ator conta histórias curiosas e polêmicas de sua vida. “Da redação, Pessoa de peito. Thammy mostra o resultado da cirurgia. 24.08.15, jornal Massa!”

Não é um demérito do Jornalismo atual a associação entre espetáculo e transexualidade. De acordo com Berenice Bento (2008), foi em 1984 que, pela primeira vez no Brasil, os veículos de comunicação de massa começaram a visibilizar a identidade de gênero que chega para fissurar as normas até então midiáticas. Assim como outras instituições sociais vigentes, o Jornalismo, desde aquela época, dava sinais de que não estava preparado para lidar com o assunto.

Em 1984, uma revista exibiu a manchete: “A mulher mais bonita do Brasil é um homem”. Pela primeira vez na história do país, a sociedade começou a se deparar com as confusões de gênero em escala midiática. Roberta Close trouxe para a cena nacional o olhar incrédulo de pessoas que a examinavam e buscavam naquele corpo exuberante sinais de masculinidade. Por muito tempo Roberta Close reivindicou sua identidade de gênero. Afirmava que era uma mulher transexual e precisava mudar seu nome e sexo nos seus documentos. Sem muita pressa, a justiça lhe respondia: “Não, você nasceu homem e nada se pode fazer contra esse destino biológico”. Por muitos anos, Roberta teve que se submeter ao constrangimento de portar documentos que negavam sua existência social. (BENTO, 2008, p. 11-12)

O problema no transespetáculo midiático é sua incapacidade de expor e problematizar a transexualidade e sua existência em uma sociedade baseada na lógica homem-pênis e mulher-vagina. Para o leitor não inteirado dos debates acerca das questões de gênero, o transespetáculo midiático corre o risco de se transformar na mera observação da anomalia, do esquisito. É o que alerta Bento (2008, p. 12) ao revelar que a “aproximação com a transexualidade é reveladora das convenções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade”.

E o Jornalismo, enraizado no transespetáculo, não consegue apresentar como as convenções sociais são o espaço de violência declarada tanto nas relações humanas como diante das instituições que regulam nossa vida, como a escola, hospitais, locais de trabalho, Estado, etc.

Pessoas que solicitam cirurgias de transgenitalização são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança de nome e do sexo, enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto, quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno”. (BENTO, 2008, p. 12 – 13)

E o mesmo vale para outras existências identitárias trans, como a travesti, além de performatividades dissidentes como dos drag kings e das transformistas, que embaralham a lógica binária do leitor. Portanto, ao Jornalismo deveria caber atenção redobrada ao lidar com a temática e aproveitar o universo das celebridades para desbravar uma temática que precisa ser contextualizada ao público. Marilena Chauí (2006, p. 14) assegura que o atual modelo espetacularizado da mídia tem feito com que o Jornalismo foque nas sensações, em detrimento de uma cobertura crítica que faça pensar. Ele faz sentir, mas é incapaz de levar à reflexão.

A autora pontua que a mídia e sua produção forjada no seio da indústria cultural tornaram-se ambientes de formação de simulacros. É como se não houvesse a transmissão da realidade, e sim, a construção de uma realidade baseada em narrativas feitas para agradar o público e criar simulacros midiáticos. Ou seja, o noticiado torna-se uma nova realidade, a encenação do acontecimento que perde sua espontaneidade. “Os fatos cederam lugar a declarações de ‘personalidades autorizadas’, que não transmitem informações, mas preferências, as quais se convertem imediatamente em propaganda”. (CHAUÍ, 2006, p.8)

A filósofa parte do pressuposto de que o espetáculo é o fato na sociedade da informação, porém, ao ser midiático nesse modelo de imprensa preocupada com fatores que estão além do informar (lucro, audiência, interesses empresariais, etc...), o espetáculo é elevado ao posto de simulacro e desabrocha como uma encenação do acontecimento, ao invés de ser o retrato do espetáculo original.

Na prática, essa concisão teórica pode ser evidenciada na própria cobertura ligada ao Thammy Miranda. De um lado, existe o espetáculo, a realidade ligada ao processo de transição de um transexual famoso. Entretanto, do outro lado, o jornal constrói o simulacro dessa realidade, focando no espetáculo sem demonstrar interesse para intertextualizar com contextos ampliados, como a subversão de padrões, a generificação do sujeito, dentre outros aspectos que envolvem essa realidade.

Esse é um processo que, ainda segundo Chauí (2006), implodiu parte da fronteira entre espaço público e espaço privado na sociedade. A vida da celebridade é transmitida como se o conteúdo dela fosse relevante à vida de quem consome o produto da mídia.

Trata-se do apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública. Em outras palavras, os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada. (CHAUÍ, 2006, p. 9)

Antonio Albino Rubim (2004), em contrapartida, alerta que a sociabilidade contemporânea é algo que demanda “o reconhecimento do significativo lugar ocupado pela comunicação e pela informação na conformação da sociedade capitalista contemporânea”. Sua lógica de pensamento é a de que estamos inseridos na sociedade do espetáculo que carrega em seu âmago um modelo de capitalismo avançado, logo, o espetáculo é o agente social presente em todas as estruturas sociais, principalmente naquelas relacionadas ao poder.

Assim, o espetáculo será justamente o mundo que se faz ver, aquele que deixa de ser vivenciado pelo coletivo, mas está acessível por meio de canais de comunicação disseminados na lógica de consumo que dita as normas do que deve ou não ser comprado. “Desse modo, o espetáculo instala uma relação de poder. E o poder, muitas vezes, afirma-se como e através da produção de espetáculos”. (RUBIM, 2004, p. 193)

Rubim (2004) defende que as representações na sociedade do espetáculo passam, antes de tornarem-se o espetáculo em si, por um processo de espetacularização, algo que tem razão de existir à medida que existem processos por meio dos quais são acionados “dispositivos e recursos” para o espetáculo irromper no seio da sociedade. Portanto, a representação do outro, que, no caso deste trabalho, está ligada ao universo midiático, é também construída a partir de uma rotina produtiva estruturada para atender a dinâmica da mídia, e não dos agentes sociais envolvidos no processo de espetacularização.

O processo de espetacularização, midiática ou não, pode abarcar todas as áreas e campos sociais, ainda que, antes da modernidade, tenha se concentrado na religião e na política (essa última atividade humana, em um mundo ainda não desencantado, não moderno, encontra-se estreitamente vinculada à religião e cúmplice dela). Enfim, a espetacularização aciona, simultaneamente, uma multiplicidade de dimensões – emocionais, sensoriais, valorativas e também cognitivas – para fabricar e dar sentido ao espetacular. (*idem*, p. 199)

O transespetáculo midiático de Thammy Miranda, no entanto, não foi o único que pode servir de exemplo para essa lógica do espetáculo midiático. Outros dois casos observados chamam atenção pela exploração da imagem com pouca ou nenhuma contextualização. O primeiro envolve a visibilidade da transexualidade quando inserida

na dinâmica de familiares de artistas, como é o caso do jornalista e apresentador Marcelo Tas.

Segundo o âncora do CQC, da Band, a filha Luiza assumiu a bissexualidade aos 15 anos e virou o transexual Luc aos 22. “Talvez eu faça parte de uma primeira safra de pais que souberam acolher e tratar com mais naturalidade”, disse o apresentador em entrevista ao blog de Leo Dias. A filha mais nova do jornalista, Gabriela, 9 anos, foi mais longe: “A gente só tem que passar a chamar ela de ele. Só isso!”. (Marcelo Tas ‘aceita e acolhe’ filho transex, 30.11.14, jornal Massa!)

Apesar do tom ameno e com tentativa de demonstrar aceitação da transexualidade, o que esse Jornalismo revela é o processo de abjeção de corpos. O outro passa a ser visibilizado como estranho e longe da normalidade pelo simples fato de não aderir plenamente à padronização heteronormativa. É um outro que deve ser vigiado e aceito, afinal de contas, se for levado em consideração o olhar de Judith Butler (2014) em relação aos corpos, todos são passíveis de julgamento dentro da moralidade vigente no regime de corpos generificados.

Butler (2014) nos ensina que os corpos são discursivamente construídos, sendo esse discurso algo anterior ao próprio sujeito. Na prática, é válido o exemplo de que as expectativas em relação aos nossos corpos (e gêneros) são construídas antes mesmo do nosso nascimento. Desde o útero materno, quando é identificado o órgão genital da criança, uma série de produções discursivas passam a operar no intuito de garantir a padronização desse ser em duas opções: menino ou menina. Seu corpo, apesar de ainda ser feto, já é regulado para adequar-se à normalidade.

Portanto, o filho de Marcelo Tass nasceu discursivamente preparado para ser menina, entretanto, sua condição fez com que esse papel fosse deslocado do feminino ao masculino. Essa realidade, segundo o Jornalismo, precisa ser noticiada diante da aprovação e compreensão do núcleo familiar e heterossexual, que promete abraçar o diferente em sua nova empreitada da própria identidade de gênero.

A marca de gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. (BUTLER, 2014, p. 162)

Tanto Thammy Miranda como Luc, filhos, respectivamente, de Gretchen e Marcelo Tas, conseguem subverter a lógica discursiva que antecede a formação do

sujeito generificado. Ambos têm em comum o fato de serem visibilizados, inicialmente, por terem familiares famosos. É uma dupla interpelação, familiar e midiática, que recai sobre esses indivíduos. Como explica Sara Salih (2015, p.109), a interpelação descreve como “as posições de sujeito são conferidas e assumidas através do ato pelo qual a pessoa é chamada (no sentido de atrair a atenção)”.

Logo, a primeira interpelação que sofremos é da própria família, detentora dos direitos de nos chamar (interpelar) exaustivamente ao longo da vida dentro do padrão binário menino x menina. Em seguida, são as estruturas de poder (escola, igreja, órgãos públicos, etc) que começarão a interpelar a cada um de nós e, assim, passamos a nos reconhecer na lógica que o outro nos dá. No caso das personagens citadas, ainda há a interpelação midiática.

Dentro dessa realidade, Thammy Miranda e Luc conseguem ser subversivos quando promovem a desobediência à interpelação e evocam o direito de ser um novo eu, o novo sujeito a questionar o modelo discursivo previamente oferecido e não contemplado pela real identidade de gênero. São indivíduos que acreditam na possibilidade de “assumir o sexo de maneira a desestabilizar a hegemonia heterossexual. A ‘hegemonia’ refere-se às estruturas de poder no interior das quais os sujeitos são constituídos por meio da coerção ideológica e não da coerção física”. (SALIH, 2015, p. 112)

Outro potencial do transespetáculo midiático é o de criar o universo da celebridade com base em figuras que sequer são conhecidas do grande público, mas estão próximas do público-alvo do periódico. Na coluna “Quebradeira”, por exemplo, foram publicadas notas a respeito de duas dançarinas trans chamadas Kau Delícia e Sophia Karamello. Ambas foram citadas no capítulo anterior desse trabalho, quando aparecem no “Massa!” após terem conseguido a inserção de seus nomes sociais nos cartões do Sistema Único de Saúde (SUS). Na página de celebridade, as duas estão envolvidas na típica dinâmica de ganhar visibilidade por apresentar o próprio trabalho ou se envolver em intrigas nos bastidores do pagode.

As dançarinas trans Kau Delícia e Sophia Karamello receberam convite para voltar aos palcos, após quase seis meses fora de cena. Elas vão rebolar no estreante grupo Bonde do Papai, que será lançado em novembro. “Enquanto isso é ganhar forma pegando pesado na malhação e ensaios, porque ficamos muito tempo paradas”, informou Kau. (Adan Nascimento, Elas estão de volta, 28.09.15, jornal Massa!)

Dois meses antes, uma delas estava em outra nota na mesma coluna, sendo noticiada uma suposta rixa com uma terceira dançarina trans que, possivelmente, deve ser também reconhecida entre as bandas de pagode da atualidade. O título da nota é: **“Elas não se bicam”**.

Musas trans Kau Delícia e Bombom Bandida até dançaram juntas com MC Armany, mas a amizade sempre foi de fachada. “Na frente é risadinha. Por trás, uma detona a outra”, contou uma amiga. (Adan Nascimento, Elas não se bicam, 16.07.15, jornal Massa!

Percebe-se, então, que o próprio conceito de celebridade avança a partir do espetáculo da mídia. Ingressamos na era das subcelebridades, que não necessariamente estão no âmbito do reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem, mas sim, por conta de espaço ofertado dentro da própria dinâmica da mídia. E, com isso, o transespetáculo midiático se torna um canal de acesso à visibilidade utilizada pelas transexuais que almejam espaço nos meios de comunicação. Uma atualização do conceito de celebridade, citado no início deste capítulo a partir de Mills (1981), é proposto por Fábria Angélica Dejavitte (2002), que reconhece a celebridade contemporânea como alguém que “nem sempre precisa ter eventuais realizações que deixam marcas e chamem atenção”.

A autora pontua que, na atualidade, o interesse dos meios de comunicação pelas celebridades se deve ao fato de o entretenimento ter sido impulsionado nos meios de comunicação. Seguindo essa lógica, é midiaticamente estratégico ter questões de gênero e sexualidade no filão de mercado dos meios de comunicação, afinal, eles estão ligados à missão de vender mais do que conscientizar. “Essa imprensa leva o leitor/telespectador/ouvinte a distrair-se do cotidiano do dia-a-dia e projetar-se na vida dos famosos”. (DEJAVITE, 2002)

Perspectiva similar é abordada por Luis Mauro Sá Martino (2010) ao problematizar o universo das celebridades com as questões identitárias. O autor pontua que o “aumento vertiginoso no número de celebridades diminui o tempo de vida útil de cada uma delas. Se é cada vez mais fácil colocar a própria identidade na mídia, é cada vez mais difícil mantê-la” (*idem*, p.190). Esse fenômeno deve-se ao fato de, na sociedade contemporânea/midiatizada, novas formas de visibilidade terem se tornado ferramentas cotidianas da sociabilidade. É o caso das redes sociais e celulares com

potencial de visibilização a partir de fotos e vídeos em curto espaço de tempo entre o acontecimento e a midiatização do fato.

Isso ampliou o leque de possibilidades no universo da celebridade e da subcelebridade. Essa relação tem ampliado a participação das identidades dentro de uma lógica que, segundo o pesquisador, traz a valorização e não valorização dos sujeitos. Assim, a visibilidade é baseada na negociação dessa identidade com um mercado de consumo. Afinal, percebe-se que “se até um passado recente, era necessário algum feito para ser uma celebridade, hoje não é necessário fazer absolutamente nada para chegar à mídia, basta ser – e nada além de si mesmo”. (*idem, ibidem*)

Nem todas as celebridades ocupam um espaço igual. Aparentemente, há hierarquias dentro do sistema, e pessoas tornadas famosas da noite para o dia geralmente são esquecidas na velocidade com que foram construídas, tornando-se, de alguma maneira, subcelebridades, vivendo às custas de extrair de sua ex-fama o máximo de lucro possível, em uma taxa cada vez menor. (*idem*, p. 193 – 194)

O problema não abordado pelos autores ao conceituar celebridades é que a tentativa de entreter o leitor com aspectos da sexualidade da celebridade está ligada ao reforço do espaço de subalternização criado em torno das questões de gênero e sexo. É o caso das matérias que envolvem a revelação ou dúvida em relação à sexualidade, como pode ser visto no exemplo abaixo.

O pagodeiro Márcio Victor revelou em entrevista na TV que já beijou homem, inclusive famoso. O líder do Psirico contou isso durante participação no quadro ‘Elas querem saber’ do programa “Raul Gil”, que vai ao ar amanhã. “Eu já beijei um homem. Já dei um selinho em Caetano”, revelou. Questionado se já fez sexo em cima do trio elétrico, ele disparou: “Rola no trio, no elevador, no carro”. O cantor também conversou sobre os convites que já recebeu para posar nu. “Já pensei em fazer, mas tenho um público infantil muito grande”, afirmou. Assista! (Márcio Victor revela na TV que beijou homem famoso, 03.04.15, jornal Massa!)

O texto acima foi anunciado na capa do jornal com a chamada **Márcio Victor já beijou homem!**, com direito a exclamação para acentuar o tom da linguagem. Quase dois meses depois, uma nova matéria questionando a heterossexualidade do cantor voltou a ser publicada, dessa vez com o título **Bafafá nas redes sociais**.

Uma foto em que o vocalista da banda Psirico, Márcio Victor, supostamente estaria em momento íntimo com um homem está circulando nas principais redes sociais e causando o maior bafafá. Juntamente com a suposta foto íntima – que alguns dizem se tratar de montagem –, circula a imagem do cantor ao lado de um conhecido designer de joias da Bahia, que vem sendo apontado como companheiro do pagodeiro. No Instagram, foi publicado – e depois retirado – um depoimento como se Márcio Victor estivesse assumindo aos fãs que é gay. Mas a assessora do Psirico, Chris Azevedo,

afirmou que o perfil em questão é falso. “As imagens não são de Márcio Victor e ele não vai comentar o fato”, completou a assessora (Rafael Teles, Bafafá nas redes sociais, 05.06.15, jornal Massa!)

Esse discurso reforça a noção da prática sexual também como algo construído discursivamente e dentro de instâncias de poder, assim como o próprio gênero no processo de construção do sujeito abordado por Butler (2014). Beijar e ser visto, em foto, “durante ato íntimo” com uma pessoa do mesmo sexo, são práticas que colocam a celebridade na contramão da matriz heterossexual da sociedade.

A partir de uma perspectiva foucaultiana de pensamento, Butler (2014, p. 38) revela a existência de uma verdade em relação ao sexo que prevê a heterossexualização do desejo. Essa noção criará, de um lado, os gêneros inteligíveis, conceito abordado no capítulo um deste trabalho, e, do outro lado, aqueles não inteligíveis (passíveis de questionamento e abjeção). O cantor Márcio Victor, desse modo, passa a ser visto pela mídia como um exemplo não inteligível, haja vista sua prática sexual que fere a única lógica passível de inteligibilidade, a heterossexual.

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (*idem*, p. 38)

A própria noção de performatividade, conceito também abordado no capítulo um desta dissertação, merece ser retomada à medida que, no caso das celebridades, é latente a pressão midiática pela defesa do ato performativo de gênero. Um exemplo está na matéria intitulada **Será que ele é? Anderson Silva tira onda sobre sua sexualidade** (*anexo pág. 162*).

A voz de Anderson Silva, 39, lhe rende alguns inconvenientes, inclusive as insistentes perguntas sobre sua orientação sexual. Mas o lutador parece não se incomodar. Em entrevista à revista “Trip”, Spider tirou onda. “Olha, não que eu saiba [que sou gay]. Mas eu ainda sou jovem, pode ser que no futuro eu descubra. Cuido bem das minhas coisas. Coloco tudo numa mala, uso sabonete, boto um creme após o treinamento. As pessoas pensam que é frescura. Cada um na sua: não significa que você é mais homem ou menos homem, mais ou menos gay”, disse. Silva ainda protestou contra os lutadores que ainda continuam no armário. “Hoje em dia é tão bobo não expressar seus sentimentos. Contanto que você respeite os espaços das pessoas e respeite os seus limites. Você tem que viver sua vida em paz e ninguém tem nada a ver com isso”.

Falou e disse, Anderson! (Da redação, Será que ele é? Anderson Silva tira onda sobre sua sexualidade, 12.12.14, jornal Massa!)

A celebridade é utilizada, neste caso, para dois aspectos: o reforço da masculinidade e da performatividade de gênero. Como é ensinado por Butler (2014), o gênero é uma “performance repetida” e, no caso do Anderson Silva, essa repetição do ato é envolvida na lógica da fabricação de modelos, como se o homossexual abrisse brecha para ser motivo de chacota ao menor sinal de quebra dos padrões masculino. Logo, ter voz fina, ser organizado ou ter vaidades é o suficiente para a masculinidade ser questionada e, ao mesmo tempo, reafirmada pelo lutador que usa o tom irônico para lidar com o assunto e reforça seu lugar como homossexual.

Segundo Butler (2014, p. 200), a performance acontece com o intuito de ser estratégica na manutenção do “gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito”. Portanto, mesmo quando a celebridade em questão possui performatividade homossexual e acaba inserida em tom de revelação/escândalo da sua prática sexual, o discurso do Jornalismo acaba por consolidar canais de abjeção em relação ao que habita o espaço fora da matriz homossexual.

Como explica Daniel Borrillo (2010, p. 88), “a lógica binária que serve de estrutura para a construção da identidade sexual funciona por antagonismo: assim, o homem é o oposto da mulher, enquanto o homossexual opõe-se ao heterossexual”. Seguindo esse processo de socialização, o homem aprende desde cedo que, para cumprir seu personagem nos padrões de gênero (a performatividade), será necessário buscar oposição ao feminino. Basta olhar no próprio discurso da celebridade citada, um lutador de MMA, como esses papéis estão bem definidos e são revelados pela simples dúvida em relação a sua sexualidade, que passa ser questionada por atos ligados ao feminino, como arrumar coisas na mala, usar sabonete e creme.

O pensamento diferencialista tenta, assim, enraizar a diferença entre os sexos, seja no biológico, seja no cultural: as mulheres, em decorrência de suas capacidades maternas, seriam mais altruístas, mais amáveis e menos ambiciosas que os homens; elas mostrariam maior sensibilidade e seriam muito mais atenciosas para com os outros. Por sua vez, os homens, de natureza mais agressiva, estariam mais bem dotados para a vida fora de casa, o comércio e a política. Eis outras tantas ideias preconcebidas que articulam a *doxa*. No entanto, em vez de serem atribuições individuais, o masculino e o feminino se constroem na relação com os outros; longe de representarem categorias naturais ou universais, o masculino e o feminino são o resultado de uma forma específica de socialização. (BORRILLO, 2010, p. 91 – 92)

É também na cobertura de celebridades que o Jornalismo deixa clara a intenção de tornar a sexualidade como o campo reservado à confissão. É nítida como a notoriedade de um sujeito se torna justificativa para expor sua sexualidade, como pode ser lido na matéria **Lais Souza sai do armário: ‘Sou gay’**.

A ex-ginasta Lais Souza, que ficou tetraplégica, resolveu enfrentar o preconceito. Em entrevista à revista “TPM”, ela assumiu a homossexualidade. “Eu tenho uma namorada, sou gay há alguns anos. Já tive uns namorados, mas hoje estou gay”, afirmou. Com a declaração, Lais Souza entra para um seleto grupo de atletas que assumiu a homossexualidade. No Brasil, os casos mais conhecidos são do casal de jogadoras de vôlei de praia, Larissa França (medalha de bronze em Londres – 2012) e Lili Maestrini, e o de Michael, do time de vôlei Campinas. (Folhapress, Lais Souza sai do armário: ‘Sou gay’, 11.02.15, jornal Massa!)

A repercussão é tamanha que, menos de um mês depois, o jornal volta a publicar uma nota afirmando que a atleta está saturada com a visibilidade dada ao fato de ela ter assumido sua homossexualidade.

Lais Souza, 26 anos, a ex-ginasta que desde 27 de janeiro do ano passado emociona o mundo do esporte com sua luta para voltar a andar (ela sofreu grave acidente de esqui), disse em entrevista à revista “Glamour” que é “só a Lais Souza” e não tolera mais ser rotulada. “As pessoas acham que o que mais mudou na minha vida foi o sexo”, afirmou Lais, chateada com a repercussão de entrevista anterior, dada à revista “TPM”, em que se declara gay. E continuou. “Gente, nem de longe essa é a questão! Sou bissexual, e todo mundo sempre soube disso em casa. Mas as pessoas, em geral, só souberam agora, porque acabei deixando escapar numa entrevista. Nunca achei importante falar publicamente disso”, disse. (Lais pega ar e não quer mais ser rotulada, 26.03.15, jornal Massa!)

Esse caráter confessional assumido pelo Jornalismo em relação ao sexo pode ser problematizado em sintonia com os escritos de Michel Foucault (1988). O filósofo francês assegura que a lógica confessional, algo que remonta a Idade Média e sua sociedade fincada na poder do cristianismo católico, é uma prática continuada e transplantada à sociabilidade dos indivíduos em esferas além da religiosa. A partir do século XVII, a lógica confessional conseguiu se manter firme em relação aos assuntos ligados à sexualidade mesmo quando a sociedade saía da era medieval.

O autor pontua a necessidade de o “interesse público” ser pautado pela “curiosidade” em relação ao sexo, além de existirem “mecanismos de poder” que passam a operar na lógica de observação e normatização da sexualidade. No século XVIII essa dinâmica é ampliada, o sexo se torna questão de polícia, vigilância mais

acintosa e ferrenha. Surge a “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”. (FOUCAULT, 1988, p. 31)

Entretanto, as estruturas de poder, e dentro delas está o Jornalismo, percebem como a sexualidade e sua vigilância fazem vibrar as bases da sociedade ocidental/cristã. Por isso, nos séculos XIX e XX a sexualidade se tornou algo cada vez mais publicizado. Uma gama de discursos passa a ser produzida para normatizar as identidades e práticas ligadas à sexualidade e ao gênero. Foucault (1988, p.33) alerta que entre “o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”.

A Idade Média tinha organizado, sobre o tema da carne e da prática da confissão, um discurso estreitamente unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política. E mais: o sólido vínculo que vinculava a teologia moral da concupiscência à obrigação da confissão (o discurso teórico sobre o sexo e sua formulação na primeira pessoa), foi rompido ou, pelo menos, distendido e diversificado: entre a objetivação do sexo nos discursos racionais e o movimento pelo qual cada um é colocado na situação de contar seu próprio sexo produziu-se, a partir do século XVIII, toda uma série de tensões, conflitos, esforços de ajustamento, e tentativas de retranscrição. (*idem*, p. 40)

O Jornalismo de celebridades, dentro dessa perspectiva, revela como o caráter confessional do sexo ganhou amplitude com o processo de espetacularização da mídia. A problematização necessária, nesse caso, é centrada na noção de qual é a formação do sujeito existente a partir dessa produção discursiva. Foucault (1997, p.109), ao trabalhar o conceito de “técnicas de si”, afirma que os sujeitos são construídos a partir de suas vivências e processos de sociabilidade. As técnicas de si seriam, exatamente, “os procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins”.

Desse modo, é preciso considerar que os sujeitos na contemporaneidade são forjados também dentro do discurso midiático que considera relevante o que estiver no desvio à heterossexualidade. O caso da ex-atleta Laís Souza reforça, no inconsciente coletivo, a noção de que o não heterossexual pode ser olhado por todos como diferente. Ainda na lógica foucaultiana, é explicado como, a partir do século XVIII, começaram a ser disseminados “dispositivos de sexualidade” que seriam compostos por um sistema de “regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de

sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder”. (FOUCAULT, 1988, p. 117)

Sendo assim, os dispositivos de sexualidade estão sempre operando na lógica do controle e domínio em áreas como desejo, prazer, sensações do corpo, dentre outras. Como afirma Foucault, eles têm, “como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”. (*idem*, p. 118)

Como dispositivo produtor de subjetividades, o Jornalismo está enquadrado justamente no âmbito da mídia e da construção discursiva sobre o sexo. Existem dinâmicas sociais, e o Jornalismo é uma delas, que colaboram nos processos de reconhecimento e formação de subjetividades nos sujeitos. Rosa Maria Bueno Fischer (2012, p. 115) apresenta como existem dispositivos pedagógicos da mídia que revelam estruturas de poder e subjetivação. Por isso, a relação de análise com os veículos de comunicação precisa ir além “de uma discussão sobre linguagem, sobre estratégias de construção de produtos culturais”. Esse dispositivo pedagógico da mídia seria

um aparato discursivo e ao mesmo tempo não discursivo (toda a complexa prática de produzir, veicular e consumir TV, numa sociedade e num cenário social e político específicos), a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si, práticas que vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem; há que se considerar ainda o simultâneo reforço de controles e igualmente de resistências, em acordo com determinadas estratégias de poder e saber, e que estão vivos, insistentemente presentes nesses processos de publicização da vida privada e de pedagogização midiática. (*idem, ibidem*)

Fischer assinala que a produção discursiva da mídia colabora no processo de subjetivação batizado de “tecnologias do eu”, relacionado a uma formação social que condiciona os sujeitos a um processo de “volta sobre si mesmo” durante o processo de recepção da mensagem enviada pelo veículo de comunicação. As técnicas de confissão vistas nessa cobertura de celebridades, por exemplo, operam como ferramentas destinadas à produção de indivíduos “que devem olhar para si mesmos, se autoavaliar, refletir sobre seus atos, expor suas sensações, suas dores, seus erros, seus julgamentos”. (*idem*, p. 116); Vale a pena observar como essa lógica se aplica também ao exemplo abaixo, na matéria intitulada “**Será que ele é? Verratti ‘acusado’ de ser mulher**”.

Um assunto agitou o noticiário esportivo de ontem. O site Football France criou a maior polêmica ao publicar uma matéria na qual o jogador da seleção italiana Marco

Verratti, de 22 anos, que joga no PSG, teria afirmado ser uma mulher de nome Marta. “Eu queria manter [o segredo], porque é muito difícil para uma mulher ser integrada em um ambiente tão machista como o futebol. Não quero jogar com mulheres, está longe de ser o meu nível. Espero que os fãs continuem a ver o Marcos e não a Marta. Raspar a cabeça e não usar maquiagem, essas não são coisas fáceis de fazer para uma mulher”, teria dito o volante, que pode defender o Barcelona em breve. Ibrahimovic, do PSG, teria opinado: “Marco nunca tomou banho no vestiário. Pensou-se que ele tinha um pênis pequeno. Então ele veio vestido de mulher. Vários sites brasileiros reproduziram a afirmação, mas o site Football France inventa histórias sobre os atletas, como informar que Messi e a cantora Susan Boyle teriam um romance, além de garantir que Ribery teria agredido um surdo e mudo porque o mesmo não havia falado com o meia em francês. (Da redação, Será que ele é? Verratti ‘acusado’ de ser mulher, 08.05.15, jornal Massa!)

A dinâmica da confissão começa no título, com o questionamento voltado à dúvida fincada na heterossexualidade como normalidade. No mesmo título, o sujeito passa a ser “acusado” por ser o que não está previamente definido pelo olhar normatizador e disciplinador dos corpos. E, por fim, descobre-se que o texto é construído com base em um site de notícias falsas. É meramente o sensacionalismo em cima da sexualidade, a criação de um fato com a sexualidade no pano de fundo. É um cenário noticioso que remete ao fato de a mídia criar, segundo Fischer (2012), “estratégias de linguagem” que podem estar em harmonia com as práticas da subjetivação.

Fischer (2012) trabalha com conceitos de Michel Foucault e centra sua análise de conteúdo na mídia televisiva. A autora defende que a exposição midiática fincada na confissão é fruto de um processo ligado à produção de verdades na mídia. Nesse caso, a “verdade será tão mais verdadeira quanto mais exaustivamente for falada, como se houvesse sempre algo a buscar ‘no fundo’ dos indivíduos, como se eles escondessem tesouros”, ou seja, revelações passíveis de espetacularização no cotidiano midiático. (*idem*, p. 122)

Por mais que protestemos, é preciso enfrentar o fato de que não há enunciados escondidos naquilo que a mídia produz e veicula; o que há são emissores e destinatários dos meios de comunicação (como o rádio, a tevê, as revistas e jornais), que variam conforme os regimes de verdade de uma época, e de acordo com as condições de emergência e de produção de certos discursos. Portanto, há que olhar para essa complexidade dos processos comunicacionais, procurando não o que estaria escamoteado, mas os modos de se fazer verem certas coisas num determinado tempo. (*idem*, p. 138)

Em outra categoria de análise na cobertura de celebridades, percebe-se como há total interesse na midiatização dos matrimônios e/ou dos relacionamentos amorosos. No

capítulo anterior, dedicado à cobertura dos direitos civis, foi analisado como o casamento é uma pauta hegemônica do movimento LGBT e, portanto, termina sendo reproduzido nos veículos de comunicação. Apesar de ser algo positivo do ponto de vista da luta pela igualdade de direitos, foi problematizado como, dentro de um olhar *queer*, essa priorização de temáticas termina por fomentar o preconceito e o processo de abjeção e subalternização dentro do próprio universo LGBT.

No caso das celebridades, é estabelecida a relação do matrimônio com modelos de celebração que aproximam a celebridade LGBT das normas heterossexuais, como pode ser vista nota citada abaixo, publicada na coluna do jornalista Ronaldo Jacobina, no jornal “A TARDE”.

Ítalo Coutinho (à direita), ex-integrante do grupo Dominó, e o músico baiano Marcelo Melo (à esquerda), sobem ao altar, hoje, às 20h, no Solar Cunha Guedes, no Corredor da Vitória. Ídolo das adolescentes dos anos 1990, o cantor, que é alagoano, mas mora em Salvador com o companheiro, vai oficializar a união de 10 anos com uma cerimônia tradicional com direito a 40 casais de padrinhos, bolo de seis andares, assinado pela cake designer Ivana Simões e buffet de Milton Martinelli. A festa, para 600 convidados, receberá um grupo com cerca de 100 amigos do artista vindos direto da Europa para a cerimônia. “Vivi na Europa alguns anos e os amigos que fiz por lá fretaram um avião para nos prestigiar”, diz. A festa promete movimentar o bairro do metro quadrado mais caro da cidade. (Ronaldo Jacobina, Ex-integrante do Dominó casa hoje com músico baiano, no Cunha Guedes, 05.05.15, jornal A TARDE)

Agora é possível comparar com outra nota, dessa vez publicada no jornal Massa!. O foco é a oficialização do relacionamento da cantora Neném, da dupla Pepê e Neném.

Na véspera de dizer o sonhado ‘sim’, Neném e sua noiva Thaís Baptista aproveitaram para relaxar. As ‘pombinhas’ passaram pelo Dia da Noiva com direito a banho de espumante e brinde com champanhe no maior clima de romance. “Estou nervosa, sim. É mais pela ansiedade de ver tudo começar”, disse a irmã Pepê. Seguindo a linha de Preta Gil, que teve 56 padrinhos em seu casamento com Rodrigo Godoy, Neném e Thaís terão 52 padrinhos. Sônia Abrão, os ex-BBBs Wagner, Angélica e Serginho, Fabiana Frota, Yudi, Adriana Bombom e Roberta Rodrigues estão entre os padrinhos. O cerimonialista Junior Donatto promete uma festa tradicional. (Da redação, Antes do sim / Neném e noiva relaxam pra casa, 06.07.15, jornal Massa!)

O que as duas notas têm em comum? Primeiro, o modelo tradicional de casamento, dentro de padrões heterossexuais e abarrotados de tradições e simbologias apropriados pelos LGBTs em busca da igualdade a partir do modelo heteronormativo. Segundo, estão midiaticizadas na lógica do espetáculo e colaboram na consolidação do discurso hegemônico questionado no capítulo anterior deste trabalho. Terceiro, estão inseridas em um “dispositivo de aliança” que, segundo Foucault (1988, p.117), é

construído em um “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens”.

O filósofo francês explica que o dispositivo de aliança perdeu espaço, principalmente a partir do século XVIII, quando “processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte eficiente”. Logo, o dispositivo de sexualidade, citado outrora neste capítulo, passa a ter um peso maior do que o dispositivo de aliança. Entretanto, a funcionalidade do dispositivo de aliança ainda é forte no objetivo de “reproduzir a trama de relações e manter a lei” dentro de um vínculo estabelecido entre sujeitos no âmbito da sexualidade. (FOUCAULT, 1988, p.117)

É o caso da nota publicada no “Massa!” em relação ao casamento da cantora Zélia Duncan com a atriz Claudia Netto. No texto, é reforçada a ideia foucaultiana que coloca o dispositivo de aliança como algo “ordenado para uma homeostase do corpo social”, ou seja, ele é pensado para manter o estado de equilíbrio do sujeito dentro da dinâmica social. (FOUCAULT, 1988, p. 118)

Juntas há um ano, a cantora e a atriz oficializaram a união ontem. As duas já estão morando juntas no Rio de Janeiro e tem uma “filha”, a gata Chiquinha. (Zélia Duncan troca alianças com atriz Claudia Netto, 10.01.15, jornal Massa!)

Os dispositivos foucaultianos (sexualidade e aliança), assim como os demais aparatos teóricos até aqui contextualizados, continuam operando quando a cobertura de celebridades nos jornais é voltada aos LGBTs enquanto personagens de obras audiovisuais. Nas páginas dos jornais, é motivo de noticiabilidade o fato de personagens não heterossexuais estarem no elenco das produções como filmes e novelas. O Jornalismo reforça que o personagem noticiado não é apenas um sujeito na trama, mas sim, um sujeito dissidente da norma heterossexual, como pode ser conferido nos exemplos abaixo. A primeira nota é intitulada **Deborah Secco interpretará lésbica em folhetim global.**

Os personagens homossexuais estão mesmo bombando nas novelas. Depois de Mateus Solano, Paulo Betti, e Marcos Pigossi, agora é a vez de Deborah Secco interpretar uma lésbica no novo folhetim global, “Verdades Secretas”, título provisório da novela das 23h da Globo. A informação foi dada pelo próprio autor Walcyr Carrasco. “Vai fazer algo totalmente diferente do que já fez!”, revelou nas redes sociais. Atualmente, Deborah está no ar na novela “Boogie Oogie”, em que interpreta a aeromoça Inês. “Verdades Secretas” tem previsão de estreia para junho de 2015. (Deborah Secco interpretará lésbica em folhetim global, 04.10.14, jornal Massa!)

Como pode ser conferido no conteúdo, é a sexualidade que justifica a existência do personagem na novela. Logo, é na sexualidade também que está a justificativa para o personagem se tornar notícia. Um segundo exemplo é a nota **Paolla Oliveira será estudante lésbica**.

Depois de viver a heroína Paloma em “Amor à Vida”, Paolla Oliveira será Denise, uma estudante lésbica, na minissérie “Felizes para sempre?”, que estreia no dia 26 de janeiro. Na trama, Denise leva uma vida secreta, escondida da namorada, Daniela (Martha Nowill). A atriz precisou encarar várias cenas de nudez para viver a personagem. Vamos esperar para vê-la na telinha! (Paolla Oliveira será estudante lésbica, 24.12.14, jornal Massa!)

Como afirma Leandro Colling (2007), a criação de narrativas televisivas com personagens gays e lésbicas, “especialmente quando não apresentados de forma caricata e estereotipada, quando não ligada à criminalidade”, serve como ferramenta de maior visibilidade e aceitação da orientação sexual homossexual. Entretanto, a partir de um estudo feito em relação ao modo como os personagens são construídos nas novelas entre 1974 e 2008, o pesquisador identifica uma série de padrões heteronormativos aplicados à representação LGBT nas personagens.

Como o foco deste trabalho não são os personagens, e sim, o Jornalismo, pode-se afirmar que o discurso construído pelos periódicos colabora para que a homossexualidade e as dissidências de gênero sejam demarcadas fora do ambiente da heterossexualidade. Deborah Secco não vai interpretar qualquer mulher, será uma mulher lésbica. Já Paolla Oliveira não será qualquer estudante, será uma estudante lésbica. Nesse sentido, é pertinente concordar com Colling (2010) de que “a representação produzida por uma telenovela não é simplesmente uma reprodução da realidade, mas também uma ação que deseja e provoca reações pelo fato de ter sido realizada de determinada maneira”.

A mesma lógica vale para produções cinematográficas, como o exemplo abaixo, que traz no título **Em filme, atriz global será bissexual**. A notícia é focada no fato de a personagem ser bissexual, e tenta aguçar os sentidos do leitor com a informação de que a atriz “**vai beijar e terá cenas sensuais**”.

Fernanda Vasconcellos está em processo de filmagem do longa “Pequeno dicionário amoroso 2”, de Sandra Werneck. Nele, a atriz dará vida a jovem bissexual Alice, filha do casal protagonista da primeira parte do longa, Andrea Beltrão e Daniel Dantas. No filme, que será lançado no ao que vem, Fernanda Vasconcellos vai beijar e terá cenas sensuais com Priscila Steinman. (Em filme, atriz global será bissexual, 14.10.14, jornal Massa!)

Essa visibilidade coloca o Jornalismo atrelado às produções culturais do audiovisual. Isso leva à exposição de temáticas da sexualidade e gênero na parcela da sociedade que consome esses produtos. Como explica Larissa Pelúcio (*et al.*, 2012),

A mídia, em todos seus desdobramentos, tem se mostrado um poderoso campo de produção de conhecimento, assim como de manutenção e reprodução das convenções sociais sobre masculinidades, feminilidades, orientação sexual, além de raça, classe e geração. (*idem.*, p. 07)

Pelúcio (*idem.*, 2012) esclarece que as narrativas midiáticas são também “pedagogias culturais capazes de cristalizar ou desestabilizar noções de gênero e sexualidade”. Em contrapartida, é necessário pensar que a atual visibilidade midiática é cada vez mais ampliada a partir de plataformas que se proliferam, como na internet, por exemplo. Portanto, o acesso ao conteúdo é cada vez maior e necessita de processos de análises transversais nesse cenário, afinal, a própria dinâmica da mídia tem sido ampliada com a apropriação de novas estratégias de linguagem.

Ao apresentar personagens dissidentes e que borram as estruturas normativas, o Jornalismo, de algum modo, utiliza seu lugar privilegiado para apresentar outros modos de viver além das práticas sociais naturalizadas. É a bissexualidade da personagem, o beijo gay, o casamento homossexual, enfim, a mídia e, em especial, o Jornalismo, se apropriam dessa realidade para reverberar sua produção na lógica do consumo das informações. “Assim, sexualidade, gênero, identidade são termos políticos em disputa cada vez mais presentes na mídia. (PELÚCIO *et al.*, 2012)

Para Caio Cerqueira (2016), a atual visibilidade dos LGBTs chegou ao seu “ápice midiático” à medida que as famílias têm sido levadas a assistir o/a homossexual que outrora estava fora dos enredos criados. Isso leva a diversidade sexual a ser “tematizada nas vias públicas das políticas institucionais” e termina por balizar outros setores, como o político e o jurídico. Em contrapartida, faz com que as reações conservadoras também ganhem força, algo naturalmente apropriado pelo Jornalismo em sua cobertura, como aconteceu com beijo gay na novela Babilônia, veiculada na Rede Globo de Televisão.

Depois de exibir, em seu capítulo de estreia, um beijo entre as personagens Teresa (Fernanda Montenegro) e Estela (Nathalia Timberg), a novela Babilônia (Globo) vive uma fase delicada em que grupos evangélicos sugerem boicote à trama. Entre os telespectadores que encabeçam a campanha contrária à novela está o estudante mineiro de educação física Rodrigo Baly Francisco, 34 anos, evangélico que administra uma página no Facebook no qual incentiva o boicote. Segundo ele, a ideia

surgiu após familiares considerarem que a trama extrapola os valores pregados pela religião. “Não é pelo beijo gay, apenas. Vi pessoas horrrizadas. Mas a minha reivindicação, como a de outras pessoas que integram a campanha, é alertar para que famílias não sejam incentivadas à prática da violência, do tráfico e da prostituição”. Só nesta página, mais de 300 pessoas pedem o fim da trama e incentivam os telespectadores a desligar a TV na hora da novela. (Isabela Rosembach e Leonardo Mesquisa, Folhapress – São Paulo, Após exibição de beijo gay, Babilônia é alvo de boicote, 31.03.15, jornal A TARDE)

No “Massa!”, o beijo ganhou chamada de capa com foto: **Outro beijo gay ‘causa’ na net**. Na nota publicada, a polêmica é seguida pela declaração de outra celebridade contra os protestos conservadores.

O beijo entre as personagens de Nathalia Timberg e Fernanda Montenegro, na novela “Babilônia”, causou repercussão nas redes sociais, entre anônimos e famosos. Entre tantos comentários na internet, estava o da atriz Luana Piovani. “Adoro! Babilônia já começou derrubando os forninhos dos babacas preconceituosos!”, escreveu a loira. (Beijo gay em ‘Babilônia’ gerou muita repercussão, 18.03.15, jornal Massa!)

Ao protagonizar cenas como o beijo, o personagem LGBT volta a ser notícia por conta da parcela conservadora da população. Ou seja, primeiro a sua existência no enredo é notícia. Em seguida, é a não legitimidade dos atos na sociedade conservadora que passa a ser noticiada. Ainda assim, Cerqueira (2016) defende que mesmo as reações adversas têm lado positivo na proporção que

pensar o lugar que um beijo entre dois homens numa novela exibida pela rede de canais mais poderosa e amplamente assistida tem na vida de diversas famílias, é o mesmo que pensar o lugar da questão gay no cotidiano dos brasileiros. A tal visibilidade chega a seu ápice midiático. Querendo ou não, famílias diversas foram obrigadas a não só assistirem, mas comentarem ou ver comentários sobre a cena. (*idem*, p. 48)

Por outro lado, é nítida a relação entre o Jornalismo e a tentativa de capitalizar leitores a partir de polêmicas surgidas em outras mídias, como na internet, cinema e televisão. No caso da televisão essa relação é ampliada, como explica Tess Chamusca Pirajá (2005) ao classificá-la como “meio que mobiliza o maior número de pessoas”. Segundo a autora, as produções televisivas têm papel crucial no “contínuo desfazer-se e refazer-se das identidades coletivas, que se alimentam e projetam-se sobre as representações da vida social”. (*idem*, p.110)

A pesquisadora, em sua obra que analisa a representação de travestis na TV, atenta ao fato de a televisão ser considerada a “provedora primordial” da representação

ligada aos costumes e valores. Dessa forma, a análise crítica feita nesta dissertação parte do pressuposto que o Jornalismo não deve ser encarado como mero veiculador de notícias ao focar nas celebridades e questões de gênero e sexualidade. O Jornalismo é, na verdade, conivente em relação aos processos deflagrados pela TV e seus interesses também ligados ao lucro e à espetacularização das sexualidades e gêneros dissidentes.

Atrelado a essa prática está o processo de autoalimentação midiática, tática de sobrevivência que consiste em se manter a partir de si mesma, das suas produções e das produções de outras mídias. E os jornais impressos aqui analisados são exemplos dessa relação. Refletir sobre o processo de autoalimentação midiática remete também ao fato de o Jornalismo, na cobertura de celebridades, ser responsável pela vigilância de discursos homofóbicos.

É o caso de conteúdos que passam a existir à medida que personalidades conhecidas emitem posicionamentos homofóbicos e são prontamente noticiadas por isso. Um exemplo é a matéria que ganhou a seguinte chamada na capa: **“Gays rodam a baiana com Varela”**. No texto da primeira página ainda foi colocado o complemento: **“Ele fez brincadeira que ninguém achou graça”**.

Ontem, o apresentador Raimundo Varela deu uma declaração polêmica em programa na Rádio Sociedade, que gerou o maior bafafá com o Grupo Gay da Bahia. No ar, Adelson Carvalho brincou, dizendo que havia um convite para o radialista ir à 13ª Parada Gay da Bahia, no próximo domingo, mas Varela debochou: “Quem mandou o convite mande pra sua mãe. Quem não é homofóbico, tem vontade de dar”. À equipe do Massa!, o apresentador se defendeu, afirmando que tudo não passou de uma brincadeira, mas disse que não iria mesmo ao evento. “Eu não posso ir porque sou bi transplantado, troquei fígado e rins. Então, meu sistema imunológico é mais frágil”, explica. (Terena Cardoso, Varela faz deboche sobre a Parada Gay, 17.09.14, jornal Massa!)

Ao cumprir o papel de vigilante do discurso homofóbico, pode-se classificar o Jornalismo como aliado no combate ao preconceito. Entretanto, seu papel de aliado ainda pode ser ampliado – e muito – caso a ajuda comece a ser traduzida por meio de conteúdos também reflexivos em torno da homofobia e dos padrões heteronormativos. Por enquanto, o Jornalismo se mostra mais centrado em noticiar e colaborar na mediação com órgãos tradicionais ligados à militância LGBT. Ainda sobre o caso Varela, o jornal fez questão de problematizar com o Grupo Gay da Bahia (GGB), legitimando o papel da instituição como porta-voz da comunidade LGBT.

Os comentários não foram bem recebidos pelo GGB, que prestou queixa na Defensoria Pública da Bahia. Marcelo Cerqueira ficou chateado com as declarações.

“Foi uma brincadeira sem graça. Ele também faz parte de um grupo vítima de preconceito, que é a terceira idade. Não deveria falar esse tipo de coisa. Fizemos uma queixa à Defensoria Pública”, afirma. Após o ocorrido, Varela ligou para Marcelo e se retratou. (Terena Cardoso, Varela faz deboche sobre a Parada Gay, 17.09.14, jornal Massa!)

Outro ponto positivo é o fato de existir, no texto informativo, como visto acima, ou no opinativo, como será visto a seguir, a tendência de publicizar a fala preconceituosa em tom de condenação. Abaixo, um texto publicado na coluna “Gmaiúsculo”.

Acredito que todos devem opinar sobre qualquer assunto, desde que tenham conhecimento. Por isso, quando leio declarações como a do lutador de MMA Vitor Belfort, me espanto. Primeiro, pelo teor homofóbico da afirmação “matrimônio é feito entre o homem e mulher”. Segundo, por tentar ‘aliviar’ dizendo que “o direito de quem pensa diferente” e que ama “o ser humano”. O problema não é pensar diferente, é fazer com que, a partir do comentário se crie a noção de ‘anormalidade’ do casamento gay, defendida por uma ala de evangélicos radicais que Vitor mesmo diz condenar. E mais: ao fazer esta declaração, ao invés de contribuir para o fim da homofobia, você colabora para que direitos pela igualdade entre os seres humanos sejam renegados. Diante disso, só um conselho: vamos procurar entender bem o que significa o casamento gay antes de abrir a boca. Depois de aberta, o estrago já está feito. (Juracy dos Anjos, Belfort e seu comentário, 25.09.15, jornal Massa!)

A lacuna nessas publicações, no entanto, está na falta de preocupação em contextualizar com conceitos que explicam a existência desses discursos, como homofobia, sexismo e heterossexismo. A declaração de Vitor Belfort, por exemplo, é um caso nítido de heterossexismo, que, segundo Borrillo (2010, p. 31), será a “crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa posição superior”.

O autor explica que, em nome do heterossexismo, são criadas fronteiras em relação aos espaços não permitidos aos que fogem da sexualidade hegemônica. Em razão dessa diferença, é “possível justificar um tratamento diferenciado de gays e lésbicas, privando-os, em particular, do direito ao casamento, à adoção ou às técnicas de reprodução assistida” (BORRILLO, p. 31); Já as declarações do apresentador Varela, por sua vez, eram a ocasião perfeita à problematização da homofobia e suas particularidades.

O termo “homofobia” designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. (*idem*, p. 22)

Portanto, sem contextualizar com nenhum dos aspectos da homofobia, o caso é limitado ao escândalo, à exposição do emissor do discurso homofóbico. E a raiz do problema, o processo social de construção do discurso fundador do preconceito, deixa de ser esclarecido ao público. Sem essa capacidade, o Jornalismo não cumpre o que Carlos Alberto Vicchiatti (2005) considera como um dos grandes desafios do Jornalismo no século XXI: “reformular os princípios e valores básicos que orientam seu olhar sobre o mundo”. (*idem*, p. 34)

Para que o Jornalismo passe a ter caráter transformador, o autor pontua a necessidade de prover o receptor da informação com conteúdo que estimule a liberdade de raciocínio e a conclusão analítica. Além disso, o ponto crucial é a formação do senso crítico a partir das informações, sendo considerado como mais importante o “despertar da consciência orientada pela sociologia da comunicação”. (*idem*, p. 45)

Dessa forma, apesar de haver características gerais no processo e desenvolvimento do senso crítico, a prática deste na área de comunicação não dispensa o entendimento profundo das tradições, conflitos atuais, dos paradoxos, dos estilos comunicativos e das questões conceituais. Ou seja, um conhecimento das estruturas profundas do texto e noção das características do meio em que se atua, desde que indicadas em nível discursivo, no caso, o artigo jornalístico. (*idem*, p. 46)

O desafio em reflexões como as de Vicchiatti (2005) reside no fato de o Jornalismo ser um objeto controverso. De um lado, é fácil compreender a missão social do jornalista, bem como parece ser óbvio concordar com a declaração do autor de que, no mundo contemporâneo, o papel do jornalista deve ser eminentemente político. Porém, do outro lado, a prática do Jornalismo na sociedade do consumo leva a profissão para outro caminho.

Como o próprio Vicchiatti lamenta, os veículos de comunicação de massa estão centrados em noticiar o que chama atenção. Há falta de preocupação em “cultivar uma relação de cumplicidade com o receptor” e, nas rotinas produtivas, o jornalista termina pressionado a ser meramente um produtor de notícias. Assim, “ficam esquecidas a estética e a relação social jornalista/comunidade”. (*idem*, p. 77)

A importância do jornalismo está contida na premissa de que precisa ser útil, de modo particular. Precisa dar ao público a sensação de que a vida não é apenas uma sequência de fatos ocasionais. A imprensa fracassa, neste sentido, tratando os assuntos à base de *flashes* que, instantaneamente, devem

fazer com que o povo logo os esqueça e esteja pronto para absorver – e consumir – o que vem a seguir. (*idem*, p. 57)

Mesmo quando o caso de homofobia envolvendo a celebridade ganha maior repercussão, é válido observar como o discurso do Jornalismo não marcha em direção à reflexão, e sim para o espetáculo. É o caso do cantor Robyssão, na matéria intitulada **“Robyssão é acusado de ser homofóbico”**.

Por essa Robyssão não esperava: apesar de manter um bom relacionamento com os homossexuais em sua vida pessoal, ele está sendo acusado de homofobia por causa da música ‘Quem banca é o viado’. Alguns trechos da canção – que indica o relacionamento entre um rapaz e um homossexual que estaria lhe bancando pequenos luxos como iPhone e outros –, irritaram o Grupo Gay da Liberdade. O presidente Giliarde Santos entrou com uma representação no Ministério Público da Bahia através do Observatório de Discriminação Racial e LGBT. (Terena Cardoso, Robyssão é acusado de ser homofóbico, 15.01.15, jornal Massa!)

Um dia depois da matéria acima, o caso volta a ser noticiado em caráter opinativo, agora com as palavras do colunista em tentativa de explicar o motivo que leva a canção a ser tida como preconceituosa. No título: **“Música para o ódio”**.

Ao perceber atos de homofobia e discriminação – com o de Robyssão, na música “Quem banca é o viado”, – pergunto o que as pessoas querem? A resposta é óbvia: estigmatizar, fazendo este grupo ser classificado como marginal, sujeito a qualquer tipo de degradação social e pessoal. Muitos, por conta do estereótipo (“viado que banca” o luxo de um suposto “não gay”), acabam sendo vítimas da violência. Quantos mais terão de ser vítimas destas manifestações odiosas, disfarçadas de brincadeiras “inocentes”? A cada 27 horas (veja detalhamento abaixo), um gay é morto no Brasil. É um número que deve ser refletido antes de se criar e reproduzir aberrações como esta. Para o cantor, espero ações mais duras na Justiça. (Juracy dos Anjos, Música para o ódio, 16.01.15, jornal Massa!)

Interessante observar que, alguns meses antes da polêmica com a música, o cantor havia sido noticiado no mesmo jornal, na coluna “Quebradeira”. Na ocasião, emitia opinião em relação ao assédio que homossexuais estariam praticando contra um morador de rua. No título, a frase **“Robyssão debate homossexualidade”**.

O rei do pagofunk Robyssão relatou nas redes sociais o depoimento de um jovem. “Hoje, parei numa sinaleira, um jovem morador de rua, de 19 anos, me contou que todos os dias ele é assediado por homossexuais. Oferecem valores, uns irrisórios, outros exorbitantes, para a conjunção carnal. Muitos até choram e imploram pelo sexo. Eu não sou homofóbico, não sou fundamentalista religioso e não sou como os sectários que condenam os gays. Respeito e aceito a diversidade. Mas acho crucial o homossexual respeitar para ser respeitado”. (Adan Nascimento, Robyssão debate homossexualidade, 15.10.14, jornal Massa!)

Seguindo a lógica de Douglas Kellner (2001, p.14), é importante compreender a dinâmica geradora da popularidade de certas produções, pois isso “pode elucidar o meio social em que elas nascem e circulam, podendo, portanto, levar-nos a perceber o que está acontecendo nas sociedades e nas culturas contemporâneas”. Desse modo, o primeiro equívoco do Jornalismo é não contextualizar o caso com o próprio histórico do pagode, conhecido como ritmo de predomínio masculino e de letras com colocação da mulher como mero objeto de desejo.

Outro ponto é que o artista Robysson está inserido na produção que envolve a cultura da mídia. De modo objetivo, Kellner define cultura da mídia como

uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. (KELLNER, 2001, p. 09)

Polemizar em torno de letra é também estratégico para fincar o nome do artista na mídia e, como consequência, colabora no processo de autoalimentação midiática do Jornalismo. Logo, a letra reproduz o discurso hegemônico do masculino heterossexual e, ao mesmo tempo, sua tática de divulgação está calcada no Jornalismo que persegue polêmica para vender. Como afirma Kellner, é nessa cultura da mídia que existe “um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia”. (*idem*, p. 10 – 11)

Sem o potencial de refletir em torno dos processos fundadores que forjam o discurso homofóbico de Robysson, o Jornalismo adere a tática de ampliar a polêmica e prolongar a permanência do assunto nas suas páginas. Na manchete do “Massa!” do dia 17 de janeiro temos a informação: **“Mil reais pra música que rebater Robysson”**, texto acompanhado da seguinte linha de apoio: **“Quem se habilita? Mr. Galiza, cantor de pagofunk, já está correndo atrás! Grupo Gay resolveu lançar o desafio porque está indignado com a canção ‘Quem banca é o viado’. Nem aí, o rei da ostentação festeja: ‘Ajuda a promover’**”. O texto inicial da matéria começa da seguinte forma:

Em resposta à polêmica música do cantor Robysson, ‘Quem banca é o viado’, o Grupo Gay da Bahia (GGB) lançou ontem uma proposta para rebater a canção: convocou os compositores baianos para fazer uma música-resposta e o ganhador leva R\$ 1 mil para casa. No cenário musical baiano, já tem gente demonstrando interesse pelo prêmio. O cantor de pagofunk, mistura de pagode baiano com funk carioca, Mister Galiza, se dispôs a participar. Mas ele afirma não ter nada de pessoal contra Robysson, apesar de os dois já terem se estranhado nas redes sociais. (Anderson Ramos, GGB para R\$ 1 mil por música-resposta, 17.01.15, jornal Massa!)

Nesse estágio da polêmica, a pauta deixou de ser apenas publicada no jornal “Massa!” e migrou também para o “A TARDE”, onde raramente as celebridades ganham visibilidade com essa modalidade noticiosa. Na capa, a chamada “**GGB dará R\$ 1 mil por música que conteste o cantor Robysson**”. Na parte interna do jornal, o texto foi publicado na coluna Chame Gente, veiculada apenas nos meses que antecedem o Carnaval, e assinada pelo jornalista Juracy dos Anjos, o mesmo que assina a coluna Gmaiúsculo no Massa!

A polêmica entorno da música ‘Quem banca é o viado’, do cantor Robysson, não para de crescer. Desta vez, quem entrou na briga contra a canção, considerada homofóbica, foi o Grupo Gay da Bahia (GGB). E de uma forma inusitada: está oferecendo R\$ 1 mil para quem fizer uma música-resposta contra o cantor. Na semana passada, outra entidade de defesa dos direitos LGBTs, o Grupo Gay da Liberdade, entrou com uma representação no Ministério Público da Bahia. Robysson, por sua vez, está no clima: fale mal, mas fale de mim. “Esta polêmica está ajudando a promover minha música. Antes, era pouco tocada. Agora, virou carro-chefe”, pontua. (Juracy dos Anjos, GGB oferece R\$ 1 mil pra música contra Robysson, 17.01.15, jornal A TARDE)

Na foto da matéria (*anexo pág. 164*), o cantor Robysson aparece com grossas correntes em tom de ouro, uma delas com seu nome em letras garrafais. Ele segura uma garrafa de champanhe que jorra como recém-estourada. Seus acessórios incluem relógio, óculos escuros e chapéu. É o típico estilo ostentação. Essa identidade masculina, ligada ao consumo e preocupada com a divulgação da sua arte enquanto mercadoria, é naturalizada nas relações balizadas na cultura da mídia. É essa cultura que, segundo Kellner, coloca à disposição

imagens e figuras com as quais seu público possa identificar-se, imitando-as. Portanto, ela exerce importantes efeitos socializantes e culturais por meio de seus modelos de papéis, sexo e por meio das várias “posições de sujeito” que valorizam certas formas de comportamento e modo de ser enquanto desvalorizam e denigrem outros tipos. (KELLNER, 2001, p.307)

Portanto, Robysson é reflexo de um contexto social no qual as identidades são produzidas dentro da lógica pós-moderna que, ainda segundo Kellner (2001), gira em

torno do lazer e está centrada na aparência, na imagem e no consumo. Robysson é fruto de uma sociedade com papéis de gênero bem definidos, e no qual a cultura da mídia faz o jogo perfeito à comercialização da sua canção e/ou de qualquer outro produto cultural. O problema reside no fato de que as “narrativas da cultura da mídia também estão saturadas de ideologia e valores, de tal sorte que as identidades na sociedade contemporânea podem (ainda) ser interpretadas como um constructo ideológico”. (*idem*, p.316)

Isso implica dizer que essa cultura contribui no “sentido de produzir posições de sujeito que reproduzem valores e modos de vida capitalistas e masculinistas dominantes” (*idem*, p. 316); E nesse macroambiente o Jornalismo opera na validação desse cenário por meio dos veículos de comunicação. Não há uma preocupação central com as identidades de gênero dissidentes ou com o preconceito enraizado na sociedade, a chave da questão está nas palavras de Robysson: **“Esta polêmica está ajudando a promover minha música. Antes, era pouco tocada. Agora, virou carro-chefe”**. Ou seja, o que vale é estar na mídia.

Para encerrar esse capítulo, é válida a reflexão de como as celebridades – e subcelebridades – são o retrato das relações identitárias no mundo pós-moderno. Seja no transespétaculo da mídia, no LGBT enquanto personagem na ficção, na romantização do casamento, na confissão da sexualidade ou no policiamento do discurso homofóbico, existe em comum o fato de o Jornalismo abordar a temática de modo continuado. Nessa perspectiva, são inegáveis os avanços no processo de comunicação hoje calcado no que pode ser dito em detrimento do que outrora era alvo de censura e silenciamento.

Em contrapartida, ainda há muito que melhorar. A potencialidade reflexiva do Jornalismo ainda está abaixo do necessário para ser considerado, de fato, um meio de mudança social. O Jornalismo brinca com as identidades dentro da sua necessidade de ser visto e consumido. Ele é tão flexível às demandas de mercado como as identidades são maleáveis no mundo contemporâneo. Essa maleabilidade leva em consideração Kellner (2001) ao explicar que

A identidade pós-moderna, então, é constituída teatralmente pela representação de papéis e pela construção de imagens. Enquanto o lugar da identidade moderna girava em torno da profissão e da função na esfera pública (ou familiar), a identidade pós-moderna gira em torno do lazer e está centrada na aparência, na imagem e no consumo. A identidade moderna era um negócio sério que implicava escolhas fundamentais capazes de definir quem somos (profissão, família, identificações políticas, etc), enquanto a

identidade pós-moderna é uma função do lazer e baseia-se no jogo, no ludíbrio, para a produção de uma imagem. (*idem*, p. 311)

Portanto, nossas identidades são forjadas dentro de regimes discursivos implantados nas estruturas de poder que produzem subjetividades do sujeito. E o Jornalismo é uma delas. Nele estão retratadas as normatizações heterossexistas, o papel hegemônico das masculinidades, os discursos homofóbicos e as identidades dissidentes enquanto espetáculo (como as transexuais). Seja com muita ou pouca capacidade de refletir a respeito dessas questões, é no Jornalismo que buscamos encontrar, um dia, o potencial de visibilidade que valorize o papel da subversão e da dissidência em sua essência, e não como produto a ser vendido e espetacularizado.

4. COBERTURA DE VIOLÊNCIA: DAS PRÁTICAS DE RISCO AOS CRIMES PASSIONAIS

Todo corpo é vulnerável, está propenso a ser alvo da violência. Entretanto, Judith Butler (2006) assinala que a vulnerabilidade de determinadas pessoas é ampliada à medida que seus corpos estão alocados em setores sociais vistos como deslocados do padrão hegemônico em determinada sociedade. Assim, cada vida é composta politicamente em virtude do seu corpo, configurado como espaço materializado em forma de desejo e vulnerabilidade. Na prática, basta associar essa lógica à violência sofrida por gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, dentre outros, que têm seus corpos violados diariamente pelo fato de serem vidas não aceitáveis ao olhar do preconceito.

Butler (2006) aponta como mulheres e minorias sexuais e de gêneros estão sujeitas a violência pelo fato de estarem materializados como corpos que incomodam. Como todos os corpos são socialmente (e discursivamente) construídos, aqueles que incomodam estão mais expostos diante da lógica social estabelecida entre vidas merecedoras de proteção e outras com pouco ou nenhum acolhimento. Perceber a relação de vulnerabilidade dos corpos e como o olhar do outro determina quais são as vidas mais importantes, segundo a autora, é passo crucial à compreensão das práticas de violência marcadoras do cotidiano, em especial nas questões de gênero e sexualidade.

El cuerpo supone mortalidad, vulnerabilidad, praxis: la piel y la carne nos exponen a la mirada de los otros, pero también al contacto y a la violencia, y también son cuerpos los que nos ponen en peligro de convertirnos en agentes e instrumento de todo esto. Aunque luchemos por los derechos sobre nuestros propios cuerpos, los cuerpos por los que luchamos nunca son lo suficientemente nuestros. El cuerpo tiene una dimensión invariablemente pública. Constituido en la esfera pública como un fenómeno social, mi cuerpo es y no es mío. Entregado desde el comienzo al mundo de los otros, el cuerpo lleva sus huellas, está formado en el crisol de la vida social; sólo más tarde, y no sin alguna duda, puedo reclamar mi cuerpo como propio, como de hecho tantas veces lo hago. (BUTLER, 2006, p. 52 – 53)

A partir de Butler (2006) e de outros autores ligados aos Estudos *Queer*, este capítulo será centrado nas matérias publicadas no “A TARDE” e “Massa!” com base em conteúdos noticiosos ligados a casos de violência. Entre setembro de 2014 e setembro de 2015, foram catalogadas 21 notícias desse perfil no “A TARDE” e 26 no “Massa!”, sendo considerado apenas o conteúdo noticioso, opção metodológica que eliminou os textos opinativos de editoriais, artigos e colunas.

Cinco categorias de análise foram observadas a partir do montante das matérias. São elas: 1) Casos declarados de homo(lesbo)transfobia; 2) Crimes passionais, voltados aos relacionamentos que culminam em atos de violência; 3) Exposição das práticas sexuais de risco, em especial dos homens gays, à medida que o Jornalismo evidencia o fato de a vítima se envolver com desconhecidos; 4) Transexuais duplamente violentados, diante da tendência de o Jornalismo reforçar a presença do/a transexual no caso; 5) Violência de cunho internacional, com o relato de extermínio dos LGBTs em outros países.

Todas as cinco categorias serão analisadas neste capítulo. A primeira delas é a que chamou mais atenção durante o processo de análise, a da exposição das práticas sexuais de risco dos homossexuais. Foram nove matérias no “Massa!”, sendo três delas alçadas ao posto de manchete, enquanto outras cinco ganham chamadas simples na capa. Enquanto isso, o “A TARDE” publicou sete matérias com esse perfil, duas delas merecedoras de pequenas chamadas na página principal. Os dois periódicos, por pertencerem ao mesmo grupo de comunicação, compartilham os textos, apesar de nítidas mudanças nos seus elementos de edição. Três casos ao longo do ano mereceram destaque em ambos e, portanto, serão problematizados nesta análise.

As três coberturas mostram como a posição social da vítima é crucial à visibilização pelo Jornalismo. Um professor da rede estadual de ensino, um arquiteto morador da Barra (bairro de classe média alta em Salvador) e um bailarino do Balé Folclórico da Bahia, todos assassinados após levarem desconhecidos para suas casas. Outros dois casos noticiados nesse período, o de um auxiliar de serviços gerais e um colunista da cidade de Feira de Santana, ganharam pouco espaço nos jornais, apesar de estarem no mesmo perfil de crime. Essa lógica remete à Butler (2006, p.57) ao sugerir que na dinâmica da vulnerabilidade sejam avaliadas as condições que levam ao fato de “ciertas vidas humanas son más vulnerables que otras, y ciertas muertes más dolorosas que otras”. O Jornalismo faz essas escolhas a partir da projeção social da vítima.

A primeira morte merecedora de destaque foi o do bailarino Reinaldo Pepe dos Santos, 40 anos, integrante do Balé Folclórico da Bahia. No texto que anuncia o crime, o título “**Família e amigos se despedem de bailarino**” é acompanhado da linha fina: “**Investigações apontam que o suspeito e a vítima se conheceram em uma boate no Pelourinho**”. A mãe de Reinaldo e o diretor-geral do Balé Folclórico são entrevistados,

apesar de a polícia ser a principal fonte de informação na confirmação de que existiu comportamento de risco do bailarino.

A assessoria [da Polícia Civil] informou ainda que o bailarino foi visto chegando em casa em companhia de um rapaz na noite de sábado (14). Na manhã de domingo, esse mesmo homem foi visto saindo do imóvel com pertences da vítima, inclusive um notebook. Há indícios de que houve luta corporal, uma vez que havia sangue nas paredes e objetos quebrados na residência, conforme relatos de amigos da vítima. (Euzeni Daltro, Familiares e amigos se despedem de bailarino, 17.03.15, jornal Massa!)

No dia seguinte, o caso é manchete do jornal com a frase **“Matador de bailarino dança”**, em alusão ao fato de o responsável pelo crime ter sido preso. Wallyson Santana de Castro, 24 anos, também conhecido como Galego, foi preso com tamanha rapidez que parte significativa da matéria é centrada no louvor ao trabalho policial.

“A dor continua. Estamos satisfeitos de ver o trabalho rápido da polícia. A gente espera que a justiça realmente seja feita e esse rapaz fique preso. Temos um caso parecido, o de Augusto Omolu. O indivíduo foi preso e já está em liberdade para cometer outro homicídio ou até coisa pior”, afirmou Augusto Reis, 36, diretor do Grupo Capelinha do Forró, em São Caetano, do qual o Reinaldo Pepe era coreógrafo. Pepe não tinha relacionamento com o sujeito: ‘Não existe briga de casal. Eles podem ter tido um envolvimento rápido, mas nada sério’” (Euzeni Daltro, “Esperamos que ele fique preso”, 18.03.15, jornal Massa!)

Em sequência, no dia posterior, o caso volta a ser destaque com a apresentação do acusado à imprensa. O desfecho é acompanhado por falas do representante do Grupo Gay da Bahia, em mais elogios ao trabalho da polícia. É esclarecido, então, que o crime foi motivado por dinheiro.

Wallysson Santana de Castro, o Galego ou Roy, 24 anos, foi aos prantos durante sua apresentação à imprensa na manhã de ontem. Ele confessou ter matado o bailarino Reinaldo Pepe dos Santos, 40, na madrugada de domingo (15), mas disse estar arrependido. Segundo ele, o crime foi uma fatalidade, ocorrida após uma discussão a respeito do valor acertado para um encontro íntimo. Wallyson contou que o valor era de R\$ 70, mas o bailarino só queria pagar R\$ 50. (Rodrigo Meneses, Choro depois do sangue derramado, 19.03.15, jornal Massa!)

Todas as matérias foram publicadas também no **“A TARDE”**, que deu ampla visibilidade ao segundo caso, o do engenheiro civil Sérgio de Brito Domingues, 59 anos, assassinado a facadas dentro do próprio apartamento, na Barra, depois de ir à Parada Gay e retornar para casa com um estranho. Novamente, é a polícia que se encarrega de anunciar o comportamento de risco do homossexual.

De acordo com a assessoria da Polícia Civil, vizinhos de Sérgio ouviram discussão e barulho de objetos quebrando e ligaram para o 190. Eles afirmaram que a vítima era homossexual e recebia muitas visitas em casa. E, ao ser questionado sobre a movimentação, dizia que essas pessoas eram sobrinhos dele. O engenheiro também vendia carros e justificava que o movimento no apartamento era de clientes. (Rodrigo Meneses, Engenheiro é assassinado na Barra, 15.09.15, jornal A TARDE)

No “Massa!”, o mesmo texto foi publicado com elementos de edição direcionados à culpa da própria vítima. O caso foi manchete do jornal com a frase **“Engenheiro abre apê pra matador”**, e a matéria principal intitulada **“Engenheiro leva assassino pra casa”** (*anexo pág. 165*), além de um texto secundário com o título: **“Recebia o ‘sobrinho’”**. O caso voltou a ser noticiado dois dias depois, quando a polícia disse ter identificado o criminoso.

O suspeito de matar o engenheiro civil Sérgio de Brito Domingues, 59 anos, já foi identificado, segundo a delegada Carmem Dolores, titular da 14ª Delegacia da Barra. O crime foi no domingo (13), no apartamento da vítima, no Gavazza Residencial, na Rua Professor Lemos de Brito, Morro do Gavazza. [...] O nome do suspeito não foi revelado para não prejudicar as informações. De acordo com a titular, oito pessoas, entre familiares, amigos e vizinhos do engenheiro, foram ouvidas. (Andrezza Moura, Polícia já sabe quem assassinou o engenheiro, 17.09.15, jornal Massa!)

O terceiro e último caso dessa categoria de análise é o do professor Deodarquison Aparecido Rego Pereira, 45 anos, cujo corpo foi encontrado em estado de gigantismo e com as mãos e braços amarrados no dia seguinte à publicação do assassinato do arquiteto na Barra, citado no parágrafo anterior. Um docente e uma aluna são entrevistados para dimensionar como a vítima era querida, além de ter sido emitida nota de pesar oficial pela Secretaria Estadual de Educação. A polícia, sempre como protagonista, volta a indicar o comportamento sexual de risco da vítima.

Segundo informações da assessoria de comunicação da Polícia Civil, um sobrinho de Deodarquison contou que ele era homossexual e costumava receber rapazes desconhecidos em casa. Ele disse ainda que a última vez que falou com o tio foi sábado pela manhã, pelo WhatsApp. (Andrezza Moura e Redação, Polícia Civil investiga morte de professor, 16.09.15, jornal A TARDE).

Dois dias depois, a resposta da polícia é rápida com a apresentação de um jovem à imprensa como autor do crime (*anexo pág. 166*). Ele aparece nas fotos com o olho direito inchado depois de apanhar. No “Massa!”, o assunto é a manchete com a frase **“Vida de professor valia R\$ 150”**, enquanto na matéria a foto do acusado é seguida da

legenda **“A Polícia Civil lançou portaria proibindo a imprensa de entrevistar os presos”**.

A quantia de R\$ 150 não paga por um programa foi a justificativa dada por Nadson de Jesus Pepe, 19 anos, e um adolescente de 16 anos para matar o professor de química Deodarkson Aparecido Rêgo Pereira, 45. O crime ocorreu no último sábado dentro do apartamento da própria vítima, no bairro de Amaralina, mas o corpo só foi encontrado dois dias. Para a polícia, a dupla premeditou o crime e aceitou fazer o programa com a intenção de roubar os pertences do professor. (Rodrigo Meneses, Dupla armou arapuca para o professor, 18.09.15, jornal Massa!)

O protagonismo da polícia e o destaque ao comportamento sexual de risco são dois aspectos do modo como o Jornalismo lida com esse tipo de violência. As coberturas são incapazes de mostrar o processo social que leva ao comportamento considerado como de risco. Pelo contrário, há tendência de culpar a vítima quando emite-se uma manchete como **“Engenheiro abre apê pra matador”**, ou o título **“Engenheiro leva assassino pra casa”**, além da ridicularização com tentativas de humor em **“Matador de bailarino dança”** ou **“Recebia os sobrinhos”**.

Para Enézio de Deus Silva Júnior (2012), nem todo crime associado às práticas sexuais de risco evidenciam casos de homo(lesbo)transfobia. Ainda assim, o contexto da violência motivada pelo ódio aos LGBTs precisa ser levado em consideração, haja vista que os autores dos crimes, sejam garotos de programa ou ladrões, sabem que a relação íntima negociada com o homossexual (o corpo desviante) é passível de ser convertida em lucro. Logo, a “premeditação de subtrair bens da vítima, de modo gradual, atrelada ao preconceito, unem-se a outros sentimentos, que acabam deflagrando um possível homicídio” (*idem*, p.110).

No caso dos jornais analisados, o discurso produzido evidencia a tendência de não classificar de modo prematuro os casos como homofobia. No entanto, inexistente problematização das possíveis causas de homofobia que podem estar veladas nos crimes. Apesar de atuar na área do Direito, Silva Júnior (*idem*, p. 113) faz uma associação pertinente que passa ao largo da dinâmica do Jornalismo: os LGBTs são colocados em uma vida “afetivo-sexual marginal, no sentido de perigosa”, tendo seus próprios desejos associados às práticas que precisam ser invisibilizadas na sociedade.

Práticas sexuais de risco (pela baixa auto-aceitação do afeto e da própria orientação sexual no nível inconsciente) são, tão somente, reflexos de uma culpa que muitos destes sujeitos carregam. Ainda conhecendo os reais perigos a que se expõem, alguns deles buscam satisfações e desejos que, em verdade, são conducentes à morte, ou seja, vão tecendo as próprias

circunstâncias facilitadoras da perpetração de crimes – dentre eles, dos assassinatos homo(trans)fóbicos. (*idem*, p.113)

Portanto, quando o Jornalismo reforça que a execução de crimes está centrada nas práticas sexuais de risco dos homossexuais, não existe a preocupação de sustentar essa lógica dentro de um contexto de subalternidade do homossexual. Deixa de ser considerado, inclusive, que crimes dessa natureza estão também no universo heterossexual, mas são abordados dentro de parâmetros fincados na heterossexualidade no âmbito do aceitável, pois “a sociedade ainda acolhe/mantém a heterossexualidade como padrão de normalidade afetiva e comportamental, é mais rara a constatação de homicídios enquadrados nesta esteira”. (*idem*, p.113)

A partir de um olhar mais centrado nas práticas do Jornalismo, o pesquisador e jornalista Leandro Colling (2015a), em artigo¹⁶ publicado no jornal Correio*, reforça a necessidade de ser contextualizado o processo de repressão e preconceito à sexualidade dos homossexuais que se submetem às práticas sexuais de risco. Portanto,

em relação aos gays assassinados, antes de responsabilizá-los ou ridicularizá-los por crimes nos quais eles são vítimas, devemos nos perguntar: por que eles levam seus parceiros para as suas casas? É absolutamente tranquilo um casal gay entrar em algum motel ou hotel aqui em Salvador? Um casal gay pode namorar em público em nossa cidade? É óbvio que não, pois os homossexuais, mais do que ninguém, sabem que vivem em uma sociedade homofóbica. (COLLING, 2015a)

O pesquisador assinala que “ninguém, LGBT ou não, pode ser responsabilizado ou desrespeitado por ter levado alguma pessoa para a sua casa e ter sofrido alguma agressão”. Isso porque é a própria lógica da repressão dos corpos que opera nas dinâmicas dos relacionamentos. É o esconder-se, o medo do carinho em público, as poucas chances de satisfazer desejos que precisam ser preenchidos dentro da sociedade que considera o LGBT como uma afronta. Logo, “um jornalismo comprometido com os direitos humanos deve compreender isso para não produzir mais violências simbólicas que, no final das contas, autorizam certos crimes”. (*idem*, 2015a)

As subjetividades dos crimes ligados à prática sexual de risco se aproximam da outra categoria desta análise, a das matérias que trazem a homo(lesbo)transfobia como

¹⁶ O jornal Correio*, que não é o objeto de análise nessa pesquisa, publicou a manchete “Matador de bailarino dança no Recôncavo”, similar ao texto do jornal Massa! aqui retratado. O caso gerou manifestações de indignação contra os veículos de comunicação. O Correio* chegou a publicar uma nota de desculpas “a quem o mal interpretou na formulação da manchete”.

motivadora da violência. Primeiro, é importante classificar que a iniciativa de utilizar a expressão homo(lesbo)transfobia é uma tentativa de ampliar o debate da análise para além do proposto por autores que centram suas falas na homofobia, sem se preocupar com demandas de gênero e sexualidade que atingem a pluralidade nesse setor. A homo(lesbo)transfobia significará ódio, repulsa, medo irracional e o sentimento de provocar violações à integridade física e psíquica de gays, lésbicas, travestis, transgêneros, transexuais, dentre outros. (SILVA JÚNIOR, 2012, p.113)

Essa opção de terminologia leva em consideração que, segundo Colling (2015b, p.22), o conceito de homofobia “não dá conta de entender as especificidades da lesbo-transfobia e de como opera a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade”. Além disso, o pesquisador explica que o termo “homo” tem sido decodificado de modo peculiar no Brasil, haja vista que os criadores do conceito de homofobia, no início da década de 70, unificaram dois radicais gregos para criar a palavra a partir de 'homo' (semelhante) e 'fobia' (medo). Entretanto, no Brasil homo representa homossexual, algo que reduz o conceito aos homossexuais masculinos. Por isso, grupos em busca de visibilidade fizeram emergir terminologias como lesbofobia, bifobia, travestifobia, transfobia.

Dois matérias nesta análise simbolizam, especificamente, como a aversão contra sexualidades dissidentes motivam crimes. As duas estão centradas na lesbofobia, apesar de nenhum dos dois veículos de comunicação retratar os casos com o uso do termo lesbofobia, de modo que a violência contra as lésbicas é midiaticizada sempre com a alcunha de homofobia. O primeiro exemplo aconteceu em Salvador, publicado nos dois periódicos simultaneamente, com a diferença de que no “A TARDE” a veiculação foi em formato de matéria e ganhou destaque na capa com a chamada “**Jovem é agredida em Brotas por ter ‘aparência’ de homossexual**”.

A jovem, que pediu para não ser identificada, foi abordada por um homem em um ponto de ônibus, enquanto aguardava o coletivo. Segundo o relato da vítima a um jornal do Rio de Janeiro, o homem começou o assédio com um tom de ameaça de estupro e ofensas de cunho homofóbico. Ele a teria chamado de “sapata nojenta” e disse que ela apanharia por causa da “cara asquerosa de sapatão”. A jovem foi atingida por socos, pontapés e teve a cabeça batida contra o chão. Ainda segundo a vítima, esta não foi a primeira vez. Aos 15 anos, ela levou um soco de um desconhecido ao andar de mãos dadas com a namorada. (Ludmila Silveira, Polícia aguarda jovem vítima de homofobia, 15.10.14, jornal A TARDE)

Se no “A TARDE” houve a supressão da imagem em respeito à vítima, no “Massa!” o conteúdo foi reduzido a fotolegenda com a imagem da garota agredida. O olho roxo apresenta a dimensão da agressão, em detrimento do curto material informativo que apresenta breve relato da evidente lesbofobia. O texto se resume a:

Um homem agrediu violentamente uma jovem de 18 anos, em Brotas, na quarta-feira (8). Inicialmente, ele a teria ameaçado de estupro e xingado de sapata nojenta. A vítima levou chutes, socos e pontapés. (Homofobia gera agressão, 15.10.14, jornal Massa!)

A segunda agressão associada nitidamente à lesbofobia foi veiculada apenas no “Massa!”, e envolve o presidente da Câmara de Vereadores de uma cidade no interior da Bahia.

Edmilson Freitas, presidente da Câmara de Vereadores de Firmino Alves – município do sul da Bahia – é o principal suspeito de ter agredido fisicamente uma adolescente de 16 anos. Ele teria atacado a jovem, após presenciá-la namorando com a filha dele. A vítima teve um dedo quebrado, hematomas pelo corpo e cortes de facão nas pernas. O fato ocorreu na terça-feira, por volta das 22h, nos fundos da casa do vereador. A vítima diz que também apanhou da esposa do vereador e da filha mais nova do casal. Rosenildes da Silva é mãe da menina atacada e conselheira tutelar. Ela registrou ocorrência do fato na delegacia e vai encaminhar a filha para realizar o exame de corpo de delito. (Da redação, Vereador agride adolescente homossexual, 30.10.14, jornal Massa!)

Ao não utilizar o termo lesbofobia, o Jornalismo deixa de problematizar como a violência de gênero e sexualidade atinge de modo diferenciado as mulheres. Segundo Daniel Borrillo (2010), existe a ideia, baseada no senso comum, de que as lésbicas são menos perseguidas que os homens gays. No entanto, essa falsa realidade esconde o fato de existir um “desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres”. (*idem*, p. 28 – 29)

É crucial, então, que o Jornalismo compreenda as diferentes faces da homo(lesbo)transfobia como vetores que precisam ser tratados dentro de suas peculiaridades. Em nenhuma das matérias é problematizada a figura do homem como sujeito que se coloca como detentor da razão na lógica social. Ele é o dono da masculinidade que agride com a justificativa de que a vítima tem “cara asquerosa de sapatão” ou mantém relações com sua filha ainda em fase de descobertas, como no caso no vereador lesbofóbico.

São típicos contextos midiáticos exemplificadores da lógica de Michel Foucault (1988, p.115) e seu conceito de histerização do corpo da mulher, processo construído socialmente a partir do século XVIII dentro de amplas estruturas de saber e poder a respeito do sexo. Essa histerização corresponde ao “processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade”. Isso representa a consolidação da sexualidade feminina na inferioridade e dependência ligada à lógica da sexualidade permeada pelos homens.

Assim, no processo de histerização da mulher, o “sexo” foi definido de três maneiras: como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos destas mesmas funções: a histeria é interpretada, nessa perspectiva, como o jogo do sexo enquanto “um” e “outro”, tudo e parte, princípio e falta. (FOUCAULT, 1988, p. 166 – 167)

Para que o Jornalismo problematize a homo(lesbo)transfobia, portanto, é necessário reconhecer a sexualidade como setor movido por diferentes questões identitárias. Gay, lésbica, transexuais, travestis, transgêneros, dentre outros, possuem diferentes eixos de sociabilidade que provocam atos de violência distintos. Para enxergar essa demanda identitária dentro do Jornalismo, seus profissionais precisam de qualificação que envolva conceitos como homofobia geral e específica, definições cujo potencial didático pode ser trabalhado em textos midiáticos.

A primeira delas, a homofobia geral, é na verdade a homo(lesbo)transfobia¹⁷ destinada a denunciar o que for considerado como deslize na lógica heteronormativa. É o desvio do feminino ao masculino ou vice-versa, como no primeiro caso apresentado, no qual a jovem é agredida meramente por ter “cara” de sapatão. É a dinâmica de que “qualquer suspeita de homossexualidade é sentida como uma traição suscetível de questionar a identidade mais profunda do ser”. (BORRILLO, 2010, p. 26 – 27)

Em contrapartida, a homofobia específica “constitui uma forma de intolerância que se refere, especialmente, aos gays e lésbicas” (*idem*, p. 26 – 27); Parte-se para a raiva não apenas pela rejeição ao corpo que se afasta do padrão normatizado em sua

¹⁷ Daniel Borrillo (2010), apesar de também problematizar o conceito de lesbofobia e o ódio destinado ao universo trans, opta por utilizar sempre o termo homofobia de modo generalizado. Neste trabalho, o termo homofobia em suas referências é, sempre que possível, ampliado para homo(lesbo)transfobia, na tentativa de ampliar o potencial teórico do trabalho e garantir a problematização das importantes contribuições do autor.

performatividade, mas é aplicado o potencial de hostilização ao que se revela como dissidente na prática, como a jovem agredida por estar “namorando” outra garota. O/A agressor (a) revela, por meio da violência, como tem ódio pelo ato sexual inaceitável ao crivo da dinâmica heterossexual conservadora, principalmente no âmbito do feminino.

As representações de cada um dos sexos, assim como as funções que lhes são inerentes, merecem efetivamente uma terminologia peculiar. A lesbofobia constitui uma especificidade no âmago de outra: com efeito, a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula as discriminações contra o gênero e contra a sexualidade. (BORRILLO, 2010, p. 27)

Ainda entre as matérias que trazem aspectos da homo(lesbo)transfobia, há casos de publicações calcadas na suspeita da violência por preconceito, mas que não trazem elementos para se configurar como crime diante do olhar legitimador da polícia. A primeira delas foi publicada apenas no jornal “A TARDE”.

O estudante Peterson Ricardo de Oliveira, 14, morreu na segunda-feira (9) após ficar quatro dias internado em coma no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos, na Grande SP. A polícia investiga se a vítima foi agredida por ter sido adotada por um casal de homossexuais. Segundo informações da Secretaria de Estado da Saúde, Peterson deu entrada no hospital no dia 5 de março com parada cardiorrespiratória. (Folhapress, Morre jovem que teria sido agredido por ter pais gays, 11.03.15, jornal A TARDE)

O mesmo aconteceu no assassinato de um líder comunitário no Rio de Janeiro, com a diferença de que o caso foi veiculado nos dois jornais. No “A TARDE”, com o título “**Líder comunitário é morto no complexo do Alemão**”, enquanto no “Massa!” o texto anunciava “**Militante da causa gay é detonado no Alemão**”.

O presidente da Associação de Moradores do Conjunto das Casinhas, na Favela da Fazendinha, no Complexo do Alemão (zona norte do Rio), Luiz Antônio de Moura, de 41 anos, foi assassinado em frente a um centro cultural da comunidade. Conhecido como Guinha, ele era militante da causa gay. Os tiros que atingiram Guinha foram disparados de dentro de um carro que passou em frente à casa. Ele é personagem do documentário “Favela Gay”, sobre a militância em defesa dos direitos dos homossexuais nas comunidades cariocas. No filme, Guinha contou episódios de perseguição a homossexuais e transexuais do conjunto de favelas. A polícia não sabe se o crime está relacionado à militância de Guinha em defesa dos homossexuais ou à atuação na associação de moradores. (Das agências, Militante da causa gay é detonado no Alemão, 22.12.14)

Percebe-se, em ambos os casos, como o discurso é centrado na possibilidade de o crime ser configurado como homofobia apenas a partir do olhar policial. Assim como na categoria de análise anterior competia à polícia o papel de anunciar o comportamento

sexual de risco das vítimas de homicídio, aqui é a voz oficial da lei que buscará os indícios de homicídio motivado pela homofobia. Independentemente de quem é a vítima, é a figura do Estado que aparece como centralizadora nas informações do discurso midiático.

A tendência de o Jornalismo privilegiar discursos das fontes oficiais foi pontuada no capítulo dois desta dissertação, dedicado à cobertura dos direitos civis, a partir de autores das Teorias do Jornalismo. No âmbito da produção discursiva em conteúdos atrelados a casos de violência, compreender a valorização da voz oficial pressupõe atuar na lógica foucaultiana de poder-saber. O filósofo francês explica que as dinâmicas de poder, a exemplo das estruturas normatizadoras do Estado, estabelecem sua lógica de existência a partir da interação com o saber (o conhecimento, a ciência).

Foucault (1997, p. 19 – 20), ao se debruçar a respeito das instituições penais, assinala que “poder e saber não estão ligados um ao outro pelo simples jogo dos interesses ou das ideologias”. Ambos operam em estruturas interligadas, como e o caso dos inquéritos policiais. É por meio deles que se buscam chances de “constatar ou de restituir fatos, os acontecimentos, os atos, as propriedades, os direitos; mas, também, matriz dos saberes empíricos e das ciências da natureza”. O autor analisa que inquéritos como instrumentos do poder-saber são ferramentas desenvolvidas a partir da Idade Média, a partir de um Estado interessado em concentrar em si mesmo as normas de justiça disseminadas entre os sujeitos.

O Jornalismo se torna, então, espelho da sociedade normatizada pelo poder-saber baseado no Estado. É a polícia que determina se é caso de homo(lesbo)transfobia, é a voz policial que alerta às condutas sexuais de riscos das vítimas assassinadas, enfim, é “esse sistema que define o que deve ser constituído como saber; como, de quem, e por quem é extraído; de que maneira desloca-se e transmite-se; em que ponto acumula-se e dá lugar a um julgamento ou a uma decisão”. (*idem*, 1997, p.21)

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do “poder-saber”. (*idem*, p. 19)

Aspectos subjetivos da violência também operam na terceira categoria de análise da cobertura de violência contra LGBTs no Jornalismo, os crimes passionais. Segundo Silva Júnior (2012, p. 117), essa modalidade criminosa costuma ser mais frequente no caso das lésbicas, a partir de homens que não aceitam suas ex-parceiras em novos relacionamentos com outras mulheres. Assim, mais uma vez o contexto do feminino precisa ser reforçado pelo Jornalismo, que poderia ser ferramenta de enfrentamento à masculinidade e suas formas de opressão.

Entre os conteúdos analisados ao longo do ano, dois episódios com características de passionalidade ganharam destaque nos jornais. O primeiro se enquadra na violência contra a mulher por conta do assassinato a pedradas da professora Arlinda Santos Ferreira, 37 anos, no município de Itabela, a 679 km de Salvador. Segundo informações divulgadas pela política, o ex-marido da sua companheira não aceitava o relacionamento delas. Identificado como Adonias Souza Moura Neto, o homem estava foragido e, em sua ficha criminal, havia registro de já ter sido preso por matar o próprio tio usando arma de fogo e faca. Na matéria, além de ser trazido todo esse enredo, é colocada a fala da diretora da escola na qual a vítima trabalhava.

“Nós localizamos Dioneide Soares dos Santos, 32 anos, conhecida como Índia, que mantinha relação afetiva com a professora. No celular dela encontramos diversas mensagens com ameaças, vindas do celular de Adonias, ex-companheiro de Índia”, afirmou o titular da unidade policial do município. O delegado também contou que, além das ameaças via celular, testemunhas anônimas ligaram para a delegacia revelando o que ouviram durante a agressão contra a alfabetizadora na madrugada de ontem. [...] A briga entre o ex-casal, porém, não se restringia ao fato de ele não aceitar o relacionamento de Índia com outra mulher. As mensagens vistas pelo delegado também tinham ameaças por causa da disputa sobre a guarda dos filhos, que moram com a mãe. (Miriam Hermes, Professora morta a pedradas é enterrada, 17.10.14, jornal A TARDE)

Por mais que o crime “**não se restringia ao fato de ele não aceitar o relacionamento**”, o esperado de um Jornalismo que consiga compreender as nuances da violência contra LGBTs é mostrar como o fato de serem duas lésbicas pode ter ampliado o potencial do crime. Será que o agressor cometeria o ato se fosse um homem? Será que teria coragem de executar o crime se sua ex-esposa estivesse namorando um delegado ou qualquer outro homem de influência na cidade?

Apesar de os questionamentos terem uma série de possibilidades na resposta, é claro que a vulnerabilidade da vítima se coloca como potencial à força do algoz. Como afirma Butler (2006, p.71), o sistema de vulnerabilidade dos corpos é reconhecido para,

em seguida, provocar a evocação dos discursos. “La vulnerabilidad adquiere otro sentido desde el momento en que se la reconoce, y el reconocimiento tiene el poder de reconstituir la vulnerabilidad”.

A autora pondera que o discurso que desumaniza os sujeitos dissidentes prevê a lógica da morte para o que não configura como algo inteligível dentro da sociedade calcada na heterossexualidade. Por isso, é crucial que as vulnerabilidades sejam reconhecidas e passem a ser trabalhadas na perspectiva de revisão das regras sociais delimitadoras à vida e a morte dos corpos. E esse processo, ainda segundo a pesquisadora, pondera nossa colocação enquanto sujeitos políticos dentro de uma comunidade em constante luta pelo reconhecimento, pois a vulnerabilidade precisa ser reconhecida e negociada dentro da sociedade. (*idem*, p.71)

No podemos postular esta vulnerabilidad previa al reconocimiento sin caer en la misma tesis a la que nos oponemos (nuestra afirmación es en sí misma una forma de reconocimiento y manifiesta de este modo el poder constitutivo del discurso). Precisamente por este motivo resulta tan importante este marco por el cual las normas de reconocimiento son esenciales para la constitución de la vulnerabilidad como condición de lo “humano”; por eso necesitamos y deseamos que estas normas estén en el lugar apropiado, que luchemos por su establecimiento y que evaluemos su acción amplia y continua. (*idem*, p. 79)

Percebe-se, então, como os crimes passionais escondem nuances do preconceito que deixam de ser explorados pelo Jornalismo. A paixão, o ciúme e outros sentimentos atribuídos a esse tipo de crime estão envoltos em aspectos da abjeção de corpos e do regime de vulnerabilidade. Como alerta Silva Júnior (2012, p. 117), existe a suposição de que o crime passional com o/a LGBT “tenha como móvel subjetivo o ciúme. A passionalidade seria o fator mais preponderante para o cometimento dos homicídios”. Entretanto, essa é uma visão estabelecida também a partir de

um aspecto do preconceito: o de que o desejo pelo mesmo sexo seja intenso, desequilibrante, avassalador, deflagrador de delitos e de que as relações homossexuais ou envolvendo transgêneros, quando se rompem, gerem mais assassinatos do que as demais separações – o que, cientificamente, não se confirma e, socialmente, não se constata. (*idem, ibidem*)

O Jornalismo, no entanto, é conivente com a associação entre crimes passionais e a suposta loucura produzida pelas relações amorosas. Em um segundo caso, foi possível observar como a construção discursiva esteve direcionada à espetacularização do fato a partir do desequilíbrio do autor da violência. A notícia envolveu um casal gay de Salvador, com cobertura de destaque nos dois periódicos.

No “A TARDE”, o título da matéria anuncia **“Cabeleireiro incendia padaria e tenta se matar”**, texto acompanhado da linha-fina **“Jorge Alves não aceita fim de namoro e ataca trabalho do ex”**. Em contrapartida, no “Massa!” o caso é ainda mais estigmatizado a partir da manchete na primeira página: **“Homem dá uma de Nero e toca fogo em Roma”**, seguida do texto de apoio (*anexo pág. 167*):

Jorge não se conformou com o fora de Werick, e o espírito do imperador romano atentou. Ele foi à padaria onde o ex trabalha, no bairro da Cidade Baixa, e incendiou tudo. Antes de se entender com a polícia, o cabelereiro está esfriando a cabeça no hospital. (Cabeleireiro perde a cabeça com separação, 02.10.14, jornal Massa!)

O uso das expressões **“toca fogo”**, **“incendiou tudo”**, **“não se conformou”**, **“está esfriando a cabeça”**, dentre outras, mostra como a perda momentânea da sanidade é atrelada ao crime passional desde o anúncio na capa do jornal. Na matéria, o discurso é reforçado com a palavra **“loucura”**, como pode ser lido abaixo.

O cabeleireiro Jorge Alves Moura, 39 anos, acordou ontem disposto a cometer uma loucura por não aceitar o fim do relacionamento com Werick Rodrigues da Silva, 18. Às 7h da manhã, Jorge postou uma mensagem no Facebook dizendo que estava chegando o momento e que todos se surpreenderiam com ele. Logo em seguida, ele entrou na padaria Deli Roma, situada no Largo de Roma, com uma vasilha cheia de álcool e ateou fogo no estabelecimento, onde Werick trabalha como balconista. Depois, Jorge pegou uma faca e começou a se ferir. Ele foi contido por policiais militares e foi levado pelo Samu ao Hospital do Subúrbio. Conforme a assessoria de imprensa a unidade, o quadro de Jorge é estável. Ele passa por exames e é acompanhado pela equipe de cirurgia. Segundo a polícia, ninguém se feriu durante o incêndio. (Rodrigo Meneses, Cabeleireiro perde a cabeça com separação, 02.10.14, jornal Massa!)

Esse padrão discursivo é reforçado nos jornais a partir de imagens que mostram os dois rapazes juntos, a fachada da padaria queimada e a reprodução de post no Facebook no qual o autor do incêndio anuncia seu ato de desespero. Para completar o cenário construído, pessoas são ouvidas para comprovar o estado de insensatez do homossexual.

O educador físico Anderson Fernandes, 28, testemunhou o crime e disse que Jorge estava completamente transtornado. “Quem acredita pode achar que a aparência era de uma pessoa endemoniada. Ele falava que ia se matar e, de repente, a voz ficava embolada e não dava para entender nada”. Anderson acrescentou que o irmão pegou um extintor para tentar apagar o fogo. “Meu irmão usou o extintor, mas as chamas se espalharam pelo forro de PVC e as latas de Baygon e de outros produtos inflamáveis começaram a voar”, completa. A aposentada Ana Paula Ferreira, 43, tomava café na padaria quando Jorge chegou. “Ele entrou como se fosse cliente e depois começou a jogar álcool nas prateleiras. Foi um corre-corre na hora. Fiquei me tremendo, mas corri também”, relata. “Ele gritava pedindo que o rapaz voltasse para ele e que não aceitava o fim do relacionamento”. (Rodrigo Meneses, Pânico na hora do café, 02.10.14)

A essa altura da análise o leitor pode questionar: Afinal, o Jornalismo não faria o mesmo tipo de cobertura se fosse um casal heterossexual? A resposta seria: Sim, é bem provável. No entanto, os impactos da construção desse espetáculo midiático baseado na passionalidade refletem de maneira diferenciada a partir das relações sociais estabelecidas. A lógica para compreender isso não é a de sexualidade dominante, e sim, a da sexualidade carregada de estigmas sociais. Uma cobertura como essa na lógica heterossexual jamais terá o mesmo reflexo por conta do regime de preconceito e invisibilidade que circula o âmbito da sexualidade não hegemônica.

À medida que as relações heterossexuais são consideradas dentro dos padrões da normalidade, a elas é reservada uma série de privilégios, como direitos civis e representatividade em todas as instâncias sociais, inclusive na mídia. Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado (2012, p.72) lembram que “esta relação dialética às hierarquias sociais não se mantém sem a colaboração de vários discursos e práticas informadas pelas ciências e pelas religiões”.

Portanto, surtos passionais no âmbito da heterossexualidade serão sempre fragmentos de como a normalidade pode ser exposta a partir de excessos cometidos por sentimentos exacerbados de sujeitos que, a depender do caso, precisam de apoio para se manter na normalidade. No caso dos casais homoafetivos o processo é outro. Os históricos processos de

inferiorização não apenas retiram direitos sociais, mas categorizam grupos subalternos a partir de conceitos e significações, atribuindo-lhes características naturais, e não históricas, as quais condicionam esses grupos como portadores de determinados impedimentos de pertença ao projeto hegemônico de sociedade que se busca instituir, impossibilitando, portanto, que a subordinação se transforme no lócus da opressão. (PRADO e MACHADO, 2012, p. 71 – 72)

Assim, é possível pensar que o olhar do Jornalismo ao expor o crime passional ressalta ainda mais o caráter de anormalidade em relacionamentos não heterossexuais. Aos olhos dos outros, os envolvidos nos crimes passionais serão as bichas históricas e problemáticas, as sapatonas barraqueiras e possessivas, as travestis escandalosas e promíscuas, enfim, o crime passional nos moldes da cobertura noticiosa é também um reforço ao preconceito.

Sair dessa lógica será uma missão árdua se o próprio Jornalismo não consegue dimensionar em seu discurso os impactos da histórica inferiorização dos LGBTs. E

como lembram Prado e Machado, quanto mais uma “orientação sexual não heterossexual assume o status de doença, perversão, pecado, degeneração ou anomalia, maior será a legitimidade da heterossexualidade compulsória”. (*idem*, p. 72)

É possível observar como os crimes passionais são veiculados também quando há presença de transexuais e travestis. A próxima categoria de análise mostra como a figura trans conota outra força discursiva ao material jornalístico. Ao longo do ano, dois casos foram publicados simultaneamente nos jornais. O primeiro envolveu o assassinato de uma transexual pelo ex-namorado. No “A TARDE”, percebe-se como o Jornalismo insiste em não reconhecer a identidade de gênero dos seus personagens a partir do título **“Transexual é morto a facadas”**, enquanto no “Massa!” o foco do título é o homem que comete o crime em **“Matador de travesti para na ratoeira”**.

“Foi por causa de uma macumba mesmo que eu matei. Se ele atentou contra minha vida, na macumba, eu tinha que atentar contra a dele, né?”, disse Yakko Samuel dos Santos Alcântara, 18 anos, o Rato ou Camundongo, ao confessar à imprensa ter assassinado a facadas o transexual Keith – como era conhecido Itamar Sena Passos, 34. Ele e Keith se relacionaram por quase dois anos, mas estava separados há cinco meses. Conforme relatou, ele soube por moradores de Santa Luiza do Lobato que o transexual havia feito um “despacho” para matá-lo, por ciúmes de sua atual namorada. (Euzeni Daltro, Matador de travesti para na ratoeira, 14.03.15, jornal Massa!)

Os dois jornais publicaram o conteúdo com a foto do algoz. Em sua produção noticiosa, o Jornalismo trata de violentar duplamente a vítima ao chamá-la no masculino e, em seguida, identificar seu nome de registro familiar. Outra opção reveladora é a de começar o texto a partir de elementos ligados às religiões de matriz africana, algo que coloca a matéria como disseminadora de estigmas no âmbito religioso.

“Pela manhã, fui na encruzilhada e vi um prato com uma galinha morta, meu nome e uma foto minha sujos de sangue. À noite, matei”, contou Rato, que disse ter ajuda de dois cúmplices. O transexual foi morto na casa dele, em Santa Luzia do Lobato, em 24 de fevereiro. (Euzeni Daltro, Transexual é morto a facadas, 14.03.15, jornal A TARDE)

No segundo caso, também publicado em ambos os jornais, é a vítima da violência que tem a chance de falar. No “A TARDE”, o conteúdo é veiculado com o título **“Transexual diz ter sido agredida”**, enquanto no “Massa!” o destaque é **“Transexual agredida com golpes de faca”**. No primeiro, a matéria ganha menos destaque por ser publicada na parte inferior da página, sem foto. Em contrapartida, o “Massa!” amplia a visibilidade do assunto ao publicá-lo em página colorida e com duas fotos de destaque

às marcas da violência. A legenda é: **“Viviany Beleboni ficou conhecida após simular crucificação de Cristo na Parada Gay de São Paulo”**.

A transexual Viviany Beleboni, 26, que em junho deste ano simulou a crucificação de Cristo na Parada Gay de São Paulo, publicou na noite de sábado (8) um vídeo no qual afirma ter sido agredida. Na filmagem, postada em sua página de perfil no Facebook, ela alega, chorando, ter sido “quase esfaqueada” e mostra ferimentos no rosto e no braço – com sinais de sangue. Viviany afirma que o indivíduo a reconheceu próximo à região onde mora. “Ele estava com uma faca, esses marginaizinhos, mendigo de rua, falou que eu não sou de Deus, que sou um demônio, e, o que eu fiz, eu teria que pagar”. (Das agências, Transexual agredida com golpes de faca, 10.08.15, jornal A TARDE)

No “Massa!”, o conteúdo é dividido para que uma matéria coordenada seja elaborada a partir de críticas ao Estado e seu sistema de segurança pública, como pode ser conferido no trecho abaixo, cujo título é **“Não vai dar queixa”**.

“Sorte que eu tenho 1,80m, sou homem o suficiente e consegui apartar isso. Ele saiu correndo, mas olha o que aconteceu comigo. Toda ensanguentada, agora com cicatriz no meu corpo”. Viviany diz que não registrará o caso em delegacia. “Pra quê? Pra te tratarem que nem homem? Pra te chamarem que nem homem e rir na sua cara? (Das agências, Não vai dar queixa, 10.08.15, jornal Massa!)

Na edição do dia seguinte, o “Massa!” publicou nota informando que o vídeo com as declarações da vítima era um dos mais vistos no Youtube, com 214 mil visitas. Além de uma nova foto com a transexual ferida, o texto afirma: **“Terror puro! Esfaqueada em São Paulo, a transexual Viviany faz vídeo aos prantos”**.

Em nenhum dos dois casos é usada a palavra transfobia. Ao se esquivar desse termo, o Jornalismo opta por colocar o caso no âmbito do crime motivado pela raiva, mas não considera o ódio como algo fomentado dentro da relação de gênero. Berenice Bento (2015, p.31), por sua vez, pontua que casos de violência (com ênfase nas mortes) contra as mulheres trans são uma “expressão hiperbólica do lugar do feminino em nossa sociedade”, portanto, devem ser inseridos nas questões de gênero e sexualidade.

A pesquisadora reitera a figura do feminino como construída historicamente a partir da inferioridade em relação à masculinidade, logo, existe uma ruptura na lógica da normalidade e dominação quando o feminino é revestido em um corpo com pênis. Sendo assim, violentar ou matar esse corpo é também exterminar o inaceitável e ingressar no que é tido como norma nas estruturas de gênero, tendo o apoio do Estado nesse processo. Dois fatores práticos no Jornalismo podem ser associados à fala da pesquisadora. O primeiro deles é a ausência de debates acerca do transfeminicídio.

Como transfeminicídio entende-se, segundo Bento (2015), “uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pela negação de humanidade às suas existências”. É o não reconhecimento, por parte do Jornalismo, de uma identidade feminina sistematicamente invocada no masculino, ou então, o apagar da sua história diante do protagonismo do homem, mesmo que seja o assassino. Na matéria **“Matador de travesti para na ratoeira”**, por exemplo, até o título faz alusão aos apelidos do homem (Rato e Camundongo), mas não há preocupação de contar a respeito da vida trans dizimada.

Outro aspecto recorrente é a descrença em um Estado com sistema protetivo. Existe ausência de confiança nas estruturas de poder vigente que, ainda de acordo com Bento (2015), são legitimadoras das relações de violência. É o discurso simplório do homem que defende sua masculinidade após matar por conta de um “despacho”, é a certeza de que a impunidade reina e o desabafo da transexual esfaqueada que se nega a prestar queixa na delegacia por não desejar ser tratada como homem. “É das relações sociais mais difusas que o Estado retira sua legitimidade para matar as pessoas trans”. (*idem*, p.30)

Existem seis características cruciais nos casos de transfeminicídio, conforme Bento. A primeira é o fato de ser um crime motivado pelo gênero, não pela sexualidade da vítima. Afinal, as expressões da sexualidade tendem a acontecer no privado, enquanto o gênero é reconhecido na legitimação do público. Assim

não basta eu dizer “eu sou mulher”, é necessário que o outro reconheça esse meu desejo legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, o faz publicamente e demanda este reconhecimento das instituições sociais. (BENTO, 2015, p. 33)

A segunda característica é a “morte ritualizada”, que consiste em uso de artifícios cruéis no processo de extermínio. “Os corpos das mulheres trans são mutilados por dezenas de facadas, por inúmeros tiros”. Outro ponto é a ausência de processos criminais, haja vista a típica falta de preparo das estruturas de segurança pública no lidar com questões específicas da identidade trans. Essa é uma tendência que revela como existe “convivência do Estado brasileiro” no desejo social de “eliminação da existência trans”. (*idem*, p.33)

O quarto aspecto do transfeminicídio é a ausência de luto ou melancolia por parte das famílias, ausentes e desinteressadas em processos de acolhimento. Essa tendência é seguida por outra peculiaridade já citada nesta análise, a falta de respeito no noticiário, pois “a pessoa assassinada retorna ao gênero imposto, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais”. Por fim, o sexto aspecto envolve o fato de os crimes acontecerem em locais públicos, algo que difere da comumente noticiada violência doméstica com mulheres cis, que sofrem abusos dentro de suas próprias casas. (*idem*, p.33)

Para cada um dos pontos assinalados é possível propor um diálogo com os elementos estruturantes do feminicídio. As mulheres não trans são majoritariamente assassinadas por pessoas conhecidas (ex-maridos, maridos, amantes, namorados, ex-namorados); o assassinato acontece principalmente em espaços domésticos; não há o duplo assassinado. (*idem, ibidem*)

Os crimes envolvendo transexuais e travestis na mídia ainda estão propensos à tentativa de ridicularização, como é o caso da matéria **“Furtou para rever o amor na cadeia”**, publicada apenas no “Massa!”. Táticas discursivas ligadas ao humor podem ser vistas, principalmente, nos elementos de edição, como no chapéu¹⁸ criado para o mesmo texto (**“ÊÊÊÊ paixão”**) e a legenda (**“Scarlet já foi presa outras quatro vezes, mas disse que faria tudo outra vez para reencontrar o amado”**).

Marcelo Vander Lúcio Ferreira Filho, conhecido como Scarlet Venturiny, 20 anos, não suportou a saudade do companheiro que conheceu na cadeia e resolveu reencontrá-lo. Para isso, a transexual furtou a bicicleta de um homem em Vila Velha (ES), e acabou sendo detida por populares, que a amarraram a um poste até a chegada da polícia. Na delegacia, Scarlet revelou afirmou [sic] estar aliviada, pois iria finalmente encontrar o companheiro. “Nós nos conhecemos na prisão e desde que fui solta quero voltar para ele”, contou ao Gazeta Online. (Da redação, Furtou para rever o amor na cadeia, 20.07.15, jornal Massa!)

Em consonância com os elementos de edição citados, o Jornalismo apela para a romantização do fato. Sua cobertura vai além da notícia da prisão por roubo e se empenha na criação do enredo. A transexual, apesar de colocada no papel de mulher apaixonada, é desrespeitada desde o início quando seu nome de batismo é a primeira informação oferecida ao leitor no corpo da matéria. Discursos como **“não suportou a saudade do companheiro que conheceu na cadeia”** ou **“afirmou estar aliviada, pois**

¹⁸ O elemento de edição intitulado “chapéu” está localizado acima do título, como uma ou duas palavras de destaque em negrito ou colorido. A função é localizar a temática do conteúdo, antecedendo a linha-fina de apoio do título.

iria finalmente encontrar o companheiro” são estruturados não com intuito de revelar o processo de abjeção e desejo, mas para reforçar estereótipos e processos de subalternidade.

Na criação de seus personagens, o discurso do Jornalismo tenta materializar os corpos dentro da dinâmica dos gêneros. Scarlet é a mulher que se apaixona, enlouquece e faz de tudo para estar ao lado do homem, o macho idealizado. O cerne desse espetáculo midiático é que, como sinaliza Bento (2006), as “formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão”. Ainda mais no caso da transexual, que passa a ser representada pelo Jornalismo no papel do feminino como algo ridicularizado. Em outro trecho da matéria, é reforçada a seguinte frase de Scarlet: **“Eu prefiro a liberdade, mas sozinha, não. Pra ficar perto do meu marido vale a pena voltar para a prisão”**.

A criação desse enredo é reforçada a partir de uma matéria coordenada cujo título é **“Só entra homossexual”**, como pode ser lido a seguir.

Ela foi autuada por furto e, como não pagou fiança, foi encaminhada para o Centro de Detenção Provisória de Viana. A bicicleta foi recuperada e devolvida ao dono. Segundo a Secretaria Estadual de Justiça, o Presídio de Segurança Média I, em Viana, tem um espaço reservado só para presos homossexuais. Scarlet contou que foi neste local que ela conheceu o companheiro, que é gay. “Eu queria voltar para a prisão pois o meu marido está preso. Tudo o que eu fiz foi por amor”, afirmou Scarlet. (Da redação, Só entra homossexual, 20.07.15, jornal Massa!)

Ao longo de suas pesquisas, Bento (2006, p.94) identificou que ao questionar transexuais a respeito do que é ser mulher/homem, as narrativas idealizadas de gênero emergem. Entretanto, “ao colocar esse discurso em ato, em ação, não se nota uma correspondência linear e mecânica entre as idealizações e as práticas”. A autora assinala que essas delimitações de papéis de gênero são motivadoras de incômodos à medida que as identidades trans acabam sendo colocadas à margem do padrão heteronormativo e, ao mesmo tempo, se proliferam os estereótipos de gênero.

Quando se destaca o aspecto “estereotipado” das práticas transexuais, por um lado se reforça a tese de que há uma verdade para os gêneros que se referencia no corpo-sexuado; por outro, não se problematizam as múltiplas interpretações e as práticas internas à experiência transexual sobre o masculino e o feminino, apagadas sob a rubrica genérica de “transexuais”.
(*idem*, p.105)

A partir dessa explicação, percebe-se como o Jornalismo presta um desserviço à sociedade ao estereotipar a transexual como personagem. Essa prática reforça preconceitos e enfraquece debates de gênero e sexualidade na sociedade, além de limitar a pluralidade identitária transexual. “Aprendemos que o feminino é emotivo, passivo, pouco racional, enquanto o masculino é a materialização da competitividade, atividade e racionalidade”. É preciso perceber, então, como esses traços passam a adquirir sentido a partir das performatividade inserida nos corpos. (BENTO, 2011, p. 92 – 93)

Se o estereótipo de gênero apontado por Bento (2006, 2011) é nocivo e integra o quadro de formação da subalternidade, o mesmo acontece quando o/a transexual/travesti comete um crime mais grave. Ao longo do período analisado, apenas uma matéria nesse perfil foi publicada no Massa!, depois que a travesti identificada como Viana Peito de Madeira assassinou o cunhado no bairro de São Caetano, em Salvador. O chapéu da matéria anuncia o enredo da história: **“Tragédia familiar”**.

“Mestre Pimpão era conhecido na Bahia toda, era uma pessoa maravilhosa. Todo mundo gostava dele, não se envolvia em confusão”. Orguhosa, Lázara Gonçalves, 52 anos, falou sobre a índole do ex-marido, o capoeirista Antônio Carlos dos Santos Pereira, 59, o Mestre Pimpão. Ela é mãe de cinco dos 10 filhos dele. Ele foi assassinado com três facadas nas costas, na madrugada de ontem, na rua Esperanto, no bairro de São Caetano – próximo à casa da atual companheira. A mulher, que está grávida de oito meses, não foi localizada. Familiares afirmam que Pimpão foi morto pelo cunhado e irmão da companheira, uma travesti conhecida no bairro como Viana Peito de Madeira. A Central de Polícia (Centel) informou que o nome do suspeito é Salvino Silva Marques. Ele está foragido. (Andrezza Moura, Capoeirista leva facada nas costas, 27.12.14, jornal Massa!)

A matéria foi manchete do dia, com a chamada **“Capoeirista leva golpe do destino”**. No texto de apoio à manchete, o Jornalismo volta a centrar seu discurso no travesti como masculino: **“Líder comunitário de São Caetano, Mestre Pimpão era muito querido na área. Mas acabou morto a facadas pelo cunhado, um travesti conhecido como Viana Peito de Madeira, que está foragido”**. Assim como em outras matérias citadas nesta análise, existe a preocupação de criar demarcadores sociais no discurso do Jornalismo. De um lado, o sujeito reconhecido socialmente e com boa imagem. Do outro, a figura abjeta cujo nome foi dito por outros. Ninguém sabe o nome social da travesti dito por ela mesma, são os outros que a chamam de Viana Peito de Madeira.

A ideia aqui não é de defesa da possível criminosa, mas perceber como Isaac Guidão Toscano e Lucilene Ferreira de Melo (2015, p.18) acertam ao afirmar que a

“produção de matéria do jornal não é impensada, ela se constitui em um dispositivo de relações complexas, aparentes e invisibilizadas”. A função de líder comunitário e o status de homem reconhecido pelo trabalho projetam o discurso jornalístico ao posto de relato do extermínio inaceitável, a morte do bom cidadão. Em contrapartida, a travesti foragida e marginalizada está no mesmo lugar desde que fissurou os padrões de gênero, na total invisibilidade. Seus dramas e violências sofridas jamais serão contados.

Toscano e Melo (*idem*, p.20), a partir da análise de matérias focadas em crimes com suspeita de motivação homofóbica em jornais do Amazonas (novamente, os termos homo(lesbo)transfobia ou transfobia são ignorados por pesquisadores), apontam o discurso do Jornalismo forjado a partir dos processos de hierarquização das relações de poder. Nesse sentido, “a identidade de gênero dos sujeitos é apontada como marcador fundamental, sustentado por relações de saber-poder presentes nas formações discursivas que permitem falar sobre determinado sujeito dentro de certas regras”.

A exemplificação dessa regra é vista na legenda da foto na qual a travesti é identificada: “**Viana Peito de Madeira antes da transformação**”. O discurso validado é de que a travesti é um ser alterado, transformado, não normatizado na lógica cis de existência. E, logicamente, esses dispositivos discursivos “engendram os corpos a partir de uma padronização da vida social, afetiva e sexual”, culminando em informações “moralizantes que se agrupam objetivando reiterar um modelo heteronormativo o que implica desconsiderar outros possíveis”. (*idem*, p. 24)

Mesmo diante da visibilidade pública das sexualidades não heterossexuais em busca de reconhecimento quanto à sua vida social e sexual, ainda existem paradigmas que os colocam em patamar de desigualdade. Ao deparar-nos com determinados discursos moralizantes e estigmatizantes que constroem personagens a partir de estereótipos, que tentam desqualificar sua vida pregressa, percebe-se a necessidade de tal reflexão. (TOSCANO e MELO, 2015, p. 29)

O próximo exemplo de notícia ligada à violência no universo trans foi coletado, coincidentemente, no último dia de recorte feito para esta pesquisa, em 31 de setembro de 2015. Diversos jornais do país noticiaram a transexual que teve documentos expostos na internet após se alistar no Exército. O caso foi ignorado pelo “Massa!”, sendo veiculado apenas no “A TARDE” com o título **Transexual se alista no Exército e tem fotos e dados expostos**. Pela primeira vez ao longo do ano é destacada no chapéu da notícia a palavra “**Transfobia**”.

A estudante transexual Marianna Lively, 18, teve fotos e dados pessoais espalhados pela internet depois de se alistar para o serviço militar na quarta passada em Osasco, na Grande São Paulo. Imagens da estudante em um pátio do quartel e do certificado de alistamento militar, com dados pessoais se espalharam por grupos no WhatsApp e páginas do Facebook. Com a exposição, Marianna passou a receber mensagens e ligações com assédios e xingamentos. “Não deixarei passar batido, pois não quero que outras pessoas passem pelo mesmo, ou até pior”, desabafou a estudante pelo Facebook. (Folhapress, Transexual se alista no Exército e tem fotos e dados expostos, 30.09.15, jornal A TARDE)

A matéria é ilustrada com foto da jovem, seguida da legenda **“Marianna teve a ficha de alistamento vazada na rede”**. Sem problematizar as causas que originam a transfobia, o conteúdo é centrado no texto postado pela vítima em sua rede social, além da fala da sua advogada e da instituição oficial, o Exército, procurada para se defender depois da repercussão.

De acordo com a advogada de Marianna, Patrícia Gorisch, os agressores já foram identificados e estão sendo denunciados. Uma denúncia também foi feita à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em nota, a assessoria de imprensa do Exército afirmou que já instaurou um inquérito policial militar para esclarecer o ocorrido, e que “os envolvidos serão responsabilizados por suas ações, dentro do que prescreve a legislação vigente”. O órgão diz que “não discrimina qualquer pessoa, em razão da raça, credo, orientação sexual ou outro parâmetro. O respeito ao indivíduo e à dignidade da pessoa humana, em todos os níveis, é condição imprescindível ao bom relacionamento de seus integrantes com a sociedade”. (Folhapress, Transexual se alista no Exército e tem fotos e dados expostos, 30.09.15, jornal A TARDE)

Dois fatos silenciados pelo Jornalismo merecem destaque: o Estado como estrutura de rejeição aos corpos dissidentes e a falta de preparo dos servidores públicos diante dos desafios identitários de gênero. Os dois pontos estão interligadas, porém, são passíveis de tratamentos distintos nos meios de comunicação. Vale a pena recordar um trecho da matéria com a transexual Viviany Belebony, esfaqueada no meio da rua. **“Viviany diz que não registrará o caso em delegacia. ‘Pra quê? Pra te tratarem que nem homem? Pra te chamarem que nem homem e rir na sua cara?’.**

Tanto Viviany como Marianna expuseram na mídia as estruturas do Estado como violentas em relação aos corpos que fogem do padrão heterossexual. Suas declarações, no entanto, são dissipadas no interior da matéria sem questionamento direto ao próprio Estado. Por que as delegacias são ambientes hostis com transexuais e travestis? Por que o alistamento no Exército é obrigatório à mulher transexual? Como os demais espaços públicos (escolas, hospitais, etc...) contribuem para a lógica da exclusão? Enfim,

diversas questões poderiam ser exploradas, mas acabam por se perder no Jornalismo que pouco – ou nada – consegue ir além do fato em si.

Foucault (1997, p.61) explica que a sociedade é marcada, principalmente a partir do século XIX, com a consolidação de grupos sociais estigmatizados como anormais, forjados a partir das “instituições de controle, com uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição”. Os LGBTs, e principalmente as travestis e transexuais, são inseridos na lógica da anormalidade e, por meio das estruturas do Estado, são lembrados da própria condição de anormalidade. Assim, adentrar no universo do masculino do Exército realça a anormalidade de Marianna, assim como entrar na delegacia estampará a mesma situação de Viviany.

O grupo dos anormais, ainda de acordo com Foucault (1997), é formado a partir de três elementos. O primeiro é a condição de “monstro humano”, conceito que transita entre aspectos jurídicos e biológicos da sociabilidade. As/Os hermafroditas, os corpos não reconhecíveis como legítimos, dentre outros sujeitos, são submetidos à condição de monstro humano não apenas pela materialidade do seu corpo, e sim, pela constante “perturbação que traz às regularidades jurídicas (quer se trate das leis do casamento, dos cânones do batismo ou das regras de sucessão). O monstro humano combina o impossível e o interdito”. (*idem*, p. 61)

Assim, ao se deparar com a estrutura do Estado, as travestis e transexuais afrontam a lógica criada pelo regime heterossexual dentro do próprio Estado, noção que remete à segunda condição foucaultiana para criação do monstro humano, a do indivíduo a corrigir. No julgamento do poder estatal, os sujeitos precisam ser disciplinados, porém, como alguns não se submetem à normalidade, serão sempre violentados, haja vista que os “novos procedimentos de adestramento do corpo, do comportamento, das aptidões engendram o problema daqueles que escapam dessa normatividade, que não é mais a soberania da lei”. (*idem*, p. 63)

Esse pensamento do filósofo francês é associado, inclusive, aos que são interditados e recolhidos da convivência coletiva por serem considerados desequilibrados, loucos. O terceiro elemento da formação do grupo dos anormais está ligado à vigilância da sexualidade, intitulada de “o onanista”. Sua existência é fincada na observação, desde a infância, dos caminhos traçados pelo corpo em formação. É sujeitar os seres às dinâmicas normativas e penalizar (vigiar) ao menor sinal de fissura com os padrões impostos pela sexualidade hegemônica e as dinâmicas de gênero.

O imperativo por traz desse tópico é a urgência de novos diálogos nas relações pais e filhos, é a colocação da criança como objeto que precisa ser vigiado, pois o “questionamento da sexualidade da criança, e de todas as anomalias de que será responsável, foi um dos procedimentos de constituição” integra a formação do anormal. Assim, o autor explica que o

indivíduo “anormal”, que é considerado desde o final do século XIX por tantas instituições, discursos e saberes, deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural do monstro das multidões, dos incorrigíveis, detidos pelos aparelhos de adestramento, e do universal secreto das sexualidades infantis. Na verdade, as três figuras do monstro, do incorrigível e do onanista não vão exatamente se confundir. (FOUCAULT, 1997, p. 66)

Desta maneira, a criação de instrumentos da anormalidade a partir de Foucault é passível de convergência com a lógica da sexualidade e do gênero. E o Jornalismo, mesmo sem perceber, reflete em suas páginas o grito dos anormais violentados a partir desses instrumentos da anormalidade, cenário ainda mais crítico quando observado na lógica de poder das instituições do Estado. Afinal de contas, tanto a anormalidade como o Jornalismo são estruturas formadoras das subjetividades. Logo, “é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos”. (*idem*, p. 71)

Para finalizar a análise, a quinta e última categoria de observação abarca duas matérias com fatos internacionais, publicadas apenas no “A TARDE”. Ambas ganharam repercussão além das suas próprias fronteiras nacionais, como a matéria “**Milícia degola jovens por serem homossexuais**”, citada abaixo.

Quatro jovens acusados de serem homossexuais foram degolados em uma praça pública de Mossul, Iraque, por membros da facção Estado Islâmico. Segundo o funcionário da administração local Mohammed Fares, membros do EI convocaram os moradores do bairro de Al Rashidia, no norte da cidade, para presenciar a execução extrajudicial dos quatro jovens, que tinham entre os 20 e 30 anos. Os homens teriam tido suas sentenças proferidas por um “juiz” designado pelo EI, Taha Hussein. Em seguida, eles foram degolados por membros do grupo terrorista (Folhapress, Milícia degola jovens por serem homossexuais, 10.03.15, jornal A TARDE)

Na segunda metade do texto, a preocupação é a contextualização do fato, com o reforço de que outros assassinatos a homossexuais já foram cometidos pelo grupo extremista Estado Islâmico.

A homossexualidade é ilegal em muitos países islâmicos. Em alguns, como Arábia Saudita, Sudão e Iêmen, ela pode ser castigada com a pena capital. No início de janeiro, o EI assassinou outros quatro jovens acusados de serem homossexuais, jogando-os do terraço da sede da Companhia Nacional de seguros, em frente ao

edifício do governo de Mossul. Mossul, a segunda cidade mais importante do Iraque, foi ocupada em 9 de junho, controle que se estendeu rapidamente por amplas zonas do norte do país. O EI proclamou um califado nos territórios sob seu controle no Iraque e na Síria, onde impôs interpretação extremista da lei islâmica. (Folhapress, Milícia degola jovens por serem homossexuais, 10.03.15, jornal A TARDE)

A segunda matéria, intitulada **“Judeu ultraortodoxo esfaqueia seis em parada gay de Jerusalém”**, também relatou a violência em larga escala, dessa vez contra pessoas que participavam de uma parada gay em Jerusalém. Ao contrário do conteúdo anterior, o que será citado a seguir foi publicado com a foto do homem no momento em que cometia o ato de violência. Na legenda, a frase: **“Forças de segurança tentam conter homem que atacava as pessoas a facadas”**.

Um judeu ultraortodoxo esfaqueou pelo menos seis pessoas que participavam da parada do orgulho gay em Jerusalém ontem. Duas das vítimas foram gravemente feridas. O suposto autor do ataque, Yishai Schlissel, que foi preso no local, acabara de ser libertado após cumprir pena por um crime semelhante em 2005 – quando também feriu, a facadas, três pessoas que participavam da parada gay anual. Segundo testemunhas, os cerca de 5 mil participantes da marcha seguiam por uma avenida quando Schlissel, que estava escondido em um supermercado, saltou em direção à multidão e apunhalou seis pessoas. (Folhapress, Judeu ultraortodoxo esfaqueia seis em parada gay de Jerusalém, 31.07.15, jornal A TARDE)

O segundo trecho do conteúdo é destinado aos relatos de pânico e informações de contexto a respeito do desfecho da parada, além da presença do Estado.

“Vi um jovem ultraortodoxo esfaqueando todos em seu caminho”, contou Shai Aviyor, testemunha entrevistada pelo canal de televisão israelense Channel 2. **“Ouvimos pessoas gritando, todos correram para se proteger, e havia pessoas ensanguentadas no chão”**, afirmou Aviyor. O médico Hanoch Zelinger, que prestou os primeiros socorros no local, disse que uma mulher foi esfaqueada nas costas, no peito e no pescoço, e caiu no chão inconsciente. O porta-voz da polícia de Jerusalém, Asi Ahroni, afirmou que havia uma **“presença maciça”** de policiais durante a parada, mas que, **“infelizmente, o homem conseguiu retirar uma faca e atacar”**. Segundo a Associated Press, a marcha seguiu após os feridos serem retirados, mas com um clima mais **“sombrio”**. A imprensa local disse que milhares de moradores que não estavam inicialmente na parada se juntaram à multidão em solidariedade. A parada de Jerusalém, onde a população religiosa é mais proeminente do que em outras partes de Israel, é bem menor e mais restrita que a marcha anual em Tel Aviv, que reuniu cerca de 100 mil pessoas no mês passado. Este tipo de evento sempre foi um foco de tensão entre a maioria secular do país e a minoria ultraortodoxa. (Folhapress, Judeu ultraortodoxo esfaqueia seis em parada gay de Jerusalém, 31.07.15, jornal A TARDE)

Como a matéria é assinada pela agência de notícias internacional Folhapress, foi possível encontrar o texto reproduzido em outros sites noticioso. Em muitos deles existe o último parágrafo, suprimido no processo de edição do **“A TARDE”**, apesar do relato impactante de ódio contra os LGBTs.

Antes da parada, nesta quinta, um representante do grupo de extrema-direita Lehava disse ao jornal “The Jerusalem Post” que sua organização considera a homossexualidade tão grave como “roubar um banco” e que acredita que ela está destruindo a nação judaica. (Folhapress, Judeu ultraortodoxo esfaqueia seis em parada gay de Jerusalém)

Chama atenção o fato de, ao longo do ano, apenas duas matérias de cunho internacional terem relatado violência contra homossexuais. Ambas estão na parte inferior da página, o que denota o caráter de menor importância em relação aos demais conteúdos veiculados. Começamos comparando com as notícias que ganharam destaque no mesmo dia das duas aqui relatadas, a primeira delas é **“Venezuela é ameaça à segurança, dizem EUA”**, notícia que aborda o processo de estranhamento político entre EUA e a Venezuela. Com uma foto colorida do presidente Barack Obama, a legenda ajuda a compreender ainda mais o contexto: **“Obama emitiu ordem executiva com sanções contra sete pessoas ligadas ao governo de Nicolás Maduro”**. Ou seja, o Jornalismo nos diz que o pronunciamento do presidente é mais importante do que o fato de quatro jovens gays serem degolados no Iraque.

No caso da segunda matéria, a principal na página foi **“Iraque decreta feriado de quatro dias em razão de onda de calor”**. O texto informa que as temperaturas atingiram 52° C e contextualiza como o cenário de violência na região piorou diante do calor. Uma foto colorida mostra um grupo que busca amenizar a força do sol: **“Moradores nadam em rios e canais de irrigação para fugir da temperatura elevada e fora do padrão”**, diz a legenda. Na base inferior da página, o horror das pessoas esfaqueadas na parada gay de Jerusalém.

Se formos buscar respostas no próprio Jornalismo, João Batista Natali (2004) explica que existem critérios simples e mercadológicos que alçam uma notícia ao posto de mais importante entre os assuntos internacionais.

Sem que eu queira esboçar um manual rastaqüera de critérios jornalísticos, diria apenas que há um mínimo denominador comum nos critérios que levam a valorizar um número muitíssimo reduzido de temas. Guerras são, em princípio, importantes, embora algumas tenham visibilidade maior que as outras (a intervenção dos Estados Unidos no Iraque é mais visível que a Guerra Civil na República Democrática do Congo, ex-Zaire, por exemplo). Eleições em países vizinhos ao Brasil ou influentes em termos mundiais são importantes também, como Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Bolívia, Reino Unido, Venezuela, França ou Rússia. Epidemias, com seus efeitos humanos, demográficos e econômicos estão sempre na pauta. Há ainda essa imprevisibilidade que comove e que são as inesperadas tragédias. (NATALI, 2004, p. 07)

Com a experiência de quem trabalhou por décadas como editor de páginas voltadas às notícias internacionais, além de ter sido correspondente em países estrangeiros, o autor revela que o potencial econômico dos envolvidos no fato é também relevante à notoriedade dada à matéria. Ele exemplifica com uma analogia às tragédias em quedas de avião, pois nem todas terão o poder de comover a mídia da mesma forma e com a mesma intensidade.

Essa explicação nos levaria a afirmar mais ou menos o seguinte: queda de avião pobre em país pobre é menos notícia que a queda de avião rico em país rico. O que é infelizmente verdade. Mas não é toda a verdade e não explica toda a 'discriminação' presente no noticiário. (NATALI, 2004, p. 08)

Com essa explicação, fica mais fácil compreender que dificilmente o Jornalismo internacional se preocupará em problematizar os impactos de uma parada gay ter sido invadida por um extremista religioso. Difícil também será o dia que a degola de jovens gays será mais importante que o discurso do presidente de uma das principais potências econômicas do mundo. Enquanto essa lógica for mantida, será impossível existir interlocução entre a violência de dentro com a de fora da fronteira nacional. Pelo menos não enquanto o Jornalismo olhar para seu leitor como alguém que não precisa reconhecer que as questões de sexualidade e gênero são também uma guerra constante.

Devemos nos lembrar que o leitor da editoria Internacional faz parte de um segmento minoritário e mais bem informado do leitorado. É um leitor que possui critérios menos provincianos e mais metropolitanos de interesse. Política internacional não é algo que nos interpele de maneira imediata, como um escândalo de corrupção no Congresso, ou então o saneamento básico, o transporte urbano e os índices de criminalidade na cidade em que moramos. (NATALI, 2004, p. 32)

O Jornalismo seria um importante aliado em coberturas internacionais se ocupasse o espaço de denúncia em relação às violações aos direitos humanos nas mais diversas partes do mundo, apesar de muitas mazelas permanecerem na invisibilidade. Dois dias depois do ataque à parada gay em Jerusalém, por exemplo, uma das vítimas faleceu por não resistir aos ferimentos das facas nas costas. A morte de Shira Banki, 16 anos, foi silenciada pelos dois jornais aqui analisados. Porém, sites noticiosos internacionais contam sua história como a da garota que se tornou símbolo da luta pela liberdade,

igualdade e direitos humanos. Ela estava na parada em solidariedade aos amigos LGBTs. Sua família, além de ter doado seus órgãos, participou de homenagens à sua memória.

Enquanto mantiver suas rotinas na visão mercadológica e hierarquizada de discursos, o Jornalismo impresso continuará em declínio. Os contextos internacionais em todos os âmbitos de interesse do universo LGBT oferecem vasto leque de oportunidades à veiculação de notícias. Análises jurídicas, artigos, impactos na política internacional, dentre outras, são vertentes da informação que podem ser trabalhadas não somente para os LGBTs, mas para qualquer leitor ou leitora que perceba como as tensões de sexualidade e gênero acontecem pelo mundo.

Ao mesmo tempo em que o Jornalismo dita suas regras a respeito de quais são os lutos possíveis e quais as tragédias que devemos chorar, os leitores cada vez mais percebem as mídias alternativas e os canais informativos desvinculados da grande imprensa como meios adequados à necessidade de informar-se. No mundo contemporâneo, revela-se sem pudor o caráter segregacionista da mídia *mainstream*, algo amplamente atrelado ao que Milton Santos (2015) considera a globalização perversa por meio da violência da informação e do dinheiro.

Com os grupos de comunicação concentrados nas mãos de grandes empresários, Santos lamenta que o “transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”. As relações são ainda mais comprometidas à medida que a dependência do capital interfere diretamente na produção do conteúdo, isso torna a comunicação um elemento com “dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer”. (*idem*, p. 39)

As mídias nacionais se globalizaram, não apenas pela chatice e mesmice das fotografias e dos títulos, mas pelos protagonistas mais presentes. Falsificam-se os eventos, já que não é propriamente o fato o que a mídia nos dá, mas uma interpretação, isto é, a notícia. [...] Numa sociedade complexa como a nossa, somente vamos saber o que houve na rua ao lado dois dias depois, mediante uma interpretação marcada pelos rumores, visões, preconceitos e interesses das agências. O evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos. (SANTOS, 2015, p.40)

Desta forma, a cobertura de violência atrelada ao universo LGBT apresenta uma série de lacunas sociais que mostram como a condição de subalternidade desse público está sempre realçada pela condução noticiosa. Seja na posição de vítima ou algoz, o

LGBT é apresentado socialmente a partir da sua prática sexual ou identidade de gênero. O discurso produzido em torno da sexualidade e o gênero antecede esse sujeito, que passa a ser reconhecido como o gay que abre a porta para o desconhecido assassino, a lésbica que apanha por ter “cara de sapatão” ou a transexual que passa a sofrer ameaças depois de obrigada a se alistar no masculinizado ambiente do Exército.

Como foi dito outrora ao longo desta pesquisa, a proposta aqui não é criar um modelo de cobertura a ser seguido, e sim, problematizar que o atual modo de produção não contempla as demandas identitárias do universo LGBT e seu processo de luta por direitos. Entretanto, é possível alertar que o passo inicial da mudança é prover o Jornalismo de ferramentas que melhorem seu nível de conteúdo. Isso passa por profissionais qualificados e dispostos a compreender as nuances desse setor. Somente com o diálogo direto será possível prover mais respeito e menos abjeção de corpos nas páginas dos periódicos. Ao Jornalismo de hoje não basta apenas informar, é preciso construir um processo de diálogo e reconhecimento do outro sem preconceitos e estigmas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, quatro análises foram executadas a partir dos mesmos objetos de pesquisa, os jornais “A TARDE” e “Massa!”. Natural, então, que, ao término de cada capítulo, seja possível identificar o resultado do que foi observado isoladamente por área de análise, como peças de um quebra-cabeça estruturado para, neste ponto do trabalho, ser possível compilar os quatro setores analisados e desvendar a unidade do que se convencionou chamar de considerações finais no ambiente acadêmico.

O principal ponto identificado nesta pesquisa é que o Jornalismo precisa de LGBTs em posição de subalternidade para se manter como empresa. Uma lamentável constatação calcada na análise de conteúdo publicado ao longo de um ano (2014 – 2015) na editoria de política, na cobertura dos direitos civis, nas pautas ligadas às celebridades e nas páginas voltadas a casos de violência.

Antes da execução da pesquisa, ainda na fase de construção do projeto da dissertação, existia a hipótese de que a análise de conteúdo revelaria como os dois jornais publicam as mesmas notícias, porém, com discursos alterados no âmbito lexical, haja vista que o “A TARDE” é produzido para o público das classes alta e média, enquanto o “Massa!” assume linguagem popular com o intuito de ser consumido nas camadas de menor poder aquisitivo. A hipótese foi derrubada gradativamente.

Capítulo após capítulo foi possível identificar como os dois jornais, apesar de irmãos no mesmo grupo de comunicação, não publicam as mesmas matérias. O sentido da informação veiculada em um jornal não é compartilhado no outro, pois o olhar noticioso é conduzido pela estrutura de classe social. É o Jornalismo quem determina quais conteúdos serão levados ao leitor, a depender da sua posição na lógica do consumo na sociedade.

Existe, é verdade, um grupamento de notícias compartilhadas entre os periódicos, mas as alterações feitas nas matérias ou os estilos textuais empregados nos elementos de edição como títulos, legendas, dentre outros, transformam a notícia em outra, não é sequer possível identificar qual delas seria a original. É um processo de mimese da informação, uma imitação do que é forjado pelo veículo de comunicação na sua produção. Uma breve retomada ajudará a compreender melhor essa lógica.

No capítulo um, a análise esteve centrada no período pré-eleitoral, na campanha que elegeria os ocupantes dos cargos de presidente da República, senador, governador, deputado federal e estadual. A temática LGBT foi motivadora para 18 conteúdos no jornal “A TARDE” (16 matérias, uma nota e um artigo), e nenhuma matéria no “Massa!”, que resumiu sua produção em quatro textos opinativos na coluna semanal “Gmaiúsculo”, reproduzida sempre às sextas-feiras e focada em assuntos ligados ao universo LGBT.

A única lógica que une os dois jornais, nesse caso, é o fato de questões ligadas à sexualidade e gênero terem se tornado o ambiente ideal à arena política, montada pela própria mídia no intuito de noticiar as performances de políticos nas batalhas por votos. Em ambos, os textos eram protagonizados pelos (as) candidatos (as), sendo deixada de lado a pluralidade de demandas e anseios que eclodem dentro da sigla LGBT, que hoje ganham ramificações e acréscimos de mais letras a fim de contemplar outras identidades, apesar de, neste trabalho, ter sido mantido apenas as quatro consoantes historicamente atreladas às dissidências de sexualidade e gênero.

Nenhum dos jornais parece disposto a ingressar na pauta política com os candidatos a partir de um olhar *queer* e questionador a respeito de assuntos como binarismos de gênero, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade e garantia de direitos ao público trans. Se é apenas a fala política e partidária que predomina na cobertura política, logo, a manutenção dos LGBTs no silêncio é a garantia de perpetuação desse modelo produtivo centrado na exclusão.

No capítulo dois, na cobertura dos direitos civis, voltou-se a perceber o não compartilhamento de textos. Foram 15 conteúdos no “A TARDE”, cinco deles com foco no casamento homoafetivo, enquanto o “Massa!” não publicou matérias, e sim, 14 notas e material opinativo na coluna Gmaiúsculo, citada anteriormente. Juntos, os periódicos acumulam 29 conteúdos nessa área, sendo a maioria (20) centrada no casamento gay e no direito das/dos transexuais utilizarem o nome social.

Esse perfil de Jornalismo revela como há invisibilidade de outras pautas que fogem do movimento LGBT *mainstream*, ala tida como conservadora e preocupada, muitas vezes, em naturaliza as práticas dissidentes a partir de um olhar heterossexual. O Jornalismo, nesses casos, promove a visibilidade das conquistas, mas não considera a pluralidade de vozes e de ativismos.

É proposta neste capítulo a construção do Jornalismo-queer-identitário, no qual o leitor da contemporaneidade seja levado ao posto de leitor/consumidor/cidadão, um detentor de direitos que tem acesso às informações capazes de ampliar sua relação com o coletivo. Isso pressupõe uma condução noticiosa focada na tentativa de produzir conteúdo sem a criação das margens sociais que levam aos saberes e viveres sem legitimidade. A ideia é pensar o Jornalismo como ferramenta que precisa implodir estruturas de violência, e não perpetuar discursos segregadores.

Percebe-se, então, como o Jornalismo visibiliza as vitórias do movimento LGBT no âmbito dos direitos civis, entretanto, mantém boa parte das pautas de reivindicação afastada da sua audiência enquanto decide quais questões merecem ou não ser discutidas nas suas páginas. Assim, quanto mais sujeitos nas margens em busca de direitos, mais notícias são produzidas.

No capítulo três, dedicado aos conteúdos que abordam sexualidade e gênero entre celebridades, foram mapeados 87 conteúdos no “Massa!” e 14 no “A TARDE”. Isso mostra como o Jornalismo entende que os leitores de menor poder aquisitivo têm mais interesse em notícias dessa modalidade. No “Massa!”, o espetáculo midiático é constante ao colocar as identidades de gênero como algo espetacularizado, excêntrico e merecedor de piadas pelo simples fato de fugir do padrão binário entre homossexual/heterossexual.

Questões ligadas à transexualidade, por exemplo, são abordadas com termos que remetem às piadas e chacotas, ou então, são textos que lidam superficialmente com a temática, sem a capacidade de problematizar. Além disso, há investimento na criação de subcelebridades e o reforço da separação entre homossexuais e heterossexuais. Nas produções televisivas, por exemplo, o fato de um personagem ser gay ou lésbica é motivo de noticiabilidade, expondo como essa existência foge da normalidade. Portanto, o Jornalismo molda seu discurso na aparição do subalternizado, do abjeto, do que precisa ser visibilizado como estranho para justificar sua presença enquanto notícia.

Por fim, o capítulo quatro traz a face mais perversa, a da violência. É nela que percebemos como a existência do LGBT no âmbito da anormalidade é passível de justificativa para atos de violência. Foram catalogadas 21 notícias desse perfil no “A TARDE” e 26 no “Massa!”, com destaque aos casos declarados de homo(lesbo)transfobia e os crimes nos quais a vítima é culpabilizada por sua exposição

às práticas sexuais de risco, a exemplo dos homens gays que levam desconhecidos para suas residências.

Essa foi a única entre as quatro análises em que pôde ser verificado o compartilhamento constantes dos textos entre os periódicos, apesar de alterações de ordem lexical reforçarem o sentido da mensagem a partir da classe social do leitor. Assim, enquanto “A TARDE”, por exemplo, noticia em seu título “**Engenheiro é assassinado na Barra**”, o mesmo texto é oferecido ao leitor do “Massa!” como “**Engenheiro leva assassino pra casa**”. São sentidos diferentes, processos de subjetivação distintos no transmitir da informação que leva à conclusão de que é possível ter o mesmo texto em uma matéria que, apesar de escrita pela mesmo repórter, não será a idêntica nas duas plataformas.

No capítulo quatro foi possível perceber como o fato de existir o LGBT na história noticiada é sempre o ponto central da publicação, seja como vítima ou algoz. A condição de subalternidade está realçada pela condução noticiosa, abrindo margens para construção discursiva do Jornalismo e a criação dos enredos montados a partir da relação entre normais (heterossexuais) e os anormais (LGBTs). Enquanto produtor de subjetividades, o Jornalismo tem seu discurso pronto a respeito dos sujeitos. Assim, é aceito que seja dito pelo jornalista que o gay morto abriu a porta para o desconhecido assassino, ou que lésbica apanhou por ter “cara de sapatão”. É apenas a informação, sem o devido traço histórico e social que marcam as relações.

O objetivo desta dissertação era, na fase do projeto de pesquisa, o de demonstrar como as operações discursivas em dois jornais de um mesmo grupo de comunicação são utilizadas para abordar assuntos ligados à sexualidade e gênero. Esperava-se que, pela análise do conteúdo e da abordagem textual, seria possível mostrar como os mesmos assuntos carregam marcas de preconceito distintas a partir do material produzido no mesmo grupo de comunicação, mas para públicos distintos.

Porém, ao observar gradativamente os capítulos, foi possível identificar como o mais importante não era o discurso proferido, mas as estruturas ideológicas e sociais atreladas ao dito e o não dito. Assim, os dois jornais se mostraram díspares no modo de conduzir sua produção de enunciados, mas estão alinhados em visibilizar o LGBT desde que seu lugar de subalternidade seja mantido como fonte para outras matérias.

Retomo, neste ponto, o pensamento de Michel Foucault (2014), considerado o autor mais importante na condução dessa pesquisa, ao afirmar que

os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2014, p. 60)

No caso do Jornalismo, o “mais” é revelado quando a análise continuada do seu conteúdo revela o processo de silenciamento do outro, a manutenção de padrões heteronormativos e a tendência de não problematizar as questões ligadas à sexualidade e gênero. Foucault é categórico ao explicar como o discurso manifesto repousa secretamente em um já-dito que não seria simplesmente uma frase pronunciada, mas sim, “um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro”. (*idem*, p. 30)

Isso pressupõe que na emissão dos enunciados existem relações de poder que formulam o jogo da produção discursiva, algo que, no Jornalismo, é revelado pelas relações socioeconômicas que normatizam o jornal como empresa. Assim, houve a tentativa, neste trabalho, não de criar um manual de redação e impor o modelo ideal de cobertura, pelo contrário, a ideia é problematizar a relação entre o Jornalismo e a sociedade, bem como apontar que o atual modo de produção está longe de atender demandas identitárias do universo LGBT.

Foi possível identificar equívocos que vão desde o uso do gênero masculino ao se referir as mulheres transexuais e travestis, até a ridicularização de homens transexuais ao longo do processo de adequação de gênero. Isso mostra como o passo inicial da mudança é trazer o Jornalismo para o lado do ativismo *queer*. É necessário qualificar os profissionais e estreitar o diálogo nas redações a fim de culminar com uma cobertura mais adequada e compreensiva das dissidências. Se o ativismo *queer* não estiver disposto a ser consultor/formador do Jornalismo, muito pouco mudará nessa relação, que precisa ser estabelecida desde os bancos acadêmicos, no processo de formação dos estudantes que, em breve, assumirão cargos nos periódicos.

O mesmo valor precisa ser dado ao âmbito acadêmico, que tem de ser cada vez mais questionador no processo de multidisciplinaridade entre o Jornalismo e outras áreas de pesquisa. Jornalismo, gênero e sexualidade, bem como outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, devem ser postas em diálogo a fim de prover novos

saberes e fazeres na prática jornalística. Pequenas iniciativas começam a ser vistas em outros veículos de comunicação, que investem em blogs e sites temáticos, agora, é preciso trazer essa visibilidade de modo assertivo à cobertura diária, às páginas de violência, ao modo como se fala da transexualidade sem estigmatizar, enfim, naturalizar o respeito ao invés de basear o conteúdo na subalternização do outro.

Esta pesquisa abre margem para outros desdobramentos. Como será o conteúdo ligados aos LGBTs na página de opinião? E na página de economia? Como tem sido construído o imaginário coletivo a partir das festivas matérias nas paradas gays? O que mudará se a análise abarcar um jornal concorrente, e não mais os dois do mesmo grupo de comunicação? Essas questões, que devem ser ajustadas ao futuro projeto de doutorado deste autor, têm se tornado inquietações constantes, assim como o desejo de contextualizar mais as notícias com elementos do Estudo *queer* e das subalternidades.

5. REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2008.
- _____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: *Stonewall 40 + o que no Brasil?* COLLING, Leandro (org.). Salvador: EDUFBA, p. 79 – 110, 2011.
- _____. Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil. In: *Dossiê: Ditadura Heteronormativa – A cultura que insiste em não reconhecer e aprender com as diferenças sexuais e de gênero*. Revista Cult, n. 202, ano 18, p. 30 – 33, junho de 2015.
- BEVERLEY, John. Tesis sobre subalternidad, representación y política. In: *Cartografias da subalternidade: diálogos no eixo sul-sul*. OLIVEIRA, Marinyze Prates de; PEREIRA, Maurício Matos dos Santos; CARRASCOSA, Denise (orgs.). Salvador: EDUFBA, p. 35 – 76, 2014.
- BORILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.
- _____. Vida precaria: el poder del duelo y la violencia. 1ª ed. - Buenos Aires : Paidós, 2006.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. LOPES, Guacira Louro (org.). Tradução: Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, p. 110 - 125, 2000.
- _____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 7ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Jornalismo, homofobia e relações de gênero*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2012.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. Representações da política. In: *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. RUBIM, Antonio Albino (org.). Salvador: Edufba, p.515 – 542, 2004.

CERQUEIRA, Caio. *Brincar de ser gay? Juventude, sexualidade e família*. Editora Multifoco, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2016.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. In: *Gênero*, Niterói, v. 8, p. 207 – 221, 2007.

_____. A heteronormatividade e a abjeção: os corpos de personagens não-heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo (1988 a 2008). Disponível em <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24611.pdf>. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.

_____. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

_____. Quando a imprensa dá mais uma facada. Artigo publicado no jornal Correio*. Disponível em <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/leandro-colling-quando-a-imprensa-da-mais-uma-facada/?cHash=70df6f9be9a8e810a7a97b2caba25e02>. Acesso em: 19 de março de 2015a

_____. O que perdemos com os preconceitos? In: *Dossiê: Ditadura Heteronormativa – A cultura que insiste em não reconhecer e aprender com as diferenças sexuais e de gênero*. Revista Cult, n. 202, ano 18, p. 22 – 25, junho de 2015b.

COLLING, Leandro; SANT´ANA, Tiago. Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia. In: *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 255 – 266.

DEJAVITE, F. Angélica. O jornalismo de celebridade e a propagação do boato: uma questão de ética. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2002. Disponível em:
http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP2DEJAVITE.pdf. Acesso em: 25 de março de 2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Coleção Estudos Foucaultianos, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 - 1976)*. São Paulo: Martins fontes, Coleção Tópicos, 1999.

_____. *A Arqueologia do saber*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Fátima. *É possível um ESTADO que abarque a multidão queer? Breves considerações sobre a política sexual na biopolítica contemporânea*. *Revista Periódicus*, 1ª ed. Maio – outubro de 2014. Disponível em
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em 17 de janeiro de 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Comunicação & identidade: quem você pensa que é?*. São Paulo: Paulus, Coleção Comunicação, 2010.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. rev. e ampl. – Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, janeiro – junho de 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006. Acesso em 17 de janeiro de 2016.

_____. Estética da existência e pânico moral. In: *Figuras de Foucault*. RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). 2a ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 227 – 238.

NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. Coleção Comunicação. São Paulo: Contexto, 2004.

NOGUEIRA, Gilmaro. Qual a diferença entre homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade? Disponível em: <http://www.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/03/18/qual-a-diferenca-entre-homofobia-heterossexualidade-compulsoria-e-heteronormatividade/>. Acesso em 03 de abril de 2015.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. In. *Contemporânea: revista de sociologia da UFSCAR*. V. 2, n. 2, p. 395 – 418. São Paulo: Bauru, 2012.

PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luis Antonio Francisco; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Tiago Teixeira (orgs). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília: Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012.

PEREIRA, Maurício Matos dos Santos. Os labirintos da visibilidade. In: *Cartografias da subalternidade: diálogos no eixo sul-sul*. OLIVEIRA, Marinyze Prates de; PEREIRA, Maurício Matos dos Santos; CARRASCOSA, Denise (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2014. p. 201-216.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.

PIRAJÁ, Tess Chamusca. *Travesti na TV: entre o abjeto e o humano*. Editora Multifoco, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. Coleção preconceitos, 2ª ed., v. 5. São Paulo: Cortez, 2012.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n. 01, janeiro – abril 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

_____. Sujeira e Gênero. Disponível em <http://casadadiferencams.blogspot.com.br/2012/10/sujeira-e-genero-beatriz-preciado.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. TRAQUINA, Nelson (org.). Coleção: Comunicação e Linguagens. Veja, 2ª ed., 1999, p. 27 – 33.

RODRIGUES, Alexsandro; RAMOS, Hugo Souza Garcia; PEDRINI, Mateus Dias. O jornal como máquina de poder: reverberações curriculares das biopolíticas nas tramas cotidianas. In: *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*. RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (orgs.). Vitória: EDUFES, 2014, p. 79 – 94.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetacularização e midiaticização da política. In: *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. RUBIM, Antonio Albino (org.). Salvador: Edufba, 2004. p.181-221.

SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. 1ª ed, 2ª reimp. Belo Horizonte: Autênciã Editora, 2015.

SANTOS, Helena Miranda. A construção da imagem “ideal” da mulher na mídia contemporânea. In: *Construindo interdisciplinaridades: estudo de gênero na Bahia*. FERREIRA, Sílvia Lúcia; ALVES, Ivya; COSTA, Ana Alice (orgs.). UFBA: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador, Coleção Bahianas, p. 45 – 62, 2008.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, 24ª ed. Record, 2015.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando o corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. COLLING, Leandro (org.). Salvador: EDUFBA, 2011, p. 57 – 78.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. Assassínatos de homossexuais e travestis: retratos da violência homo(trans)fóbica. Curitiba: Instituto Memória, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOSCANO, Isaac Guidão; MELO, Lucilene Ferreira de. Explicitação dos discursos de crimes com suspeita de motivação homofóbica em jornais do estado do Amazonas. In: *Revista Cadernos de Gênero e diversidade*. Universidade Federal da Bahia (UFBA), volume 1, 2015.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 3 ed. ver., 2012.

UZÊDA, Sabrina. Corpos em evidência: imagens de mulheres nas propagandas de cerveja. In: *Construindo interdisciplinaridades: estudo de gênero na Bahia*.

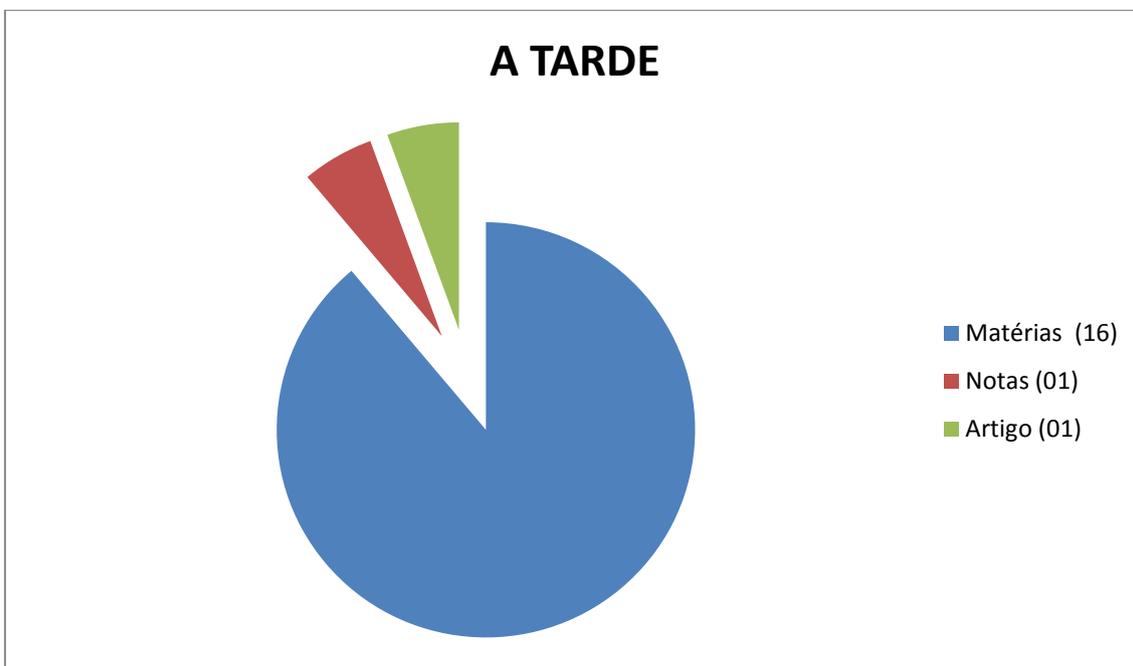
WEBER, Max. Escritos políticos. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 19.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social. São Paulo: Paulus, 2005.

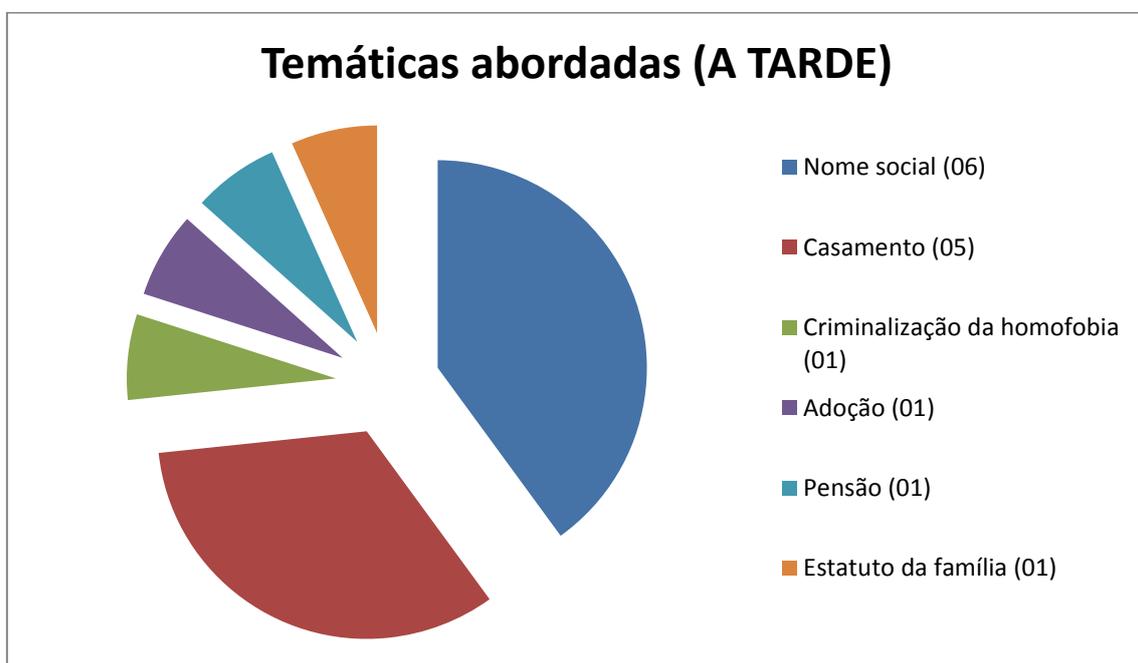
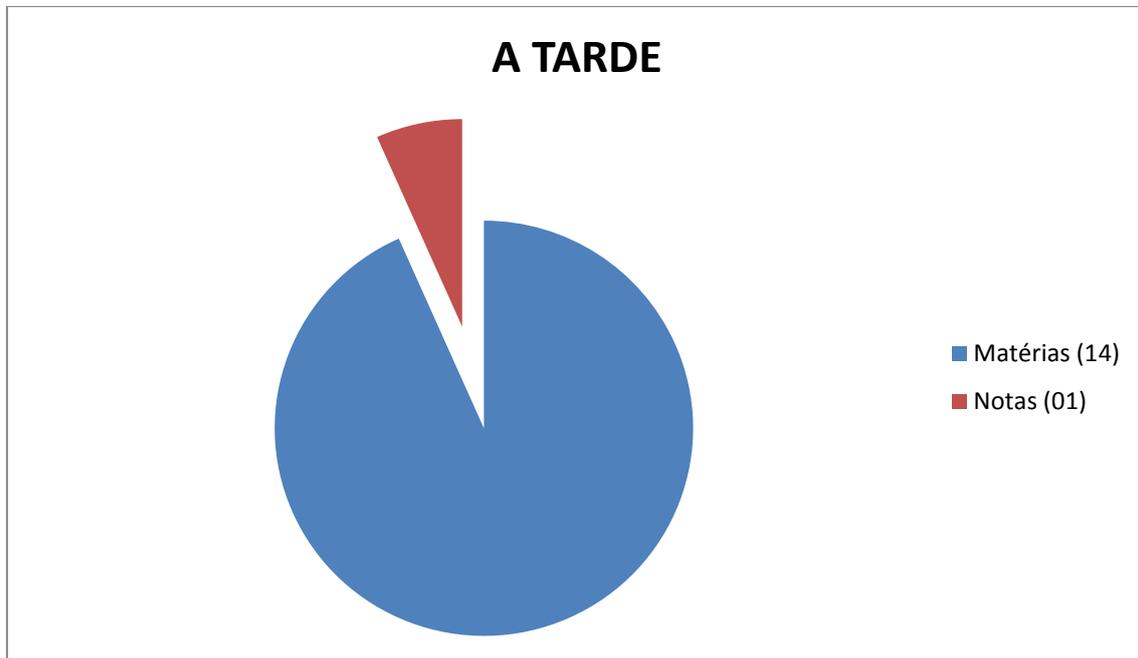
7. APÊNDICE

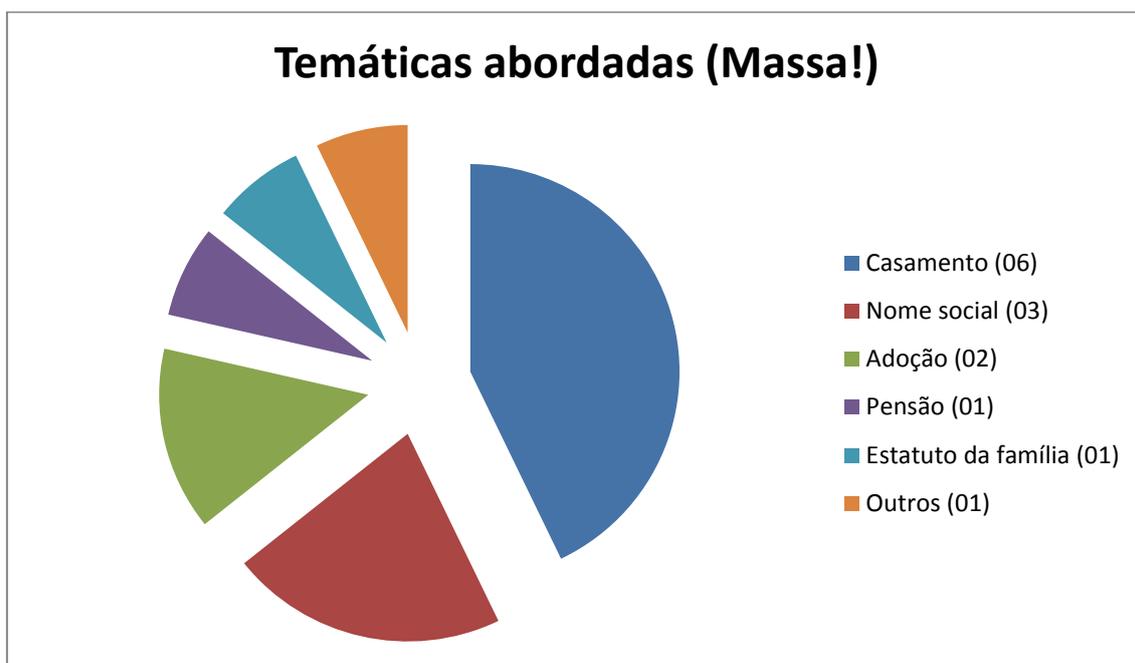
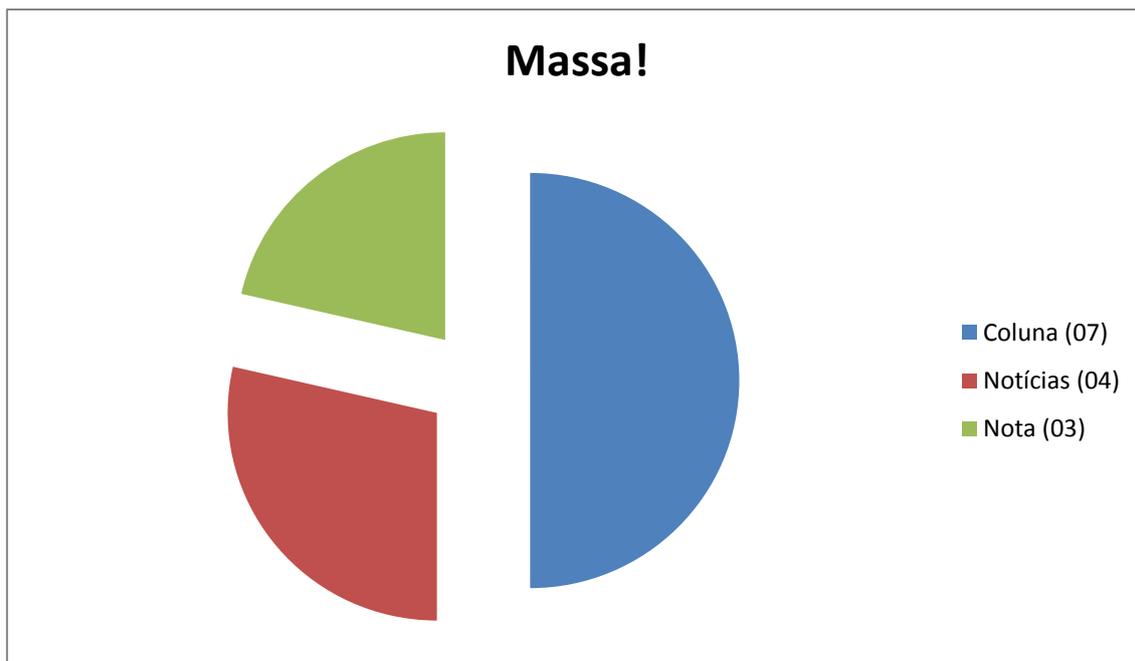
7.1 – GRÁFICOS COM DADOS NUMÉRICOS POR CAPÍTULO

Capítulo 01: cobertura política



Capítulo 02: cobertura de direitos civis

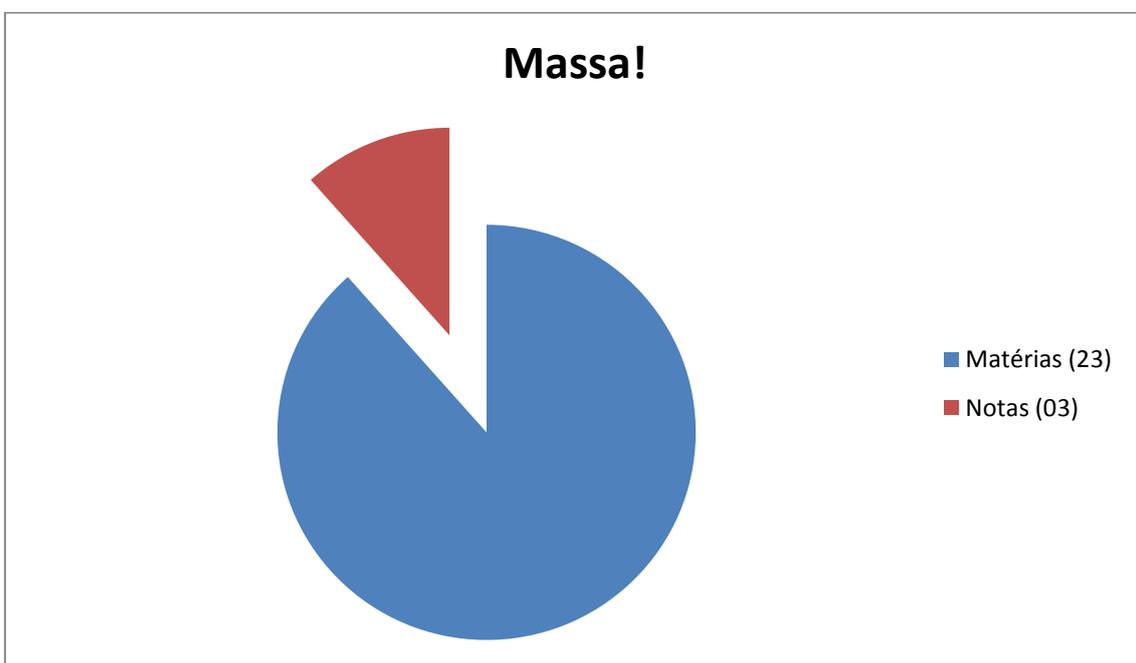




Capítulo 03: cobertura de celebridades



Capítulo 04: cobertura de violência



7.2 – MODELO DE FORMULÁRIO DE CODIFICAÇÃO

Capítulo 01 (cobertura política)

Jornal () A TARDE (X) Massa!	Título do texto Os LGBTs e as eleições	
Data: 05.set.14 Pág. 16	Localização - Coluna Gmaiúsculo	Gênero () Nota () Reportagem () Notícia (X) Opinitivo / Qual? Coluna () Outro_____
Imagens? (x) Não possui () Foto () Infográfico () Ilustração () Outros / Qual? _____		Legenda? (x) Não possui () Possui Qual?
Local do fato (X) Brasil / Onde? _____ () Exterior / Onde? _____		Quantidade de fontes entrevistadas no texto (X) 00 () 01 () 02 () 03 () 04 () 05 () 06 ou + / _____
Observações sobre a matéria Colunista Juracy dos Anjos faz apelo para que eleitores observem as propostas dos candidatos. Com base em fatos noticiados em outros jornais e nas redes sociais, critica Marina Silva e a pressão de políticos evangélicos. Critica também o governo Dilma por ter arquivado o kit anti-homofobia.		

8. ANEXO

Capítulo 01: cobertura política

>> Homofobia esquentada debate de candidatos

FEIRA DE SANTANA

“Homofobia” esquentada debate de candidatos

BIAGGIO TALENTO
Agência A TARDE

A homofobia foi o assunto que aumentou o tom do debate dos candidatos ao governo do estado, realizado na tarde de ontem na Rádio Povo de Feira de Santana, retransmitido por outras emissoras que atingiram um total de 301 municípios baianos, segundo os organizadores.

Sem a presença de Paulo Souto (DEM) – chamado de “fujão” pelos seus adversários, já que é o segundo debate em Feira de Santana a que não comparece – e da candidata do PSTU, Renata Mallet, os candidatos discutiram os principais temas que vêm povoando a campanha, nas áreas de saúde, educação, segurança, transporte e cultura, repetindo as mesmas propostas já ditas à exaustão.

Homofobia
Paradoxalmente, o momento mais tenso não ocorreu durante a discussão desses temas, mas a partir da pergunta feita por Tiago Oliveira, dirigente de um grupo gay de Feira de Santana.

Ele quis saber as propostas dos candidatos para combater a homofobia. O candidato do PSOL, Marcos Mendes, aproveitou para provocar as candidaturas à presidência de Marina Silva (PSB) e Dilma Rousseff (PT), que teriam recuado de pontos de apoio à luta homossexual devido a pressões de lideranças evangélicas, como o pastor Silas Malafaia. Disse também que o PSOL é um dos partidos que mais lutam contra a homofobia, lembrando a militância do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que, segundo Mendes, é ameaçado de morte constantemente por seu posicionamento.

Quem “tomou as dores” foi o candidato do PRTB, Rogério Tadeu Da Luz. Evangélico, disse que Jean Wyllys não o representava e defendeu a proibição do chamado kit gay, programa do Ministério da Saúde para combater a homofobia por ter, segundo disse, “conteúdo ofensivo” às crianças. “Não são os evangélicos que ameaçam Jean Wyllys”, bradou Da Luz, alegando que não se pode atribuir todos os crimes que têm homossexuais como vítimas com o rótulo de “homofóbicos”. “Tem latrocínio, crime passionai”, disse reclamando também de uma frase atribuída a Wyllys de que a “Bíblia é uma piada; a igreja, um circo; e os crentes, palhaços”.

Sem querer entrar na briga, os outros dois candidatos Rui Costa (PT) e Lídice da Mata (PSB) disseram que se eleitos vão defender política de combate à homofobia.

Obsessão
No terceiro bloco do debate, quando os candidatos fizeram perguntas entre si, Mendes voltou a dizer que a candidata Lídice recebeu doações de campanhas de empresários que estão sendo processados na Justiça, o que levou a candidata a reagir. “É o quarto debate que você me pergunta isso Marcos, parece uma obsessão! Por que não pergunta isso para os outros candidatos?”.

Rui Costa foi quem mais bateu em Souto devido à sua ausência. Entre outras coisas, disse que a única obra feita pelo candidato do DEM em Feira de Santana, na sua época de governador, foi o “fechamento” do aeroporto da cidade, reformado e reaberto recentemente pelo governo de Jaques Wagner. Os candidatos criticaram muito também a situação da BR-324, que liga Salvador a Feira.

>> Presidenciáveis e a homofobia

Gmaíusculo

Juracy dos Anjos
juracydosanhos@jornalmassa.com.br

Presidenciáveis e a homofobia

Presenciamos, nas eleições presidenciais deste ano, um cenário obscuro para os gays no Brasil. E sem muita perspectiva de mudanças. Isso porque os principais candidatos (Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves) não se posicionam claramente sobre ações efetivas para esta população - como a aprovação da lei contra a homofobia e o casamento igualitário. A do PT, com receio de perder votos dos religiosos mais radicais, apenas afirma que as propostas para os LGBTs estão em sua "boca", deixando claro que não colocará em seu plano de governo (ainda não divulgado pela candidata). A evangélica Marina (PSB) tinha até pautado ações efetivas, mas um dia após a divulgação do seu programa de governo, voltou atrás e disse que tudo não passava de erro de digitação.

Aécio Neves (PSDB) é outro que prefere se silenciar, falando de forma genérica de medidas para esta comunidade. Mas enquanto estes candidatos se fecham, Levy Fidelix (PRTB), candidato naniço - mas que representa uma parcela da população que é capaz de promover onda de ódio contra os gays -, posiciona-se da forma mais degradante possível contra os homossexuais. Ele, inclusive, foi (e é) capaz de conclamar em rede nacional a maioria de "héteros" para vencer a minoria de "gays", em uma clara incitação à violência. Só em 2014, este pensamento já matou 218 pessoas vítimas de homofobia no Brasil, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB). Mesmo assim, os principais candidatos preferem ignorar. E nós, o que faremos? A pergunta está aí e precisa ser respondida nas urnas.

Hora de votar certo

A três dias das eleições, torna-se imprescindível avaliar bem quem elegeremos como nossos representantes. Para a população LGBT, a prioridade deve ser escolher candidatos que têm propostas alinhadas com as causas desta população. Fazer o levantamento e votar de maneira correta, para que, lá na frente, não haja arrependimento.

REPRODUÇÃO

PersonaBafo

MISS GAY Representante de Mirante de Periperi, Yanna Stefens (nome da personagem do ator transformista Igor Costa, 21 anos) realizou um sonho, no último sábado, ao tornar-se a Miss Subúrbio Gay de 2014. Elegante e carismática, Yanna afirma que o título é muito cobiçado pelos atores transformistas em Salvador. "É um prêmio que valoriza o ser feminino", diz ela, que destaca também a importância da coroa "para a autoconfiança do ser gay". Ter esta honraria, para ela, não basta. Yanna quer usá-la, a partir da visibilidade de miss, para lutar contra a discriminação. "É importante para impedirmos a homofobia", afirma.

>> Presidenciáveis versus LGBTs

G maiúsculo**Juracy dos Anjos**

juracydosanjos@jornalmassa.com.br

Presidenciáveis versus LGBTs

Mais uma candidata à presidência não garante a criminalização da homofobia em seu programa de governo. Desta vez, quem explicitou o não-compromisso foi Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT. Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", ela afirmou que a questão está em sua "boca", sem necessidade de ser colocada no papel. Mas não parou aí. Assim como Marina Silva (PSB) - que retirou do programa ações importantes voltadas para a comunidade LGBT, como a criminalização da homofobia e o casamento civil igualitário -, Dilma também é contra a mudança da Constituição para que o casamento entre pessoas do mesmo sexo seja lei e não uma decisão do STF e resolução do CNJ. Dilma ainda comentou sobre o material

conhecido como "kit gay", engavetado pelo Palácio do Planalto em 2011 após pressão da bancada religiosa. "Não é papel do governo dar orientação sexual. É papel do governo falar contra a homofobia, nas escolas... Agora, fazer material defendendo uma orientação sexual, nós não fazemos isso. Não somos a favor disso", afirmou ela, que usa um argumento difundido pelos evangélicos para arquivar a medida. Pelo visto, o receio de bater de frente com pessoas de religiões conservadoras faz com que os presidenciáveis não apostem em medidas para defender uma população carente de ações efetivas para inibir a violência (leia caso abaixo) e para garantir direitos constitucionais (como o casamento civil), já aprovados em 14 países, como a vizinha Argentina.

Capítulo 02: cobertura de direitos civis

>> Faça amor, não faça guerra



>> Para apoiar casamento gay, 26 milhões coloriram fotos no Facebook



>> Cartão do SUS ganha toque de purpurina

Políticas de
Sophia e Kauana (em
branco) conseguiram a
nova conquista



Das fotos: quem está ao
lado direito possui o
novo cartão do SUS com os
nomes sociais que escolheram

VITÓRIA!

Cartão do SUS ganha toque de purpurina

Após brigarem por direitos assegurados por lei, as transexuais
Sophia e Kauana mudam nome social no Sistema Único de Saúde

• **LUÍZAS FAIRAS**
reportagem especial sobre as
transsexualidades

Uma importante conquista transformou o dia de ontem num marco inesquecível para as transexuais Kauana e Sophia. Depois de três tentativas sem sucesso, elas conseguiram mudar o nome social no cartão do SUS, direito garantido pela Portaria 2.836, de 2011, e reforçado pelo Ministério da Saúde, em fevereiro de 2013.

"Fiquei sabendo disso através de uma amiga que mora em São Paulo. Ela conseguiu mudar o nome na identificação do SUS e postou na net", conta a dançarina Kauana de Souza, 25.

Primas, elas foram juntas a Unidade de Saúde da Família Santa Luzia, no Engenho Velho de Brotas, onde moram, para fazer o novo registro de saúde. Em menos de uma hora, elas saíram com o novo documento.

"Quase chorei. Fiquei muito feliz ao receber o primeiro documento que reconhece minha identidade de gênero. Enfrentamos a homofobia diariamente, e isto é importante para nós", disse a dançarina Sophia Santos, 23.

Mas se engana quem pensa que foi uma tarefa fácil. "Tentei três vezes, e sempre em unidades diferentes, mas ninguém tinha a orientação adequada. Num determinado momento, uma atendente aqui da Santa Luzia, na tentativa de impedir o procedimento, me disse: 'se você quiser fazer seu documento, vá na Secretaria de Saúde reclamar'", desabafou Kauana.

O próximo passo delas é mudar o nome em outros documentos. "Estamos organizando tudo para mudar o nome social no registro civil", disse Sophia.

Como tirar?
O travesti ou transexual interessado em mudar o nome social precisa se dirigir a uma Unidade Básica de Saúde, com originais e cópias do RG, CPF e comprovante de residência. "É importante, pois reconhece o pertencimento ao gênero feminino às transexuais. Parece simples, mas para as 'trans' é um grande avanço", diz Marcelo Cerqueira, presidente do Grupo Gay da Bahia. Dúvidas, ligue para o GGB: (11) 3327-2552.

Capítulo 03: cobertura de celebridades

>> Tem de ter peito! Thammy faz cirurgia para retirada dos seios

Tem de ter peito!

Thammy faz cirurgia para retirada dos seios



Apoio
Gretchen disse que se a filha está feliz, ela também fica

DA REDAÇÃO
redacao@jornalmassa.com.br

Thammy Miranda passou por uma cirurgia no fim de semana para retirar os seios em um hospital de São Paulo. A informação foi confir-

mada pela mãe da atriz, Gretchen, que contou ainda que ela teve alta nesta quarta-feira. Thammy disse ao EGO que ainda estava 'grogue', de repouso, mas bem. Quem está cui-

dando da atriz é sua namorada, Andressa Ferreira. "É um momento bastante delicado e que as pessoas precisam respeitar. Logo ela vai poder mostrar o resultado", disse ao portal.

>> Xô, Peitinhos! Tammy após a cirurgia

Xô, peitinhos! Tammy após a cirurgia



Essa foi a primeira aparição dela depois da mudança no corpo. Mas Tammy promete tirar a camisa!

● DA REDAÇÃO

redacao@jornalmassa.com.br

Completamente recuperada de uma cirurgia para retirar os seios e da lipoaspiração a que se submeteu na mesma data, Thammy Miranda já voltou a sua rotina normal.

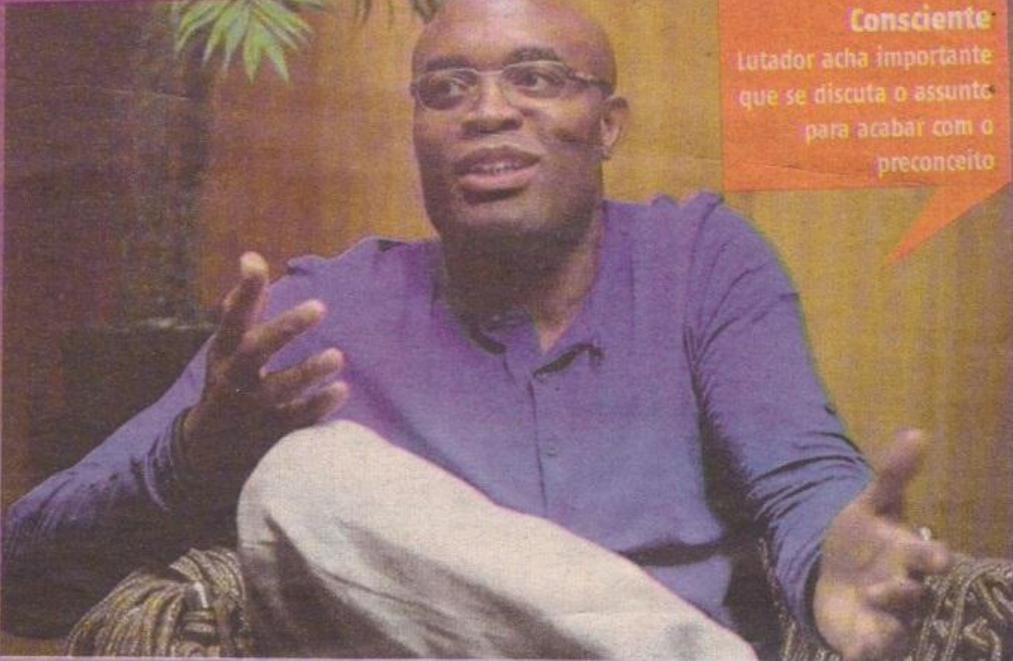
Ela foi vista pela primeira vez, após os dois procedimentos, anteontem, num restaurante em Moema (SP). Na ocasião, a filha de Gretchen posou com um casal de fãs vestindo uma camisa Polo preta. E já dá pra notar a falta

de volume na região do tórax. “O meu peito já era bem pequeno, e eu fiquei sem nada. E bem melhor assim”, disse Tammy, antes dos procedimentos. Mas a filha de Gretchen promoveu tirar a camisa ao público. Vamos aguardar!

>> Será que ele é? Anderson Silva tira onda sobre sua sexualidade

Será que ele é?

Anderson Silva tira onda sobre sua sexualidade



Consciente
Lutador acha importante que se discuta o assunto para acabar com o preconceito

DA REDAÇÃO
redacao@jornalmassa.com.br

A voz de Anderson Silva, 39, lhe rende alguns inconvenientes, inclusive as insistentes perguntas sobre sua orientação sexual. Mas o lutador parece não se incomodar. Em entrevista à revista "Trip", Spider tirou onda. "Olha, não que eu saiba [que sou gay].

Mas eu ainda sou jovem, pode ser que no futuro eu descubra. Cuido bem das minhas coisas. Coloco tudo numa mala, uso sabonete, boto um creme após o treinamento. As pessoas pensam que é frescura. Cada um na sua: não significa que você é mais homem ou menos homem, mais ou menos gay", disse.

Silva ainda protestou contra os lutadores que continuam no armário. "Hoje em dia é tão bobo não expressar seus sentimentos. Contanto que você respeite os espaços das pessoas e respeite os seus limites. Você tem que viver sua vida em paz e ninguém tem nada a ver com isso". Falou e disse, Anderson!

>> Lais Souza sai do armário: “Sou gay”

REVELAÇÃO

GLAUCON FERNANDES / ELEVEN



Ex-ginasta, Lais se acidentou em janeiro de 2014, esquiando

Lais Souza sai do armário: 'Sou gay'

FOLHA PRESS

A ex-ginasta Lais Souza, que ficou tetraplégica, resolveu enfrentar o preconceito. Em entrevista para a revista “TPM” de fevereiro, ela assumiu a homossexualidade. “Eu tenho uma namorada, sou gay há alguns anos. Já tive uns namorados, mas hoje estou gay”, afirmou. Com

a declaração, Lais Souza entra para um seleto grupo de atletas que assumiu a homossexualidade. No Brasil, os casos mais conhecidos são do casal de jogadoras de vôlei de praia, Larissa França (medalha de bronze em Londres-2012) e Lili Maestrini, e o de Michael, do time de vôlei Campinas.

>> GGB oferece R\$ 1 mil pra música contra Robysson

SÁBADO 17/1/2015 PRÉ-CARNAVAL A5

Chame Gente

Haja Amor

Diego Mascarenhas / Ag. A TARDE / 14.07.2013

GGB OFERECE R\$ 1 MIL PARA MÚSICA CONTRA ROBYSSÃO

ROBYSSÃO

Pagodeiro comemora repercussão de canção polêmica

A polêmica entorno da música 'Quem banca é o viado', do cantor Robysson, não para de crescer. Desta vez, quem entrou na briga contra a canção, considerada homofóbica, foi o Grupo Gay da Bahia (GGB). E de uma forma inusitada: está oferecendo R\$ 1 mil para quem fizer uma música-resposta contra o cantor. Na semana passada, outra entidade de defesa dos direitos LGBTs, o Grupo Gay da Liberdade, entrou com uma representação no Ministério Público da Bahia. Robysson, por sua vez, está no clima: fale mal, mas fale de mim. "Esta polêmica está ajudando a promover minha música. Antes, era pouco tocada. Agora, virou carro-chefe", pontua. Durante o Carnaval, ele - que puxará o bloco Traz a Massa no circuito Osmar (Centro) - avisou que irá cantar a música. O presidente da agremiação, Rafael Nabuco, no entanto, afirma que não será bem assim e que 'Quem banca é o viado' será analisada. "Não concordamos com qualquer tipo de preconceito. Por isso, vamos avaliar o conteúdo da música. Se acharmos ofensivo, vamos recomendar que ele não cante"; diz.

Capítulo 04: cobertura de violência

>> Engenheiro leva assassino pra casa

Massa SALVADOR
Terça-feira, 15 de setembro de 2015

NOTÍCIA DO DIA 3

Largou e fugiu Assassino deixou para trás alguns objetos que tentou roubar. Tinha até Viagra

Engenheiro leva assassino pra casa

Sérgio foi encontrado amarrado e com ferimentos de faca dentro de seu apê, na Barra. Matador entrou com ele e fugiu com alguns pertences roubados

Muitas visitas
Recebia os 'sobrinhos'

Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Civil, vizinhos de Sérgio ouviram discussão e barulho de objetos quebrando e ligaram para o 190. Os mesmos vizinhos afirmaram que a vítima era homossexual e recebia muitas visitas em casa. Ao ser questionado sobre a movimentação, Sérgio contava que essas pessoas eram sobrinhos. O engenheiro também vendia carros e justificava que o movimento em seu apartamento era de clientes. Segundo a assessoria da Polícia Civil, o corpo da vítima foi encontrado de cueca no banheiro, com as mãos algemadas com um laço plástico, os pés amarrados com um pano, sinais de estrangulamento, além dos ferimentos das facadas. As câmeras do prédio não estão funcionando. O Departamento de Homicídios (DHPP) investiga o caso.

RODRIGO MENESES
menezes@jornalmassa.com.br

Uma viatura com PMs passou pelo suspeito de ter matado o engenheiro civil Sérgio Brito Domingues, 59, na Barra, mas eles não desconfiaram. A vítima foi assassinada a facadas dentro de seu apartamento, no Gavazza Residencial, na Rua Professor Lemos de Brito, no Morro do Gavazza. O crime foi na noite de domingo (13), por volta das 23h30. O assassino tentou fugir levando o carro de Sérgio, onde colocou alguns pertences, mas não conseguiu abrir o portão eletrônico da garagem e escapou a pé depois de pular a cerca. Segundo uma moradora, o suspeito jogou duas sacolas por cima do portão e uma caixa de sapatos e depois pulou. Os controles da televisão e do portão da garagem, além de uma caixa de Viagra e outra de perfume, foram achados próximos ao prédio. "Minha irmã viu o homem pulando e disse que tinha um ladrão no prédio. Instantes depois, passou uma viatura. Um rapaz parou e avisou", conta uma moradora, sob anonimato. Outra mulher relatou que as pessoas já haviam ligado para o 190 quando um vizinho parou a viatura na rua. "O policial disse que passou pelo cara, mas não desconfiou", explicou. Segundo o comandante da 11ª CIPM (Barra), major Edmundo Assemány, a informação inicial que a polícia recebeu era sobre uma tentativa de roubo a carro, mas depois uma vizinha viu a porta do apartamento do engenheiro aberta. "Fizemos rondas ao tomar conhecimento da morte, mas não localizamos o suspeito", relatou o oficial.

Era educado e gente boa
Estaria voltando da Parada

Segundo o major Edmundo Assemány, vizinhos relataram que Sérgio teria ido para a Parada Gay e retornado com o assassino. O engenheiro morava sozinho. A equipe de perícia encontrou uma televisão e uma caixa de sapato dentro do carro da vítima, que o suspeito tentou roubar. O empresário dinamarquês Kristian Paulsen disse ter ouvido o barulho das discussões por volta das 21h. "Não deu para entender o que eles falavam", conta. Moradores da Rua Professor Lemos de Brito disseram que Sérgio era discreto, "gente boa" e educado. O enterro será hoje, às 10h30, no Jardim da Saúde.

As câmeras de segurança do prédio poderiam ajudar, se estivessem funcionando

>> Homem alega ter matado professor em 'programa'

Homem alega ter matado professor em 'programa'

RODRIGO MENESES

A quantia de R\$150 não paga por um programa foi a justificativa dada por Nadson de Jesus Pepe, 19 anos, e um adolescente de 16 para matarem o professor de química Deodarkson Aparecido Rêgo Pereira, 45.

O crime foi no último sábado no apartamento da vítima, em Amaralina, mas o corpo só foi encontrado após dois dias. Para a polícia, a dupla premeditou a ação e aceitou fazer o programa com a intenção de roubar os pertences do professor.

Nadson foi preso no final da manhã da última quarta-feira por investigadores do Departamento de Homicídios (DHPP), na Travessa Santo André, no bairro São Gonçalo do Retiro.

Quando os policiais chegaram, ele estava sendo espancado com golpes de pau, barra de ferro e pedradas e foi salvo pelos policiais.

O delegado Marcelo Sansão, do DHPP, acredita que Nadson estava sendo atacado por populares ou porque estava vendendo os pertences na comunidade ou pelo fato de ter revelado no bairro que cometeu o crime.

"Coletamos imagens do caminho que eles percorreram na fuga, impressões digitais no apartamento e contamos com a ajuda de informantes", relata o delegado. Na tarde do mesmo dia, o adolescente foi apreendido em Marechal Rondon.

Pertences

Nadson usava o celular do professor ao ser preso. Foram apreendidas, ainda, roupas, perfumes, uma televisão e R\$ 50. Só um monitor de computador não foi encontrado com ele.

De acordo com o delegado, o mais jovem já havia feito programas com Deodarkson e disse que o conheceu no Porto da Barra: "Segundo



Nadson foi espancado em São Gonçalo

Nadson, o outro o convidou para ir à casa do professor. Eles o mataram por esganadura (usando as mãos)".

O adolescente disse em depoimento que a ideia era "só desmaiar" a vítima. "A gente acredita que a intenção era matar. A vítima foi

encontrada freu bastante morte", de

Nadson latrocínio (tado de mo de minore vai responsável anal

>> Cabeleireiro perde a cabeça com separação

Quinta-feira, 2 de outubro de 2014

NOTÍCIA DO DIA ! 3

Cabeleireiro perde a cabeça com separação

Homem incendeia padaria onde o ex trabalha, no Largo de Roma, se esfaqueia e vai pro hospital

RODRIGO MENESES
rmenes@jornalmassa.com.br

O cabeleireiro Jorge Alves Moura, 39 anos, acordou ontem disposto a cometer uma loucura por não aceitar o fim do relacionamento com Werick Rodrigues da Silva, 18. Às 7h da manhã, Jorge postou uma mensagem no Facebook dizendo que estava chegando o momento e que todos se surpreenderiam com ele.

Logo em seguida, ele entrou na padaria Dell Roma, situada no Largo de Roma, com uma vasilha cheia de álcool e ateou fogo no estabelecimento, onde Werick trabalha como balconista.

Depois, Jorge pegou uma faca e começou a se ferir. Ele foi contido por policiais militares e foi levado pelo Samu ao Hospital do Subúrbio. Conforme a assessoria de imprensa a unidade de saúde, o quadro de Jorge é instável. Ele passa por exames e é acompanhado pela equipe de cirurgia. Segundo a polícia, ninguém se feriu durante o incêndio.

A titular da 3ª DT (Bonfim), Heleneci Nascimento, contou que Werick estava no balcão da padaria e escapou por pouco do ataque do ex.

"Uma funcionária que já sabia das ameaças puxou o rapaz (Werick) e saiu correndo quando viu Jorge jogando álcool", relata. Heleneci disse que Jorge será autuado em flagrante por tentativa de homicídio e dano ao patrimônio.

Prejuízo
Fogo destruiu interior da padaria, mas não afetou a estrutura

Chambinho Moura
5 h

Ta chegando o momento sento todos vão se surtir que ta feito ta feito — 🤔 se sentindo ansioso

Premeditado
Antes de cometer o crime, o cabeleireiro postou mensagem no Face

Caso sério de 4 anos
Heleneci Nascimento informou que Werick terminou o relacionamento de quatro anos com Jorge em julho passado. Este, por sua vez, não aceitava o rompimento. Durante uma conversa para reatar, Jorge agrediu o jovem e fez ameaças. O balconista registrou boletim de ocorrência na 3ª DT, em agosto passado. "Ele não voltou no dia da audiência. Disse que tentou resolver as coisas na conversa", diz a delegada. Ainda segundo ela, os dois se conheceram pela internet e o cabeleireiro convidou o jovem, que morava em Maceió, para viver em Salvador. "Jorge dizia que não aguentava ver Werick pelo bairro, que sofria muito e queria que o rapaz voltasse para Maceió, onde ele morava", completa. Jorge será ouvido e colocado à disposição da Justiça após receber alta médica.

Seguro acionado
Maurício Vilas Boas Neto, filho do dono da padaria, ficou aliviado com a ausência de feridos no incêndio. "É um susto receber a notícia de que seu negócio pegou fogo. Graças a Deus, não teve ninguém ferido. Agora, é apurar os fatos e acionar o seguro", declara. O engenheiro da Defesa Civil, José Carlos Palma, esteve no local para avaliar as condições do imóvel e verificou que não houve danos à estrutura. "Voltaremos após uma limpeza para verificar se há alguma fissura ou ferrugem exposta. Aparentemente, o dano só foi nos produtos", avalia.

Relação
Jorge (esq.) e Werick mantiveram contato durante quatro anos

Parecia que estava possuído
Pânico na hora do café

O educador físico Anderson Fernandes, 28, testemunhou o crime e disse que Jorge estava completamente transtornado. "Quem acredita pode achar que a aparência era de uma pessoa que estava endoecoriada. Ele falava que ia se matar e, de repente, a voz ficava embolada e não dava para entender nada". Anderson acrescentou que o irmão pegou um extintor para tentar apagar o fogo. "Meu irmão usou o extintor, mas as chamas se espalharam pelo forro de PVC e as latas de Baygon e de outros produtos infantáveis começaram a voar", completa. A aposentada Ana Paula Ferreira, 43, tomava café na padaria quando Jorge chegou. "Ele entrou como se fosse cliente e depois começou a jogar álcool nas prateleiras. Foi um correr-correr na hora. Fiquei me tremendo, mas corri também", relata. "Ele gritava pedindo que o rapaz voltasse para ele e que não aceitava o fim do relacionamento".